

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
MUSEU AMAZÔNICO/UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**

**GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS DE USO COMUM E
PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA: ETNOGRAFIA DO PROGRAMA
INTEGRADO DE RECURSOS AQUÁTICOS E DA VÁRZEA (PYRÁ) –
BAIXO SOLIMÕES, AMAZONAS**

LUANA MESQUITA RODRIGUES

**MANAUS – AM
2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL
MUSEU AMAZÔNICO /UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**

LUANA MESQUITA RODRIGUES

**GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS DE USO COMUM E
PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA: ETNOGRAFIA DO PROGRAMA
INTEGRADO DE RECURSOS AQUÁTICOS E DA VÁRZEA (PYRÁ) –
BAIXO SOLIMÕES, AMAZONAS**

Trabalho de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS para avaliação da Banca Examinadora, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social do Museu Amazônico/Universidade Federal do Amazonas.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Thereza Cristina Cardoso Menezes.

**MANAUS – AM
2011**

Ficha Catalográfica

(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Rodrigues, Luana Mesquita

R696g Gestão de recursos naturais de uso comum e participação comunitária: etnografia do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea (PYRÁ) – Baixo Solimões, Amazonas / Luana Mesquita Rodrigues. - Manaus: UFAM, 2011.

122 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Universidade Federal do Amazonas, 2011

Orientadora: Prof^ª. Dra. Thereza Cristina Cardoso Menezes

1. Recursos naturais - Administração 2. Sistemas Abertos Sustentáveis – Aspectos sociais 3. Programa Pyrá - Extensão universitária I. Menezes, Thereza Cristina Cardoso (Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU 504.062:39(811.3))(043.3)

LUANA MESQUITA RODRIGUES

TERMO DE APROVAÇÃO

Esta dissertação foi apresentada em defesa pública como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas/Museu Amazônico, e em cuja biblioteca setorial encontra-se à disposição dos interessados.

BANCA EXAMINADORA:

Profa.Dra. Thereza Cristina Cardoso Menezes-
Programa de Pós-Graduação em Antropologia – UFAM
Orientadora (Presidente)

Profa. Dra. Maria Helena Ortolan Matos
Programa de Pós-Graduação em Antropologia – UFAM
Membro

Profa. Dra. Cynthia Carvalho Martins
Programa de Pós-Graduação em Antropologia – UFMA
Membro

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos familiares pelo apoio sempre presente.

Aos comunitários das duas comunidades, São Francisco do Parauá e Nossa Senhora da Conceição, que me receberam.

À minha orientadora, Thereza Menezes, um agradecimento especial pelo empenho e dedicação ao trabalho.

Ao Núcleo de Estudos e Políticas Territoriais da Amazônia (NEPTA), pelo espaço de estudo cedido nos últimos meses.

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFAM, e à secretária Franceane Corrêa, sempre muito solícita.

À Capes, pela bolsa de estudo concedida.

Aos colegas do curso de mestrado pelas infinitas conversas sobre este trabalho.

RESUMO

O objetivo desta dissertação é realizar uma etnografia do Programa Integrado dos Recursos Aquáticos e da Várzea (PYRÁ), projeto de extensão em comunidades de várzea do município de Manacapuru, desenvolvido pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) ao longo de dez anos. Tratou-se de reconstituir no tempo a trajetória de implementação e efeitos sociais decorrentes da intervenção do Programa, enfocando particularmente a avaliação da experiência de gestão participativa dos recursos naturais, bem como a emergência de crenças, solidariedades, hierarquias e conflitos.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão participativa, crenças, conflitos sociais.

RÉSUMÉ

L'objectif de cette thèse est de mener une ethnographie du Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea - PYRÁ (Programme Intégré de Ressources de l'eau et des plaines inondables), projet d'extension universitaire dans les communautés des plaines inondables de Manacapuru, développé par l'Université Fédérale de l'Amazonas (UFAM) au long de dix ans. On a traité de reconstruire la trajectoire de la mise-en-œuvre et les effets sociaux engendrés par l'intervention du programme, se concentrant en particulier sur l'évaluation de l'expérience de gestion participative des ressources naturelles, ainsi que l'émergence des croyances, des solidarités, des hiérarchies et des conflits.

Mots-clés: gestion participative, croyances, conflits sociaux.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1: A INVENÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE SABERES SOBRE A AMAZÔNIA	13
1.1 Classificando a Amazônia: “cronistas viajantes” e “naturalistas viajantes”	15
1.2 O peso de interpretações naturalistas sobre a construção de visões deterministas: biologismo, geografismo e dualismo	26
1.3 A Amazônia na perspectivas desenvolvimentista, implicação e desdobramentos	31
CAPÍTULO 2: PROGRAMA INTEGRADO DE RECURSOS AQUÁTICOS E DA VÁRZEA (PYRÁ): CARACTERIZAÇÃO E RECONSTITUIÇÃO SOCIAL	44
2.1 Do grupo de pesquisa ao Programa de Extensão Universitária PYRÁ	44
2.2 Sistemas Abertos e Sustentáveis (SAS): do modo de gestão “tradicional” à disciplinarização do uso dos recursos naturais	56
2.3 A crença na comunidade harmônica: “capacitar” para organizar e a problemática da participação	77
CAPÍTULO 3: EFEITOS SOCIAIS DA INTERVENÇÃO DO PROGRAMA PYRÁ: CASO DA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO DO PARAUÁ E NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO	92
3.1 O local da pesquisa: Comunidades São Francisco do Parauá e Nossa Senhora da Conceição	92
3.2 Solidariedades, conflitos e constituição de lideranças	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS	121

INTRODUÇÃO

A proposta desta dissertação de mestrado teve como gênese a experiência de um ano (2005 a 2006) como aluna bolsista do Programa Integrado de Recursos aquáticos e da Várzea – PYRÁ. A experiência obtida nesse período começou a tornar-se objeto de reflexão durante minha participação em projeto de PIBIC¹ (2006-2007), a partir da qual buscava uma interface entre o campo de discussões das relações de gênero e o sistema produtivo da comunidade São Francisco do Parauá, em Manacapuru. Porém, a conjuntura encontrada na visita ao campo realizada no ano de 2009 tornava dignas de atenção outras temáticas, o que me fez atentar para o que os agentes estavam interessados em discutir, ou seja, o suposto fracasso da Associação de Desenvolvimento Sustentável local (ADESC), tema que, para os agentes sociais, estava profundamente relacionado à presença e à atuação do Programa PYRÁ.

Portanto, a proposta inicial da dissertação que enfocava as relações de gênero passou por significativas mudanças e concentrou-se em discutir o universo de debates e de intervenção socioambiental na Amazônia, particularmente, a avaliação que os agentes-alvos fazem da intervenção do Programa PYRÁ. Busca-se com isso subsidiar, a partir de uma experiência concreta e de longa duração, o debate sobre a criação de mecanismos de promoção do “desenvolvimento local” pautados nos princípios de “desenvolvimento sustentável” e da “participação” de grupos sociais envolvidos na implantação desses tipos de programa.

Esta dissertação busca também romper com uma postura de silêncio corporativo, tentando chamar a atenção para a necessidade de autoavaliação de projetos de pesquisa e extensão

¹ Através do Programa de Iniciação Científica (PIBIC) da UFAM, realizei a pesquisa intitulada “Mulher trabalha ou ajuda? Relações de gênero no sistema de produção na comunidade São Francisco do Parauá na costa do Canabuoca em Manacapuru/AM”, sob orientação da professora Iraildes Caldas Torres, do Departamento de Serviço Social da UFAM.

desenvolvidos no âmbito das universidades públicas brasileiras, visando torná-los mais críticos em relação às suas propostas e aos efeitos de suas atividades, bem como chamar atenção para o fato de que a eficácia e a sustentabilidade de projetos promovidos em comunidades da Amazônia parecem estar necessariamente ligadas a um real protagonismo das comunidades que lhes são alvos, seja na formulação, seja nos objetivos, nos métodos e ou no processo de implementação.

A pesquisa buscou examinar o processo da construção da “participação” e os efeitos sociais surgidos a partir da trajetória de intervenção do Programa PYRÁ, nas comunidades de Manacapuru – AM, no Baixo-Solimões, mais especificamente em duas comunidades-alvo de intervenção do Programa, a saber: São Francisco do Parauá e Nossa Senhora da Conceição. A delimitação do objeto de pesquisa a partir dessas duas comunidades justifica-se por dois motivos: primeiro porque já havia tido contato prévio e prolongado com elas quando estive inserida nas atividades do Programa PYRÁ; segundo, por uma questão de logística, visto que o acesso a elas é mais facilitado, o que permitiu maior tempo de trabalho de campo intensivo e menos tempo gasto com deslocamentos.

O PYRÁ foi um programa de extensão da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) que, a partir de experiências de trabalhos nas comunidades rurais de Manacapuru, elaborou uma proposta que propiciasse o “desenvolvimento local” por meio do plano denominado Sistemas Abertos e Sustentáveis (SAS). Tratou-se de uma “estratégia” para alcançar o “desenvolvimento” local de forma integrada e participativa, a fim de atingir a “melhoria da qualidade de vida” associada à conservação dos recursos naturais através do uso “responsável” dos recursos naturais.

Nesse sentido, o PYRÁ esteve informado pelo imperativo da conservação ambiental, o qual implicaria “naturalmente”, a partir da promoção do uso responsável de recursos naturais, a “melhoria de vida” da população envolvida. O projeto esteve alicerçado na *crença* entre os pesquisadores sobre a viabilidade de se atingirem os objetivos de

desenvolvimento sustentável para as populações daquela área de várzea através do incentivo de *mecanismos* de cogestão participativa.

Observa-se, igualmente, a partir das ações de intervenção do PYRÁ direcionadas à disciplinarização do uso dos recursos naturais, por meio da criação dos acordos de uso dos recursos como forma da “apaziguar” os conflitos sociais, a emergência do fenômeno da *ambientalização* (LOPES, 2006), ou seja, é observado um processo de mudança na forma de conceber os conflitos, isto é, conflitos sociais de diversas ordens existentes na área passam a serem formulados em linguagem ambiental. Esse processo evidencia-se, por exemplo, na nova forma de explicitação dos conflitos sociais existente na área em torno dos recursos pesqueiros, que deixa de ser formulada até então como uma disputa entre diversos grupos pautada na linguagem do direito e legitimidade de uso de determinados estoques de recursos pesqueiros para uma disputa calcada na capacidade privilegiada e autoridade de determinados agentes sociais de proteger de forma sustentável os recursos naturais.

No primeiro capítulo desta dissertação, procuro informar a partir de um processo histórico, o campo que tornou possível a emergência do “Projeto” PYRÁ. Para tal, busco situar a tradição de pensamento científico construído a partir da Amazônia, tentando demonstrar a multiplicidade de formas como a Amazônia e seus recursos naturais foram pensados ao longo do tempo. A perspectiva foi traçar uma sociogênese do PYRÁ, ou seja, buscou-se dar sentido ao projeto, inscrevendo-o em universo discursivo com profunda densidade histórica, onde a Amazônia e as possibilidades de uso de seus recursos têm sido laboratório para as mais diversas modalidades de concepções sobre desenvolvimento, sendo o “desenvolvimento sustentável” a mais recente versão desse uso instrumental da região.

O segundo capítulo é destinado a uma caracterização e reconstrução social do Programa PYRÁ, levantando questões sobre a gestão participativa como alternativa através do SAS, para a manutenção dos recursos naturais em áreas de várzea. A reconstituição foi

feita por meio do trabalho etnográfico a fim de perceber os princípios direcionadores, isto é, perceber quais concepções informaram a proposta e os pesquisadores do PYRÁ. A etnografia foi realizada tendo como pressuposto um tratamento etnográfico simétrico entre pesquisadores e comunitários, ou seja, buscou-se reunir dados tanto da concepção dos integrantes (pesquisadores) que idealizaram e colocaram em prática as propostas do Programa, quanto da percepção dos próprios agentes sociais situados para quem as propostas foram destinadas, a saber, os comunitários da área focal do Programa, visto que é imprescindível buscar dar voz às mais diversas leituras, situando-as socialmente e explicitando o lugar de onde falam.

No terceiro capítulo, a partir da trajetória de intervenção do Programa, da compilação de dados documentais adquiridos no trabalho de campo da pesquisa e da observação da relação estabelecida entre ADESC e o PYRÁ, identifiquei os efeitos sociais da intervenção do Programa para as comunidades, ou seja, como a intervenção do PYRÁ mudou, interferiu, alterou ou não a configuração social dessas comunidades. Enfocou-se particularmente o plano das relações de poder, tratando-se de explicitar como a presença do programa produziu solidariedades, hierarquias, fez emergir e acirrou conflitos.

CAPÍTULO 1: A INVENÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE SABERES SOBRE A AMAZÔNIA

O presente capítulo apresenta uma reconstrução do processo histórico que possibilitou a existência do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea (PYRÁ). A proposta do Programa PYRÁ inscreve-se num movimento crescente que vem desde os anos 1980 e 1990, momento a partir do qual as discussões sobre a problemática ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável emergiram com grande força no mundo. Como pressupostos desse desenvolvimento sustenta-se que a sociedade civil organizada e o Estado devam repensar e gerir modelos de desenvolvimento e a Amazônia, enquanto epicentro das preocupações ambientais, tem se tornado desde então um laboratório privilegiado para propostas de desenvolvimento alternativos voltados ao uso sustentável dos recursos naturais.

A compreensão da proposta de intervenção que será alvo deste trabalho situa-se em uma longa tradição do pensamento construído a partir da Amazônia ao longo do tempo. Como assinala Said (2007) sobre o “Oriente”, a Amazônia também é “uma ideia que tem uma história e uma tradição de pensamento, um imaginário e um vocabulário que lhe deram realidade e presença no e para o Ocidente” (SAID, 2007, p. 31).

Nesse sentido, procuro fazer uma leitura dos “olhares” sobre a Amazônia, na tentativa de perceber quais os princípios fundamentais que nortearam os diversos “jogos de verdade” dos quais esta foi alvo. A definição de “jogos de verdade” é aqui definida a partir de uma noção de “verdade” que, para Foucault (2008), não escapa à noção de poder. A “verdade”, segundo esse autor, vai significar um conjunto de regras pelas quais se distingue o “verdadeiro” do “falso” e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder (FOUCAULT, 2008, p. 11). A “verdade” não é dada, mas se institui por meios específicos.

Para Foucault (2008, p. 11), toda sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade, isto é, escolhe os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como sendo “verdadeiros”, assim como os mecanismos e instâncias que permitem diferenciar fatos “verdadeiros” ou “falsos” e a maneira como sanciona uns e outros. Em outras palavras, “jogos de verdade”² refere-se a conjunto de regras que institui “verdades” como um conjunto de métodos que levam a um determinado resultado, que pode ser considerado tendo em vista as regras, os procedimentos e os princípios tidos como válidos ou não.

Parto de trabalhos de autores que propuseram reorientar o “olhar” sobre a Amazônia por meio de leituras críticas sobre interpretações sacralizadas em diferentes instantes históricos. Leituras como as de Almeida (2008) e Gondim (2007) discutem interpretações sobre a Amazônia que produziram representações que nortearam todo um conjunto de verdades científicas na vida intelectual. Ademais, Almeida (2008) assinala que somente empregando uma leitura crítica de “esquemas explicativos” sobre a região é que se torna possível perceber suas limitações e restringir seu poder explicativo.

Os “jogos de verdades” sobre a região foram construídos e marcados por distintos momentos e interesses que vão desde as visões forjadas pelos “cronistas viajantes” e “naturalistas viajantes”, que datam desde o século XVI, período de “conquista” e exploração colonial. Configurou-se um “novo” processo de colonização da região entre as décadas de 1940 e 1970, dirigido pelo Estado brasileiro e pelas políticas interventivas de “modernização”, chegando à atual emergência das propostas de “desenvolvimento sustentável”, momentos que fizeram emergir diferentes interpretações científicas sobre a Amazônia.

² Segundo Foucault (1994 *apud* Birman 2002), a “verdade” se inscreveria em jogos de verdade; ela não tombaria do cosmo, das ideias acima de qualquer suspeita, mas resultam das relações entre os homens, inserindo-se em jogos que regulariam o modo de produção de seus enunciados e as regras de procuração de sua legitimidade. Refere-se a um jogo que implica regras que dirigem e seria constitutiva do jogo enquanto tal. Portanto, enunciar presença de regras indica a existência de algo da ordem da *invenção* e do *arbitrário* que seria constitutivo de qualquer regra. A regra, nesse sentido, seria compartilhada pelos jogadores, sendo constituída pela convenção e pelo uso, ambos estabelecidos pelos homens no espaço social.

1.1 Classificando a Amazônia: “cronistas viajantes” e “naturalistas viajantes”

Para dar início ao empreendimento e perceber como se construíram distintas representações sobre a Amazônia, apoio-me sobre a noção de “campo intelectual” (BOURDIEU, 1966), compreendendo que as distintas produções científicas/intelectuais sobre a região devem ser analisadas como efeito dos distintos *sistemas de relações sociais* vividas especificamente em cada universo social em que estas foram produzidas, ou seja, para dar à sociologia

da criação intelectual e artística seu objeto próprio, e ao mesmo tempo, seus limites, é preciso perceber e considerar que as relações que um criador mantém com sua obra e, por isso mesmo, a própria obra são afetadas pelos sistemas de relações sociais nas quais se realiza a criação como ato de comunicação ou, mais precisamente, pela posição do criador na estrutura do campo intelectual. (BOURDIEU, 1966, p. 105)

Para Bourdieu (1966), a sociologia da produção intelectual está envolta não pura e simplesmente na autonomia relativa e metodológica que possui cada campo de produção intelectual, mas deve-se ater às circunstâncias históricas e sociais que tornam possíveis a existência de determinado tipo de campo intelectual. Segundo esse autor, se sabidas as condições históricas e sociais que tornam possíveis a um campo intelectual, ao mesmo tempo em que são definidos, os limites da validade de um estudo de um estado desse campo, “esse estudo adquire então todo um sentido, porque pode aprender em ação a totalidade concreta das relações que constituem o campo intelectual como um sistema” (BOURDIEU, 1966, p. 113).

As tentativas de forjar “jogos de verdade” para pensar a Amazônia se deram em distintos momentos históricos e movidas por diferentes interesses e saberes científicos. Nesse sentido, aponto inicialmente como forma de entender esse processo o que se pode chamar das primeiras investidas de interpretação da região, ou seja, determinados relatos que constam na “literatura dos viajantes” e “cronistas” ou “literatura dos naturalistas”, os quais estiveram presentes na Amazônia desde o século XVI até o XIX. Considerando que cada um esteve na

região num específico contexto histórico e social, a utilização dessas fontes se deu pelo fato de essas produções terem por muito tempo guiado interpretações sobre a Amazônia.

Através de observações do “quadro natural” e da reunião de um vasto material relativo à fauna e à flora da região, criou-se uma interpretação de Amazônia que marcou toda a literatura dos naturalistas, dos administradores coloniais e das ordens religiosas eclesiásticas, assim como serviu de subsídio para afirmações teóricas posteriores sobre a região.

Partilhando de tal ideia, Almeida (2008) e Gondim (2007) entendem que as visões oferecidas pelos cronistas e naturalistas viajantes contribuíram para forjar fundamentos de “esquemas interpretativos” para interpretar a Amazônia. Para Almeida (2008), a contribuição se deu espontaneamente e inconscientemente, o que assegurou diversos esquemas interpretativos produzidos sobre a região. Na leitura de Gondim (2007, p. 14), a visão de Amazônia dada pelos cronistas serviu de matéria-prima para deduções de ordens teóricas, ao passo que, inversamente, serviu aos sucessores como estoque de informações que inviabilizou ou inibiu a apreensão da variedade, da multiplicidade e da diferença, em suma, se limita a confirmar “verdades científicas” preconcebidas.

O momento vivido na Europa no final da Idade Média e intensificado no século XVIII, conhecido como “século das luzes”, propiciou a presença dos europeus na Amazônia, visto que a Europa passava por uma revolução social no que concerne às mudanças no pensamento social, cultural e econômico. Vivia-se um período de inquietação na busca por superação dos pressupostos da Idade Média.

Uma leitura pejorativa sobre a Idade Média foi produzida pelos intelectuais da Idade Moderna, concebida como um momento histórico supostamente sombrio e caracterizado pela religiosidade e pela superstição. As explicações do mundo dadas pela providência divina, pela existência do sobrenatural, passam a ser questionadas, e em seu lugar

se propõem explicações pautadas em realidades científicas sustentadas na razão como o principal recurso esclarecedor dos fatos. É nesse contexto que emergem as experiências científicas, atreladas à propagação de instituições acadêmicas, a viagens de descobrimento e às expedições científicas.

A capacidade humana de saber ganha definitivamente importância. O saber assume um novo estatuto: quem o possuísse deteria o poder (GONDIM, 2007, p. 14). O poder passa necessariamente pelo fato de conhecer. No bojo desses acontecimentos, as viagens, particularmente as dos naturalistas, forjam a construção de conhecimentos baseados na hegemonia dos campos das ciências biológicas e da botânica, onde o critério norteador era o sistema classificatório.

Embora essas viagens tenham sido despontadas por Portugal, como aponta Gondim (2007), este país juntamente com a Espanha tornou-se, no século XVIII, pouco significativo nessas empreitadas, uma vez que eram representados por homens políticos de mentalidade dita “ultrapassada”, por não acompanharem a aspiração filosófica e científica do resto da Europa. Com exceção para a figura de destaque de Pombal, que se deixou influenciar por ideias iluministas da época, imprimindo relativas mudanças na forma portuguesa de governar.

As primeiras informações registradas sobre a Amazônia emergem em decorrência das viagens expedicionárias³ ou ainda em missões científicas a partir do século XVI, efetuadas pelos relatos de cronistas viajantes e naturalistas, a mando do Estado dinástico Português e/ou Espanhol, com intuito de se apossar das novas terras “conquistadas”. Era preciso conhecer em profundidade para manter o domínio sobre a região.

³ Destacam-se entre as viagens expedicionárias as dos Espanhóis Francisco Orellana e Pedro Teixeira. A viagem de Francisco Orellana pelo Rio Amazonas consta como a primeira viagem expedicionária de que se tem notícia e documentação, sendo relatada pelo missionário dominicano Frei Gaspar de Carvajal entre os anos de 1541 e 1542. A viagem de Pedro Teixeira, a mando do Estado Português teve como cronista o jesuíta Alonso de Rojas em 1563; suas observações, apesar de possuírem uma herança bíblica, foram pautadas em interesses políticos e econômicos do Estado Português, dando uma visão político-estratégica no que se refere ao conhecimento das potencialidades econômicas da região (GONDIM, 2007).

Somam-se a esse tipo de informação os chamados “tratados”, “crônicas”, “corografias” e descrições cartográficas produzidas por administradores coloniais de formações acadêmicas diversas, missionários e militares que, a partir de seus escritos, segundo Almeida (2008, p. 19), confirmavam esquemas explicativos sobre a região que serviam de justificativa para distintas formas de intervenção imprimidas pelo Estado na Região Amazônica.

As intervenções e os saberes produzidos pelos cronistas viajantes e pelos naturalistas viajantes permitiam observar a existência de uma divisão intelectual do trabalho. Tal divisão acarretava em informações de campo conhecidas como “história natural”, referente aos dados que reuniam informações do meio físico, da fauna e da flora da região, e o que se convencionou chamar de “história moral”, que se dedicava ao relato “da vida e dos costumes” indígenas. No entanto, conforme aponta Almeida (2008, p. 20), o intento utilitário aproximava ambos os relatos, o que resultava numa homogeneização dos discursos frente a um objetivo maior: o de identificar potenciais de riquezas naturais nas colônias.

As interpretações de uma Amazônia hiperbolizada com ênfase no quadro natural, com destaque para os aspectos de fauna e flora, como exaltação da natureza, da grandiosidade e da exuberância das terras e dos rios, ou ainda o dualismo que via a Amazônia ora como paraíso, ora como inferno, estiveram sempre presentes na maior parte dos relatos dos cronistas e naturalistas viajantes, além de ter influência sobre as posteriores interpretações da região. Esses “jogos de verdade” construíram-se enfatizando uma relação onde a natureza está em destaque, enquanto o homem é naturalmente regulado pelo meio, visto como impotente diante da grandiosidade da natureza. Desse prisma, o homem aparece como tributário da natureza, sujeito passivo, satisfeito e moldado por ela.

A não predisposição ao trabalho vai denotar aos olhos dos viajantes europeus o indicativo de preguiça e indolência do nativo. Conforme Gondim (2007), a indolência é um elemento de destaque na teoria do determinismo geográfico desenvolvida *a posteriori* sobre a

região, e a preguiça surge como elemento justificador das investidas coloniais em terras brasileiras e amazônicas, ao ser percebida como um entrave às transformações regionais. Portanto, a alternativa é “civilizá-los”, imprimindo-lhes os modos de vida europeus. Ademais, o “nativo”, desde o século XVI, era visto como “selvagem” e “bárbaro”, tratado como raça inferior, sobretudo quando da observação de alguns hábitos culturalmente distintos dos europeus, como os antropofágicos.

Esse discurso estigmatizante é visto até o século XIX nas interpretações de “viajante naturalistas”, como aponta o fragmento dos naturalistas austríacos Jonhan B. Von Spix e Von Martius, médico e botânico, que estiveram em expedição na região na segunda década do XIX:

Uma raça de gente que, não por orgulho, mas por indiferença e indolência, detesta todas as peias duma civilização. Temos que inclinar-nos à conclusão de que os índios não suportam a cultura mais alta que a Europa lhes quer inocular, e que a civilização progressiva, elemento vital da humanidade florescente, mesmo o destrói como um veneno letal e de que como muitos outros seres da natureza parecem destinados a decompor-se e sair dos números dos vivos, antes de terem alcançado o mais alto grau de desenvolvimento, cujo germe está neles implantado. Consideramos, por conseguinte, os homens vermelhos, um ramo atrofiado no tronco da humanidade, destinado a ciclo, no qual o homem está sujeito como criatura natural, porém incapacitados de produzir as altas flores e frutos da humanidade (SPIX & MARTIUS, 1981, p. 47-48)

Na perspectiva de Gondim (2007), as interpretações forjadas pelos europeus sobre a Amazônia baseavam-se em ideias preconcebidas em seu imaginário, o pretenso conhecimento sobre outros lugares, como as monstrosidades índicas e suas maravilha, era transferido para interpretá-la, ou seja, “o olhar para aquilo que seria novo poderá traduzir a similitude, a diversidade e ainda a permanência das monstrosidades índicas transladada com matrizes atenuadas” (GONDIM, 2007, p. 71).

O imaginário do mundo medieval era povoado por lendas que descreviam o mundo fantástico oriental, retratado nas viagens de Marco Polo (1251 – 1323); eram histórias construídas, coletadas e reproduzidas por relatos de homens que viveram na antiguidade,

como Heródoto. De todos os lugares conhecidos pelos antigos e medievais, o que mais impressionou foi a Índia, para onde convergiam a síntese da fauna, da flora e da religião. Os expedicionários presentes na Amazônia reencontravam e seguiam o imaginário dos antigos viajantes, cujas histórias de fortunas incríveis estão sempre presentes na invenção da Amazônia (GONDIM, 2007, p. 25).

Pode-se então presumir que a ideia dos europeus de reutilizar conhecimentos prévios tende a familiarizar e aproximar o diferente. A prática da analogia com que supostamente se conhece o outro, sendo este domesticado, fortalece e documenta a estabilidade do antigo (GONDIM, 2007, p. 54). O novo é filtrado pelo antigo a fim de afirmar a supremacia do antigo. Nessa perspectiva, como aponta Gondim (2007, p. 14), a Amazônia, contrária a tudo em que se possa crer, não foi construída nem tampouco descoberta, mas foi inventada pelos europeus. Essa perspectiva nos remete a refletir sobre essa antiga fórmula europeia de representar o “outro”, em se pôr como diferente e superior em relação a outros povos do mundo, naturalizando essa supremacia “ocidental”.

As reflexões de Said (2007), em “o *orientalismo*”, nos convidam a desconstruir esse pensamento “ocidental” colonizador, reducionista e essencializante que trata os grupos sociais a partir de termos errôneos e unificados como “oriente e ocidente”, “civilizado e primitivo”, “desenvolvido e subdesenvolvido”, o que acaba por criar identidades coletivas para uma infinidade de grupos socioculturais que são em sua essência distintos um dos outros.

Essas reflexões giram em torno de aspectos socioculturais e históricos, mas a ênfase maior recai essencialmente sobre as relações de poder traçadas há séculos entre “ocidente” e “oriente”, efeito do choque cultural entre essas civilizações. Para esse autor, o oriente foi inventado pelo ocidente a partir da construção de uma representação pautada na cultura material da sociedade europeia.

Assim, o ocidente cria um discurso que surge mais como um distintivo de poder e dominação do que como discurso verídico do oriente, é um modo de filtrar o oriente na consciência ocidental (SAID, 2007), isto é, a ideia que se tem do “oriente” é de uma forte representação forjada menos em correspondência com a realidade e mais como uma representação que se faz do “outro”, um espelho invertido de “nós”, e representar o “outro” como exótico, incivilizado e degenerado é querer demarcar a diferença entre “nós” e o “outro”. Em certo sentido, a Amazônia seria “um certo Oriente” à medida que foi por muito tempo vista como o outro “exótico”, alvo de projeções daquilo que os europeus nunca quiseram ser.

Os distintos discursos em questão estão sendo analisados considerando as condições históricas e sociais vividas, e sejam quais fossem esses momentos, os discursos em relação à Amazônia refletiam as ideologias de suas instituições de pertencimento. Nesse contexto, o cenário que regia os discursos proferidos pelos missionários, administradores coloniais e militares era caracterizado pelos ideais de um Estado europeu (Portugal e Espanha) autoritário e fundamentado na teologia religiosa.

Nesse sentido, conforme pontua Almeida (2008, p. 32), os discursos no século XVI obedeciam às exigências da Igreja e do Estado, que primavam por um gênero de produção de características relatoriais. Neles estavam registrados extensos dados geográficos ou acidentes naturais, e se empenhavam em apresentar os chamados “gentios”. Sua finalidade era meramente utilitarista a fim de implementar seus interesses e empreendimentos econômicos, e a necessidade da evangelização da região funcionava como forma de justificar a legalização das terras conquistadas.

Desse modo, observa-se que as produções de conhecimento sobre a região obedeciam primariamente a um contexto social bem específico, isto é, satisfaziam os interesses dos colonizadores de Portugal e Espanha que encomendavam e financiavam as viagens exploratórias à região com objetivos predefinidos de descrevê-la e conhecê-la. Assim, pode-se perceber que os

discursos pronunciados não eram providos de autonomia “intelectual”, mas antes eram subordinados aos interesses da empresa colonizadora do período.

As narrativas dos “naturalistas viajantes” eram produto de distintas formações acadêmicas, tais como botânicos, médicos, zoólogos, astrônomos, matemáticos, filósofos e geólogos, que passaram por distintos momentos na região. As interpretações de Amazônia se associavam a instituições científicas empenhadas em produzir conhecimentos sistemáticos. Os conhecimentos eram dados pelas identificações de espécies botânicas desconhecidas e capazes de moldar novas coleções. As expedições de cunho científico na Amazônia originavam registros eventualmente sistemáticos, mesclados com curiosidades e improvisações, diferentemente das interpretações burocráticas que tinham os administradores coloniais e as expedições militares.

Entre os séculos XVII e XIX, expedições militares, de conquistas de novas terras e as punitivas na Amazônia produziram informações concretas sobre a região. Nos relatos de viagens dos que compunham o Real Corpo de Engenheiros que viajava pela Amazônia, consta que índios e quilombolas sofriam repressão e que eram uma constante as expedições punitivas para recrutar a força de trabalho compulsória, resultando em um conhecimento concreto sobre a região. O direito à guerra e à conquista admitia a escravidão dos índios e seu emprego econômico em proveito da Coroa. Os proveitos econômicos e “morais” de escravizar o “outro”, baseando-se em mecanismos violentos da força de trabalho, caracterizava o autoritarismo como o principal sustento da sociedade colonial.

Já no período de “governança” de Pombal, vê-se na historiografia uma relativa mudança nas ações do Estado para com as colônias. O projeto do governo de Marquês de Pombal (1750-1777) pautou-se em ideias do pensamento iluminado, tendo a razão como elemento fundamental que regia as ações oficiais do Estado, não apenas na metrópole portuguesa, mas refletia na administração de suas colônias. Prova disso é que a Amazônia,

segundo Almeida (2008, p. 24), passa a ter tratamento privilegiado numa divisão político-administrativa singular, o Estado do Grão-Pará e Maranhão, e assim é replanejado todo o projeto colonial.

Nessas circunstâncias, o governo português adota uma série de medidas de intervenção na Amazônia, dentre as quais estão ações enérgicas contra as práticas religiosas, sobretudo as referentes ao domínio econômico, ao incentivo à aquisição de escravos africanos, e à otimização da agricultura e do comércio na região. Em relação aos indígenas, as medidas dadas pelo Diretório Pombalino (1755) trataram de dar humanidade à figura do índio à proporção que relativizava a visão empregada no século XVI, que concebia o índio como “selvagem” e não humano, incapaz da mais alta reflexão, ao invés disso, os aproximava das premissas dos “filósofos das luzes”, que concebiam os índios como completamente “bons”.

Conforme indica Almeida (2008, p. 24) as reformas de Pombal na região primavam pelo uso da racionalidade, o que convergia para a preeminência das ideias iluministas da época. Isso era notado nas justificativas das ações oficiais do Estado para as colônias, que combinavam ideias de “progresso” e “racionalidade” econômica em nome de uma ideologia moderna de “universalidade da razão e do progresso”.

As medidas promovidas no projeto de governo de Pombal promovem uma profunda separação nas relações de poder. Segundo Almeida (2008, p. 22), vê-se a partir delas uma distinção entre o Estado dinástico e o Estado-nação através das medidas racionais burocráticas que caracterizam o Estado Moderno. Desse prisma, o Estado Moderno passa a empregar medidas de exploração racional, incorporando continuamente a natureza aos empreendimentos de agricultura tropical ao contrário da exploração predatória e eventual das feitorias do início da colonização.

Conforme Almeida (2008, p. 13), os esquemas explicativos, de tão internalizados até o século XX, tem vestígios fundamentais que podem ser encontrados sob a forma de

vulgarização científica, visto que esteve na ordem do dia a discussão e a propagação de formas de exploração “racional” e ação “moderna” nos diversos projetos faraônicos nos programas desenvolvimentistas para a Amazônia. Esteve implícito nesse movimento um conjunto de relações sociais e de poder que possibilitou e cristalizou certos “jogos de verdade” sobre a região. São condições específicas de produção científicas que resultam numa conjunção particular de ideias e noções difundidas e acatadas acriticamente tanto pelo extenso público quanto pelo público erudito (ALMEIDA, 2008).

Conforme sua formação, os “naturalistas” se utilizavam de distintas técnicas de observação direta, objetivando alcançar o inédito, o “não conhecido”, selecionando e agrupando materiais com uma classificação cautelosa, separando-os por suas características peculiares. Almeida (2008, p. 42), ao nos convidar a refletir sobre as interpretações de Amazônia, sugere que façamos um exercício acurado de análise, pois assim alcançaremos uma leitura crítica dos trabalhos desses “viajantes” e não correríamos o risco de coligir todos eles sob o mesmo discurso científico ou sob o mesmo esquema interpretativo aproximável.

Os “estudos da natureza” descreviam as bacias hidrográficas e a topografia, serviam de base para ampliação das rotas comerciais, além de garantir o estabelecimento da fronteira da empresa colonialista na região. De modo geral, quem compunha as expedições eram “naturalistas” responsáveis por descrever objetivamente a região e seus habitantes. Apesar de possuir cunho científico, o valor científico das viagens ficava relegado a segundo plano, pois, na ótica do Estado oficial que organizava as expedições, maior importância era dada às decisões políticas sobre a demarcação do território (FERREIRA, S/D).

Segundo Almeida (2008, p. 45), as expedições científicas, após o governo de Pombal nas possessões coloniais, se intensificaram com o objetivo de pesquisar as possibilidades de riqueza naturais e aumentar suas capacidades de mercado. Desse modo, as relações do governo com esses naturalistas eram específicas, diferentemente daquelas

mantidas com administradores da colônia, a ordem era que se registrasse tudo, embora limitando as possibilidades classificatórias.

É nesse contexto que se insere a viagem exploratória ou “viagem filosófica”, como ficou conhecida a excursão de Alexandre Rodrigues Ferreira pela Amazônia. A viagem exploratória ocorrida ao final do século XVIII foi um projeto pensado pelo governo português, portanto com fins políticos estratégicos, que visava ampliar o domínio de interesse e da política oficial portuguesa em relação à Amazônia (FERREIRA, S/D). O objetivo maior da viagem foi descrever e fazer conhecer a Portugal a diversidade socioeconômica da região. Nas descrições etnográficas enviadas a Portugal, observa-se a ênfase no quadro da fauna e da flora, sobretudo na ênfase dada às descrições dos potenciais agrícolas e econômicos, além de informações do quadro político e administrativo da região (FERREIRA, S/D, p. 53).

Para Almeida (2008, p. 50), entre os cientistas que constituíram os esquemas interpretativos com ênfase no “quadro natural”, produzindo referências consideradas “clássicas”, destacam-se os seguintes nomes: naturalistas-viajantes, os austríacos Jonhan B. Von Spix, zoólogo, e Karl F. P Von Martius, médico e botânico, que estiveram no Brasil no século XIX, e dois ingleses, A. Wallace, botânico, e H. Bates, zoólogo. Wallace esteve na Amazônia entre 1848 e 1852, e Bate, por onze anos.

O “quadro natural” observado e catalogado pelos “naturalistas” tinha o poder de impressionar, seja pela profusão encontrada ou pela natureza infernal e paradisíaca apresentadas nas viagens. Num fragmento do relato de A. Wallace sobre a Amazônia, tem-se a seguinte impressão:

Nos trechos por onde passamos, poder-se ia cultivar cana-de-açúcar, algodão, café, da melhor qualidade e em quaisquer quantidades. A navegação é livre e ininterrupta durante todo o ano. Toda a região é entrecortada por rios e igarapés que podem fornecer água com fartura em abundância para quaisquer fazendas que aí se estabeleçam. [...] Por outro lado abundavam as gigantescas sapopemas, os altos troncos estriados, as curiosas palmeiras e os elegantes fetos arbórescentes. Essa descrição poderia levar alguns leitores a pensarem que nossa caminhada pela floresta deve ter sido interessantíssima e agradável. Ledo engano! Havia também o lado negativo: as duras raízes que formavam cristas ao longo da trilha, os atoleiros e

lamaçais que se alternavam com os trechos recobertos de pontegudos seixos de quartzo ou folhas apodrecidas e etc. [...] nesse intrincadíssimo labirinto, os índios achavam seu caminho com infalível certeza. (WALLACE, 1979 *apud* GONDIM, 2007, p. 164-165)

As técnicas de classificação ou taxonomia, construídas nas viagens de exploração, em si já configuravam uma interpretação particular sobre a natureza, com destaque para os agrupamentos naturais. A noção de “racional” é originária de quem produz e dá autoridade ao uso disseminado desses sistemas de classificação. A produção da classificação é feita à luz dos definidores dos critérios de classificação, e a legitimidade dos naturalistas dependia do vínculo da “genealogia intelectual”. Estes passaram por Lineu, Lamarck e Darwin e seus críticos. Segundo Almeida (2008, p. 55), apesar da divergência na maneira como os classificadores agiam frente à compreensão de seus materiais de trabalho, havia entre eles a primazia pelo uso da razão, visto que consideravam o sistema classificatório prioritário na produção do saber científico para compreender a natureza.

1.2 O peso de interpretações naturalistas sobre a construção de visões deterministas: biologismo, geografismo e dualismo

No século XX, ainda é possível ver espaiada nas diversas explicações de Amazônia, a *doxa* elementar que regia o discurso científico dos naturalistas sobre a região desde o século XVI. Conforme nos referencia Almeida (2008, p. 63), a pujança do quadro natural em detrimento da figura do homem da região ainda se fez presente em diversas interpretações, sendo o elemento da “natureza” central nas explicações eruditas sobre a Amazônia. Tais interpretações figuram cristalizadas e de difícil dissolução, pois estão alastradas “disciplinadamente nas explicações eruditas, transmitidas por um inconsciente coletivo característico do mundo *savant* e tecem uma camisa de força para pensar a Amazônia que vige notadamente nos meandros das políticas governamentais” (ALMEIDA, 2008, p. 65)

A ênfase desmedida no quadro natural, segundo Almeida (2008, p. 62), forjou modelos explicativos baseados em critérios “objetivos e racionais” de inspiração naturalista que se pautou no modelo hegemônico da biologia e da botânica, usado para tecer conhecimentos sobre a Amazônia desde o século XVI.

Destacam-se aqui presentes nos “jogos de verdade” as imagens hiperpolizantes para pensar em Amazônia com destaque para o conjunto de “ismos” tais como o biologismo, o geografismo e o dualismo. A essas noções agrega-se uma gama de outras ideias como “isolamento”, “paraíso verde”, “inferno verde” e “pulmão do mundo”, que se vulgarizaram quando se escuta falar de Amazônia.

Para Almeida (2008), essas interpretações, por estarem envoltas em uma pretensa conceituação científica, se tornam tão inquestionáveis que se “distanciam de realidades localizadas e de processos reais e se transformam em expressões opinativas” além de ofuscar “a existência de uma diversidade de agentes sociais” (ALMEIDA, 2008, p. 13).

Almeida (2008, p. 30) destaca que, desde o século XVIII, a Amazônia é entendida como um “organismo harmônico”, porém quem forja essa classificação é Hans Bruntschi, em 1912. Desse prisma, a Amazônia é percebida por uma abordagem do biologismo em que os eventos da vida social passam a ser atrelados a processos biológicos e a leis naturais. Nessa interpretação privilegiam-se termos passivos característicos das ciências naturais, como “indivíduo”, “população” e “colônia”. A partir desse modelo explicativo, os “povos indígenas e a economia camponesa seriam entendidos como simples continuação da natureza” (ALMEIDA, 2008, p. 30).

Pensando em Amazônia, Bluntschli, numa conferência publicada pelo INPA⁴ em 1958, ao criticar as medidas pombalinas de 1755, refere-se à Amazônia como lugar da “cultura da cachaça”, contrapondo o costume dos “povos mestiços” aos empreendimentos

⁴ O Instituto de pesquisa da Amazônia – INPA abre, em 1958, a série “Cadernos da Amazônia” com a publicação inaugural da Conferência do professor de Anatomia e naturalista Hans Bluntschli, denominada “*A Amazônia como organismo harmônico*” (ALMEIDA, 2008, p. 30).

realizados por fazendeiros europeus no Baixo-Amazonas, salientado a existência de “duas Amazônias”. Ao fazê-lo, deixa entrever ao mesmo tempo elementos para uma abordagem do biologismo ou bio-organicista e dualista de Amazônia:

A primeira – eu a descrevi extensamente – é um país maravilhoso e harmônico. Com esta Amazônia combinavam bem os rios grandes e sem margens, as florestas silenciosas e não cruzadas por estradas, combinavam bem o índio sério, mas fiel com sua ubá e o seu arpão. [...] A outra Amazônia com seus palácios modernos, nas cidades grandes com suas mercadorias vistosas, mas de mau gosto e a sua forma de governo importada da Europa que não evoluíram em suas significações, correspondentes às condições regionais, mas baseiam em efeitos de pura vanglória ficou estranha ao meu íntimo. Traços de uma adaptação às condições naturais podem-se reconhecer, mas infelizmente são apenas início de um equilíbrio. Essa Amazônia quer ser uma filial da Europa, mas parece mais ou menos uma caricatura. É a Amazônia da cultura da cachaça e das folhas de zinco, e a influência dela não pode conduzir, nas trilhas escolhidas, à benção. (BLUNTCHLI, 1958 *apud* ALMEIDA, 2008, 31-32)

A abordagem de interpretação dualista da região surge quando a ênfase da explicação recai sobre elementos opostos e assimétricos tais como: natureza/cultura, rural/urbano, selvagem/civilizado, tradicional/moderno, atraso/progresso, racional/nativo. O geografismo interpreta a Amazônia com base em suas características físicas e na influência que o meio exerce sobre o homem, isto é, o mote discursivo incide na relevância dada às características naturais da região com destaque para as bacias hidrográficas, clima, rio e floresta.

Nessa perspectiva, ganha força uma interpretação “geografisante” em que a exuberância natural ganha proporção enquanto a presença humana tem reduzida significação. O geógrafo Eidorfe Moreira (1960) traça uma definição nesses moldes. A conceituação de Moreira surge no campo de discussão da criação do Plano de Valorização da Amazônia – SPVEA⁵ em 1953, que fundou a Superintendência de Valorização da Amazônia para a sua efetivação, exigia-se a conceituação formalmente ao passo que cientificamente e jurídico-formal do que se entendesse por Amazônia.

Moreira (1960) é acionado para sintetizar a controvérsia que surgiu entre os critérios que definiriam a Amazônia, a saber: os pontos geodésicos, fisiográficos,

⁵ Faremos uma discussão mais detida no próximo tópico deste capítulo que se dedicará ao estudo das políticas desenvolvimentistas para a Amazônia.

hidrográficos e da cobertura vegetal, contudo o critério geodésico prevaleceu. Conforme Almeida (2008, p. 29), Moreira cria uma definição mais ampla de Amazônia. Seu conceito é subdividido no que ele denominou de (a) “conceito hidrográfico”, “conceito fitogeográfico”, “conceito zoogeográfico”, “conceito político”, “econômico” e seus “critérios delimitativos da região” (b) “conceito de paisagem” (planície, rio, floresta clima e homem). Fica explícito na explanação de Moreira (1960) os cuidados que o autor tem em destacar o meio físico, enquanto o homem aparece minimizado e comandado pelos caprichos da natureza:

Em nenhuma outra região o rio assume tanta importância fisiográfica e humana como na Amazônia, onde tudo parece viver e definir-se em função das águas: a terra o homem e a história [...] o rio, com efeito, é quem comanda e ritmiza a vida regional. É ele que com sua poderosa e contínua ação anima a fisiografia da região, que, com as suas enchentes e inundações periódicas, fertiliza grande parte das terras e floresta; que com sua extensa rede líquida, caudalosa e desimpedida permite a circulação o comércio e a sociabilidade, que preside, enfim a condensação e distribuição do elemento humano na paisagem. (MOREIRA, 1960, p. 81)

No que tange à presença humana na região, ela emerge na análise de Moreira (1960, p. 82) como “insuficiente” e “insignificante”, classificada segundo seus tipos regionais ou “tipo antropogeográfico”⁶. Igualmente na sua leitura de Amazônia imbrica-se uma interpretação geografizante e dualista da Amazônia.

A interpretação dualista surge à medida que, no decorrer da análise, Moreira (1960) tece na trama de suas explicações, comparações de duas Amazônias: uma *Amazônia cabocla* contrastada a uma *nova Amazônia* tida por ele como moderna, visto que apresentava a presença nordestina com novos estilos culturais. Esse tipo de análise da Amazônia, como já mencionado, explica tudo por pares de oposições, distinguindo o tradicional do moderno, a agricultura de base familiar da *plantation*, preconizando a substituição dos modos tradicionais pelas técnicas de produção racional.

Segundo Almeida (2008, p. 64), essa interpretação foi reeditada nas ações oficiais durante a ditadura militar (1964 a 1985), como observado nas ações empresariais para dinamizar a

⁶ Para explicações mais aprofundadas sobre os tipos antropogeográficos, ver capítulo V da obra de Moreira (1960, p. 89).

economia amazônica. Nessa ótica, o “conhecimento dito científico avançaria sobre o que seria o “primitivismo” e o “tradicional” com propósitos homogeneizantes” (ALMEIDA, 2008, p. 69).

O entendimento da região como lócus de “insuficiência demográfica” ou de baixa densidade populacional apresenta, para Almeida (2008, p. 31), consideráveis riscos. Volta e meia essa interpretação é ativada nas justificativas de programas e projetos desenvolvimentistas quando fazem uso de categorias como “espaços vazios”, “isolamento”, e mais um sem número de adjetivos hiperbolizados para referir-se à Amazônia, o que acaba “contrariando a representação do espaço social e de territorialidades específicas e de diferentes etnias e comunidades provocando os conflitos sociais” (ALMEIDA, 2008, p. 33).

Reiterando as observações de Almeida (2008, p. 29), o padrão de criação desses modelos explicativos obedece a uma pretensa linha “racionalista e objetiva” carregando consigo influência naturalista perpassados por conceitos biológicos. Nessa perspectiva é que vão se formular, a partir de princípios ditos “racionalistas”, intervenções oficiais do Estado brasileiro para a criação da SUDAM em 1966, nas políticas de colonização dirigida do INCRA e nas concessões de terras públicas promovidas no período da ditadura militar. Ademais, vão estar evidenciados nas diferentes justificativas de intervenções nas políticas governamentais para a Amazônia como, por exemplo, no Proálcool, no projeto Jarí e Grande Carajás. Desse modo, “está-se diante de uma monotonia destes discursos que enfatiza o “racional” aplicado a objetos singulares e realidades localizadas” (ALMEIDA, 2008, p.29).

A reflexão feita até o instante sobre diferentes tipos de “jogos de verdade” produzidos sobre a Amazônia nos permite perceber que todo o processo de construção das interpretações, seja dado pelo projeto colonialista português ou pelo Estado racional-burocrático brasileiro, esteve mediado por distintos interesses estatais. Vê-se, segundo Almeida (2008, p. 31), nessas ações, o mesmo pano de fundo, ou seja, o pretense uso de uma racionalidade ou que ele denomina de uma “falsa racionalidade” científica, pois os modelos

explicativos calcados nos *ismos* ao priorizar o quadro natural criam obstáculos epistemológicos à medida que impedem o entendimento de realidades específicas e empiricamente observáveis.

1.3 A Amazônia na perspectiva desenvolvimentista, implicação e desdobramentos

A Amazônia, por ser depositária de um vasto potencial natural, foi alvo de cobiça e interesse não só pela empresa colonialista, mas passado ao século XX pelo Estado brasileiro. É sobre o prisma da ideologia da “modernização e do desenvolvimento” que Estado passa a imprimir a partir de suas ações transformações na configuração social, econômica e ambiental da região, a partir de exploração dita “racional” de suas riquezas naturais em nome de construção de um projeto modernizador: o desenvolvimento econômico nacional.

Segundo Ribeiro (2008, p. 118), a dinâmica e o ritmo crescente de integração do sistema mundial desde o século XIX, e muito aceleradamente depois da Segunda Guerra Mundial, exigiram ideologias e utopias que pudessem explicar as posições desiguais dentro do sistema mundial, que pudessem dar explicações do porquê de povos colocados em níveis mais baixos, para que pudessem crer que haveria solução para sua situação vista como “atrasada”.

A noção de desenvolvimento manifestada nos discursos dos dirigentes do Estado traz um léxico de uso de metáforas que aludem a espaço ou a ordem hierárquica, a saber: desenvolvido/subdesenvolvido, adiantado/atrasado, primeiro mundo/terceiro mundo. Tais hierarquias, na noção de desenvolvimento, permitiriam crer na existência de um ponto que poderia ser alcançado caso fosse seguido o caminho percorrido e mantido por Estados-nação que lideram a “corrida” para um futuro melhor (RIBEIRO, 2008, p. 118).

A Amazônia, na maior parte do século XX, passa a ser alvo das ações do Estado brasileiro, a partir de elaborações e políticas públicas desenvolvimentistas com a pretensão de integrá-la ao modelo moderno de economia global. O projeto nacional de desenvolvimento para a região, perpassado pelas políticas de valorização, iniciado nos anos 1940 e intensificado na ditadura militar, foi produto da estratégia de modernização da economia nacional e regional sendo, sobretudo, evidenciado no Pós-Segunda Guerra Mundial, quando houve uma mudança no posicionamento do Estado frente aos assuntos econômicos.

Para Brito (2000, p. 113) as políticas públicas ganharam importância no século XX, por terem sido responsáveis por um novo enquadramento do sistema de acumulação do capital industrial. A partir de suas instituições, o Estado brasileiro passa a regular, controlar e coordenar o processo de aceleração do desenvolvimento econômico. Esse novo comportamento do Estado se deve à influência da ciência econômica, sobretudo, da teoria econômica keynesiana, que em suas premissas preconiza a intervenção racional e planejada do Estado na economia, acentuada nos instantes de crise. É sob essa perspectiva que se elaboram a política de integração nacional caracterizada pelas políticas de desenvolvimento econômico, visando integrar regiões tidas como pouco desenvolvidas, como a Amazônia, à economia nacional.

As políticas de valorização da Amazônia funcionam como um modelo de desenvolvimento a ser definido para região. Segundo Brito (2000, p. 13), foi uma estratégia para impor outro ordenamento social, isto é, uma modernização que não rompe com antigas estruturas sociais, uma vez que a própria política de desenvolvimento incentivava a valorização econômica em detrimento de uma transformação verdadeiramente social. Ademais, a valorização da região fazia parte de um jogo geopolítico no qual se pregava uma ideologia de soberania nacional de defesa da região contra quaisquer interesses internacionais.

É sob esse *background* que surgem os planos desenvolvimentistas para a Amazônia. Segundo Brito (2000, p. 114), a incipiente intervenção do Estado na Amazônia se deu com o

Plano de Apoio à Borracha (1912), que visava reerguer o Brasil ao topo da produção desse produto, posteriormente se intensificou pelas propostas de intervenção do governo Vargas de 1940, onde constam a criação do Banco da Borracha e a proposta de criação da Superintendência do Plano de Valorização da Econômica da Amazônia (SPVEA⁷), que se concretizou com o cumprimento da Lei n.º 1806, de 6 de janeiro de 1953, regulamentado no Art. 199. Todo esse conjunto de medidas ficou conhecido como “A Batalha da Borracha”.

Partindo da perspectiva de valorização, a SPVEA adota, através do I Plano Quinquenal, um extenso programa de recuperação econômica, valorização, colonização e exploração da Região Amazônica. Ao empreender esse projeto, a SPVEA apresenta um diagnóstico do quadro econômico da região, mostrando a ausência de atividades econômicas autossustentadas e o problema do “espaço vazio” que inviabilizava o crescimento da Amazônia. Em suma, na visão da SPVEA, a Amazônia se constituía por um “espaço vazio, economicamente improdutivo e perigoso” (SPVEA, 1954, p. 24 *apud* BRITO, 2000). Em um trecho do discurso do ditador Getúlio Vargas, conhecido como *Discurso sobre o Rio Amazonas*, é reiterada a visão de uma Amazônia despovoada, a qual é preciso colonizar a fim de por em prática um projeto civilizatório na região:

[...] adensar o povoamento, acrescer o rendimento das culturas, aparelhar os transportes com o objetivo de retomar a cruzada desbravadora e vencer, pouco a pouco, o grande inimigo do progresso amazonense, que é o espaço imenso e despovoado. Nada nos deterá nesta arrancada que é, no século XX, a mais alta tarefa do homem civilizado: conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada. O Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da terra e, equiparado aos outros grandes rios, tornar-se-á um capítulo da história da civilização. (VARGAS, 1941 *apud* OLIVEIRA, 2009)

Durante a Segunda Guerra Mundial, os discursos de “progresso e desenvolvimento” são maximizados, quando há um esforço cooperativo bilateral entre

⁷ Tratava-se de um programa de fundo financeiro composto por 3% do total da renda orçamentária da União, que, durante vinte anos consecutivos, aplicaria em programas de desenvolvimento para a Amazônia (BRITO, 2000, p.132.)

Estados Unidos e Brasil através dos “Acordos de Washington”⁸, estabelecidos em 1942. No âmbito desses acordos técnico-científicos, a Amazônia é pensada como lugar estratégico tanto do ponto de vista do interesse militar, visto que detinha matéria-prima da borracha para abastecer a indústria de guerra americana, como do ponto de vista do desenvolvimento econômico nacional, pois em contrapartida os norte-americanos custeariam vários programas como os de saúde pública dirigidos pelo SESP⁹, bem como programas de migração, colonização, educação e indústria na Região Amazônica. A perspectiva brasileira era de que os acordos auxiliassem na alavancada da região para o “progresso” com o aumento das exportações da borracha, isto é, a região passaria a ter destaque dentro do panorama econômico nacional (FIGUEIREDO, 2004, p. 56).

Através dessa política do “desenvolvimento econômico” e do “progresso” é que a Amazônia sairia de uma área com agricultura “atrasada estagnada” a um padrão da “agricultura moderna” (WAGLEY¹⁰, 1988, p. 45). A solução para o desenvolvimento econômico do Vale Amazônico residiria na “elevação dos padrões de vida”, no que tange às técnicas agrícolas “primitivas e estagnadas”, para técnicas modernas e apropriadas, a exemplo das zonas temperadas (WAGLEY, 1988, p. 285).

Delineou-se, portanto, um *processo civilizador* para a região, no qual a base das interpretações seria um conjunto de regras que constroem a categoria de desenvolvimento, que surge como homogeneizante a fim de integrar a Amazônia a um padrão de economia nacional. Essa perspectiva dominou não só o campo das políticas desenvolvimentistas sobre a região, mas

⁸ Para aprofundamento dessa questão, ver Figueiredo (2004), “*Cuidando da saúde do vizinho: as atividades de antropólogos norte-americanos no Brasil*”.

⁹ O Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) incumbido de prestar assistência médico-sanitária foi criado dentro “Programa da Borracha” como parte dos esforços de guerra entre Brasil e Estados Unidos (FIGUEIREDO, 2004).

¹⁰ Charles Wagley passa a estudar a região quando inicia sua atuação como membro da missão técnica brasileira científica dirigida pelo Instituto de Assuntos Inter-Americanos (IAI), passando a ser um dos dirigentes da Agência SESP. Durante três anos que esteve no SESP, atuou em várias frentes, primeiro como membro do escritório regional no Vale do Amazonas, posteriormente como diretor do Programa de Migração e por último como Diretor de Educação Sanitária do Programa SESP (WAGLEY, 1988).

estavam presentes em análises de pesquisadores a serviço do governo que preconizam a máxima do “desenvolvimento econômico” dentro do modelo de planejamento racional.

É ainda sob a égide do desenvolvimento econômico que o regime militar (1964-1985) volta seus interesses para a Amazônia. De certo modo, dando-se continuidade de modo intensificado à “política integracionista” empregada nos governos anteriores, visto que as políticas de integração do território amazônico ao restante do país permaneceram calcadas na efetivação de diversos planos de desenvolvimento para a região. Como assinala Almeida (2008, p.70), na ditadura militar dá-se a reprodução do velho esquema explicativo quando se busca dinamizar a economia regional pautada numa racionalidade industrial para suplantar o atraso com que é tratado o conhecimento local.

Para Mello (2006, p. 28), o golpe militar caracterizou-se por sua ação política centralizada determinada por suas diretrizes e estratégias a logo prazo, por meio de distintos planos de desenvolvimento regional. Nesse sentido, o regime militar concretiza antigos propósitos de reafirmar a soberania nacional, viabilizando a estratégia de ocupação da região (p. 29).

Segundo Mello (2006, p. 23), esse processo de ocupação do território na Amazônia, ou o que a autora chama de *frentes pioneiras*, em grande medida impulsionadas pelo Estado na década de 1970, pelo projeto de infraestrutura (construção de estradas e eletricidade), programas de colonização dirigida e ampla política de incentivos fiscais dada a projetos agropecuários e industriais baseados na ideologia de conquista do território, é basilar para entender as transformações desse espaço regional.

Com o projeto modernizador de transformar o país numa “potência econômica” e dinamizar a economia nacional, o regime militar, ao expandir as fronteiras do mercado nacional incorporando a Amazônia à economia do país, lança mão de diversos planos para o “desenvolvimento econômico” da região. Destaca-se a “Operação Amazônia” (1966), um planejamento que aglutinava diversas medidas a fim de dinamizar a economia regional.

Cria-se o Banco da Amazônia (BASA), a Superintendência de Desenvolvimento Econômico (SUDAM), que agiam como agentes financiadores e administradores dessa política, e o POLAMAZÔNIA, plano que desenvolveria a Amazônia através de polos de desenvolvimento, escolhidos para incentivo desde que apresentassem fatores favoráveis (solos férteis, potenciais minerais, reservas madeireiras) ao desenvolvimento econômico. Essas ações eram geridas por uma ampla política de incentivos fiscais com o propósito de estimular a expansão de empresas agropecuárias e minerais, abrindo espaço para migrantes com maior poder aquisitivo (BECKER, 2001 *apud* MELLO, 2006).

Observa-se que, mesmo com a centralidade do governo militar, a política de integração nacional para a Amazônia permaneceu fincada na ideologia geopolítica de que era necessário desenvolver a região tanto econômica quanto demograficamente, (o estereótipo do “vazio demográfico” ainda se fazia presente) a fim de assegurar a “supremacia nacional” e livrá-la da cobiça estrangeira.

Destacam-se nessas investidas dois Planos de ação do Estado que foram importantes para o entendimento dessa política estatal: o Plano Nacional de Desenvolvimento – I PND (1970-1972), que para a efetivação da integração espacial e econômica da região salientou o projeto geopolítico de integração nacional, criando mecanismos para expandir a “fronteira econômica” do país da direção centro-oeste, da Amazônia e do Nordeste, por meio do Programa de Integração Nacional (PIN) e o Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND (1975-1979), que marca uma “nova etapa do esforço de integração nacional adotando a estratégia de ocupação produtiva da Amazônia, através dos incentivos fiscais da POLAMAZÔNIA” (MELLO, 2006, p. 29).

Segundo Mello (2006, p. 29), o esforço militar para colonizar a região se deu abertamente pelas “novas terras”, pois o governo “passa a ter consciência do valor em potencial que os territórios sem homem representavam”; era a esperança de riqueza e domínio

de novas técnicas. Nas estratégias territoriais efetivadas pelo Estado e suas repercussões sociais e ambientais, há evidente diferença entre as que foram dispensadas aos pequenos agricultores e colonos daquelas dispensadas à instalação de grandes empresas na região.

As ações do PIN, de início, priorizavam a construção de estradas na região (destaque-se a construção da TRANSAMAZÔNICA) e de colonização “oficial” atrelada aos planos de desenvolvimento de produção agrícola e fortalecimento de assentamentos. Nesse sentido, o INCRA¹¹ entra em ação, projetando a distribuição de lotes a pequenos produtores, agrovilas e agropóles, essenciais à consolidação de assentamentos. Conforme Mello (2006), em função da colonização até 1976, os colonos já haviam desmatado mais de 10 ha de seus lotes, ademais, a produção agrícola era insuficiente, e sem produção as agrovilas perdiam sua funcionalidade.

Nesse empreendimento, a propaganda do Estado vendia “o sonho de ascensão social do migrante, que especulava a possibilidade de tornar-se dono da terra” (MELLO, 2006, p. 30), a fim de estimular a vinda do colono à região. No entanto, as distorções provocadas pelas manobras para obter títulos de terra sucumbiam com direito democrático de propriedade, acarretando na obtenção de títulos de propriedade por pessoas mais próximas ao “poder”, e a grilagem de terras por empresas agropecuárias. Contudo, a *frente pioneira* de colonização se espalhou pela região, tornado propício o surgimento de conflitos sociais, ou seja, todo o esforço empregado pelo Estado no processo de colonização pública fracassou.

Os projetos de colonização desse período eram mais intensos nas regiões de Rondônia, Mato Grosso e Transamazônica. O fracasso da colonização pública impulsionou o governo a atentar para uma nova estratégia de colonização, quando o II PIN passou do incentivo na colonização social a incentivos fiscais de *grandes projetos* privados, na área da mineração, industrial e agropecuária.

¹¹ O Instituto Nacional de Colonização Agrária foi criado em 1970 pela união do IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e do INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário com o propósito de gerenciar a colonização na região Amazônica, tornando-se o mecanismo central da implantação do PIN (FOREWALER, 1981 *apud* MELLO, 2006).

Becker (2001 *apud* MELLO, 2006), ao refletir sobre essa questão, diz que a Amazônia foi vista como alternativa e solução para aliviar os problemas sociais que o Brasil vinha sofrendo, especialmente problemas envolvendo a expulsão de nordestinos e sulistas devido à modernização da agricultura, para além disso, a crise econômica de 1974 transforma a Amazônia numa imensa fronteira de recursos, passíveis de serem explorados por meio da implementação de grandes projetos minerais e hidrelétricos.

Esse período, caracterizado por forte intervenção do Estado deixou marcas nocivas provocadas por intensos conflitos sociais e impactos ambientais. Ao analisar tal situação, Mello (2006) enfatiza que as consequências sociais foram o surgimento de conflitos violentos de terra e multiplicação das colônias de pequenos agricultores resultante da valorização das novas terras. Observam-se grandes conflitos de terra envolvendo fazendeiros, posseiros, seringueiros e índios. Segundo Mello (2006, p. 36), um dos conflitos mais sangrentos motivados pela possibilidade de obtenção de título de terras ocorreu na região do Pico do Papagaio, no Pará, Maranhão e Goiás, onde se produziu o mais trágico processo de grilagem, especulação de terra e destruição de famílias.

Quanto aos impactos ambientais, sua propagação se efetuou em grande parte pelo desmatamento continuado por aberturas das estradas, exploração de madeira, seguida da expansão agropecuária e de intensa mobilidade espacial da população. Os conflitos relacionados à pesca também estiveram associados ao avanço da intervenção do Estado na região, devido aos incentivos e creditícios em torno de atividades pesqueiras, muito embora, como aponta Leonel (1998), o setor da pesca não tenha sido alvo prioritário das políticas de incentivo fiscais como foram os projetos agropecuários para a região.

Batista & Chaves (2007) e Leonel (1998) ressaltam que a política de incentivos fiscais efetivada nas décadas de 1960 e 1970 para a Região Amazônica e a disponibilidade de crédito para o setor pesqueiro destinado à sua profissionalização transformou a atividade

numa prática intensiva na região à medida que houve a inserção de novas tecnologias. Dentre elas estão o uso da fibra de *nylon*, barcos com grande potencial de armazenagem, conhecidos como barcos geleiros atrelados a transformações nas relações de trabalho entre os pescadores artesanais, por meio de uma específica divisão social do trabalho, objetivando a especialização da pesca e a ampliação da produção.

Com a intenção de atender uma procura cada vez maior devido à expansão da “fronteira econômica”, a frota comercial pesqueira foi estimulada a expandir sua área de atuação e desde então passou a adentrar locais distantes como lagos e várzeas da Amazônia usadas, controladas e exploradas pelos “ribeirinhos” por anos. As mudanças no raio de ação dos pescadores profissionais que ampliaram a distância da pesca provocaram forte reação do “ribeirinho”, acarretando o surgimento de conflitos de pesca. Tal reação é atribuída à dependência da pesca para sobrevivência dessas comunidades “ribeirinhas” (LEONEL, 1998, p. 73).

As análises feitas na década de 1970 sobre os impactos das políticas públicas na Amazônia já demonstravam, segundo Castro (2004, p. 5), as consequências sociais e ambientais devastadoras resultados dos efeitos de um modelo de desenvolvimento que ignorava o tema dos impactos socioambientais na região. Os estudos convergiam para compreensão dos efeitos da abertura da fronteira de recursos pelos programas de incentivo à colonização “oficial”, à migração e à expansão da pecuária, no entanto, como reflete Castro (2004), talvez tenha sido a implantação de grandes projetos hidrelétricos, como a construção das usinas de Tucuruí e Balbina e seus desastrosos efeitos sociais e ambientais, um vetor dinâmico para expulsão de diversas famílias, e a inundação de Vilas que ocasionou um efeito significativo na “conscientização e mobilização de grupos locais face às novas dinâmicas econômicas e políticas da região” (CASTRO, 2004, p. 6).

Para Castro (2004), os grupos locais encontram apoio em alianças com mediadores compostos por igrejas, ONGs e pesquisadores. Os impactos de resoluções

nacionais e internacionais sobre os moradores de cidades ou campo estão na base de inúmeras mobilizações de trabalhadores, dos embates dos seringueiros do Acre ou ainda dos atingidos por barragens. Segundo Castro (2004), esses fenômenos acabam por ocasionar movimentos internos, locais, porém contemporâneos ao movimento ambientalista nacional. A resistência localizada é consequência da experiência vivenciada pelos impactos ambientais das políticas governamentais, da implantação de grandes projetos e de expansão acelerada das fronteiras.

No entanto, é somente no contexto da preparação da Eco-92 que a Amazônia surge demasiadamente envolvida nas discussões em torno da temática ambiental. Em 1992 ocorreu a Conferência sobre Meio Ambiente da ONU, no Rio de Janeiro, vinte anos após a Conferência de Estocolmo, conhecida como Eco-92 ou Rio-92. É no processo de sua preparação que as discussões emergem e se alargam acerca da problemática ambiental, sobre possíveis soluções aos impactos ambientais, de como forjar um desenvolvimento na Amazônia associado à preservação ambiental e da noção de “desenvolvimento sustentável” por ONGs, movimentos sociais, empresariado e instituições governamentais.

É nesse novo cenário que surgem as “parcerias” entre a sociedade civil e instituições do governo, atuando através de intervenções sociais, por meio de diferentes iniciativas, a exemplo disso evidencia-se a introdução de novas tecnologias sociais como iniciativas de construção de cogestão dos recursos naturais que passaram a estar presentes desde a década de 1990 em localidades como a Amazônia.

É no contexto da presença de órgãos governamentais, usuários locais e outras organizações públicas que movidas pelo interesse em criar condições para um processo de gestão integrada e participativa dos recursos naturais passam a intervir no cotidiano de distintas comunidades da Amazônia, que o programa de extensão e de pesquisa da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) o programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea (PYRÁ) esteve inserido.

O Programa PYRÁ insere-se numa linha de continuidade que segue uma dada tradição de se pensar a Amazônia à medida que propõe estratégias de reflexão e ação pautadas no ideário do desenvolvimento sustentável para gerir os recursos naturais em ambientes de várzea na Amazônia. A noção de “desenvolvimento sustentável” se apresenta no âmbito de discussão bastante complexa, visto que mobiliza diversos campos de discussões como o ambientalismo¹² e a própria noção de desenvolvimento.

No entanto, como afirma Ribeiro (1992), desenvolvimento sustentável assume uma definição ainda em construção, mas enquanto ideia começa a circular publicamente na década de 1980, sobretudo após da entrega do relatório *Nosso Futuro Comum*, da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) (RIBEIRO, 1992, p. 27).

Na busca de uma definição, a noção de desenvolvimento sustentável é marcada por uma polissemia que permite a sua apropriação seletiva por distintos segmentos com variadas orientações político-ideológicas (RIBEIRO, 1992, p. 27). Essa noção tem sido explorada mais por interessados nessa política do que propriamente por especialistas acadêmicos em desenvolvimento. Desse modo, são as organizações não governamentais ecológicas (ONGs), órgãos de governo, agências multilaterais e empresários que circulam nesse terreno (RIBEIRO, 1992).

Apesar de não haver uma completa definição da noção de “desenvolvimento sustentável”, segundo Ribeiro (1992), noções como etnodesenvolvimento e ecodesenvolvimento comporiam o princípio do que seria desenvolvimento sustentável,

¹² Segundo Ribeiro (1992), ambientalismo pode ser entendido enquanto ideologia/utopia que possui sua própria história localizada um âmbito maior das histórias das diversas histórias e ideologias associadas ao campo do desenvolvimento. Apesar de ser difícil em termos substantivos distinguir o ambientalismo como um campo político e ideológico de luta interna por hegemonia, algumas características iniciais podem ser definidas. São muitas as versões e variedades do discurso ambientalista e dos movimentos sociais a ele associado. A respeito de se dizer que o ambientalismo não compartilha explicitamente um corpo central de ideias e categorias, pode-se dizer que o principal conjunto de seus referentes conforma uma matriz – o relacionamento homem-natureza – que é difundida de maneira mais neutra do que a relação homem-homem, enfatizando ou assegurando lugar central em suas teorias interpretativas (RIBEIRO, 1992, p.25).

estando presentemente este último em destaque ao contrário das primeiras. O fato é que, para esse autor, o que está por trás dessa discussão sobre um novo modelo sustentável de desenvolvimento é uma economia política muito ingênua, para não falar omissa. Para Ribeiro (1992, p. 27), não se trata de negar certos aspectos desse novo modelo de “desenvolvimento”, mas sim de não negligenciar as contradições essenciais desse universo construído pela expansão capitalista.

Um aspecto central desse modelo de desenvolvimento diz respeito às culturas locais tomadas não como entrave ao crescimento econômico, mas como parte central à sua sustentabilidade. Para Ribeiro (2008), a existência desse aspecto demonstra dois fatos, primeiro, é legítimo e reconhecível esse desejo de reconhecimento da cultura local, segundo, demonstra um contexto paradoxal à medida que aceita desenvolvimento enquanto categoria universal (RIBEIRO, 2008, p. 28).

Desenvolvimento sustentável supõe uma fé inabalável na racionalidade dos agentes econômicos articulados em ações rigorosas de planejamento, que compatibilizam interesses diversos como lucro do empresariado, a lógica do mercado, a preservação da natureza e, quem sabe, justiça social, visto que a miséria é tida como uma das grandes causas de degradação ambiental (RIBEIRO, 2008). Ou ainda, como afirma Carvalho (1991 *apud* RIBEIRO, 2008) a matriz de desenvolvimento sustentável é o projeto desenvolvimentista liberal aplicado ao meio ambiente, refere-se a uma “perspectiva produtivista” que visa preservar um modelo de acumulação de riquezas onde o patrimônio natural passava ser um bem.

As propostas que englobam a noção de desenvolvimento sustentável passam desse modo, por crivo ambientalista, visto que está implícita uma forma superior de capitalismo científico que conta com uma lógica de produção planejada e racional de mercado, mas agora sem negligenciar as questões ambientais, procurando preservar os insumos naturais da melhor forma possível. Esse novo enquadramento adequa-se perfeitamente a uma tradição reflexiva

sobre a Amazônia que sempre vinculou desenvolvimento com exploração racional dos recursos naturais, um ambiente histórico e intelectualmente adequado aos “novos” ditames do desenvolvimento sustentável.

CAPÍTULO 2: PROGRAMA INTEGRADO DE RECURSOS AQUÁTICOS E DA VÁRZEA (PYRÁ): CARACTERIZAÇÃO E RECONSTITUIÇÃO SOCIAL

2.1 Do grupo de pesquisa ao Programa de Extensão Universitária – PYRÁ

O início do processo de intervenção em comunidades rurais de Manacapuru pelo Programa Integrado de Recursos Aquáticos e Várzea (PYRÁ) se deu no segundo semestre de 1997, inicialmente como grupo de pesquisa, partir de iniciativas de pesquisadores/professores vinculados na época à Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e ao Centro de Ciências do Ambiente (CCA), um programa de pós-graduação interdisciplinar da Universidade. Vindos de campos disciplinares oriundos inicialmente das ciências naturais, grupos de biólogos, de pesquisadores das ciências agrárias e grupo de engenheiros de pesca reuniram-se em equipe objetivando “discutir e elaborar propostas de pesquisa, levantar dados secundários e apontar caminhos que viabilizassem o desenvolvimento sustentável das populações de várzea” (RIBEIRO & FABRÉ, 2003, p. 68).

O interesse por se trabalhar em áreas de várzeas pelo programa deriva da própria trajetória de vida dos pesquisadores, que possuíam experiência de trabalho nessas áreas na Amazônia. Mas, para além disso, consideram ser a várzea um ecossistema de grande relevância para atividades produtivas, como também para a manutenção da biodiversidade e dos recursos naturais, como os pesqueiros (RIBEIRO & FABRÉ, 2003)¹³.

Nesse contexto, conforme Ribeiro & Fabré (2003, p.68), o grupo de pesquisa traçou “rela es” (sic) com institui es não governamentais, institui es governamentais de pesquisa

¹³ Essa fonte trata-se de um livro elaborado após cinco anos de trabalho dos pesquisadores do próprio Programa PYR  nas comunidades rurais de Manacapuru na tentativa de implementa o do Sistemas Abertos e Sustentáveis (SAS); nele está contido os pressupostos da estratégia SAS, que surge como uma proposta de gestão dos recursos naturais de “forma participativa” e integrada para o uso “sustentável” dos recursos comuns em áreas de livre acesso.

como o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA), além de trabalhadores da pesca e lideranças comunitárias de diversas áreas da várzea amazônica. Adiante se estruturou dentro do grupo uma linha de pesquisa voltada para a pesca profissional, investigada a partir de um enfoque socioeconômico e ecológico e direcionando a propostas de manejo e uso integrado dos recursos naturais.

Segundo Fabré & Ribeiro (2003), a partir dessa redefinição, a pretensão do grupo de pesquisa foi tentar conciliar o “conhecimento popular do amazônida”, o conhecimento científico e experiências de desenvolvimento regional para elaborar estratégias de gestão dos recursos naturais renováveis em área de várzea¹⁴. Ademais se tentou propor “parcerias” entre usuários dos recursos e instituições de desenvolvimento em gestão ambiental, bem como ensino e pesquisa do Estado do Amazonas. Procurava-se, com essa estratégia, aumentar o aporte de informações e de recursos e ampliar o processo participativo da tomada de decisão sobre os recursos naturais.

O grupo de pesquisadores chegou às comunidades rurais do município de Manacapuru, área que posteriormente se tornaram área focal de atuação do programa de pesquisa e extensão PYRÁ, através de contato com o Movimento de Preservação dos Lagos (MPL) do Estado do Amazonas e da Colônia de Pescadores de Manacapuru a Z 9, os quais teriam destacado a existência e a importância de comunidades pesqueiras em Manacapuru.

Segundo Ribeiro & Fabré (2003, p. 69), o MPL representa uma organização não formalizada de comunidades vinculadas à Prelazia de Coari, da qual faz parte o Conselho de Preservação dos Lagos de Codajás-Mirim, Copeá e Médio Solimões, do qual fazem parte os municípios de Anori, Anamã, Beruri e Manacapuru. O contato com MPL foi dado através do senhor Venâncio Moreira, que reuniu representantes de cinco comunidades de Manacapuru e

¹⁴ Várzea são áreas que sofrem uma dinâmica sazonal de cheia e vazante, as quais estão localizadas às margens dos rios de água branca que possuem em sua suspensão um elevado teor de partículas rochosas oriundas de processos erosivos, fator que dá a áreas de várzea uma característica muito peculiar que é a de possuírem vantagens inquestionáveis do ponto de vista agrícola (STERNBERG, 1998; RIBEIRO & FABRÉ 2003).

alguns representantes do sindicato rural de Manacapuru. Nessa ocasião, teria sido apresentado o interesse do grupo PYRÁ em desenvolver atividades de preservação dos lagos, tendo cada representante explicitado a situação de sua área (RIBEIRO & FABRÉ, 2003).

Após os encontros entre o grupo PYRÁ e as comunidades detectadas, foram realizadas viagens para conhecê-las. Nesses primeiros contatos com as comunidades identificou-se que duas dessas comunidades se localizavam em Terra Firme e o restante, em áreas de várzea. Como o interesse do grupo de pesquisa era especificamente por ambientes de várzea, optou-se por se conhecer as comunidades que ficavam nessas áreas, sendo ainda realizada uma primeira reunião com as lideranças comunitárias.

Segundo Marco¹⁵, agrônomo e um dos mais antigos pesquisadores do programa que contatei durante estada em campo e que vinha atuando desde 1998 até 2007 desenvolvendo trabalhos com os agricultores da região, os contatos iniciais se deram com apenas cinco comunidades locais: comunidades da Costa do Marrecão e Costa do Canabuoca. Posteriormente, teria se estendido o contato aos lagos Jacaré Paracuúba e Redondo, Ilha do Paratari Linda Nova e Arraia e lugares que ficaram sendo área focal de atuação do Programa PYRÁ.

A localidade de atuação do grupo de pesquisa situava-se à margem direita do Solimões, fazendo parte da área três sistemas de Lagos: Sistemas de Lago Paracauuba/Jacaré, com 28 km², Sistemas Lacustre Cururu, com 35 km², e Sistema Redondo, com 30 km², onde estão situadas 27 comunidades sendo elas:

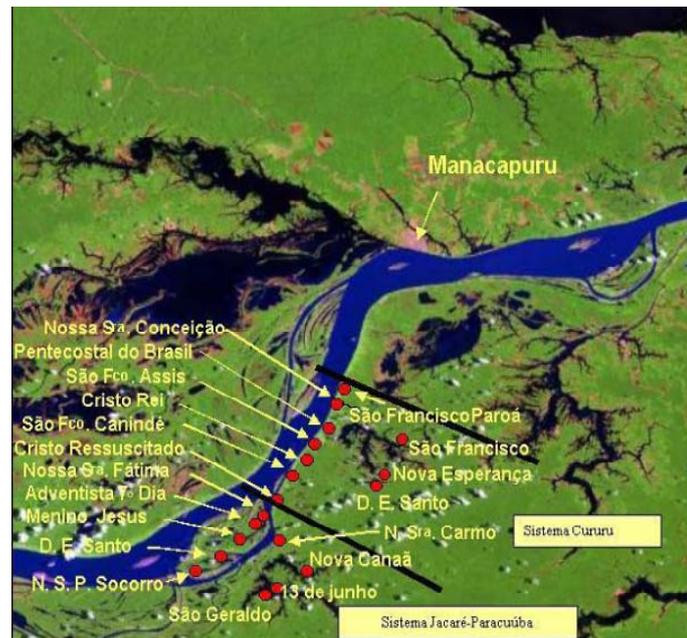
- Sistema Cururu: *São Francisco do Parauá, Nossa Senhora da Conceição, Assembleia de Deus, Fé em Deus, São Francisco do Cururu, São Francisco de Assis, São Francisco do Canindé, Cristo Rei Pentecostal do Brasil, São Francisco, Divino Espírito Santo, Nova Esperança, Nossa Senhora do Carmo, Cristo Ressuscitado, Cristo Rei.*

¹⁵ As referências feitas a todos colaboradores da pesquisa serão dadas por nomes fictícios a fim de preservar suas identidades.

- Sistema Jacaré-Paracuúba: Santa Luzia, São José, Adventista do Sétimo Dia, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora do Perpétuo, Divino Espírito Santo, Treze de Junho e Nova Jerusalém.
- Sistema Redondo: Divino Espírito Santo, São Francisco, Menino Jesus, São Raimundo, São Sebastião, Bons Amigos (RIBEIRO & FABRÉ, 2003).

Nesta dissertação, focalizei duas comunidades situadas no Sistema Cururu: *São Francisco do Parauá e Nossa Senhora da Conceição*, que serão tratadas particularmente no terceiro capítulo deste estudo. Mas, para efeito de esclarecimento, a escolha dessas localidades foi favorecida pelo fato de haver um conhecimento prévio sobre elas, visto que foram campos de muitas reuniões que acompanhei nas atividades do PYRÁ, além de ter tido oportunidade de desenvolver em uma delas (São Francisco do Parauá) uma pesquisa de iniciação científica na época da graduação.

Mapa 1 – Área com a localização das comunidades São Francisco Parauá e Nossa Senhora da Conceição



Fonte: Imagem Landsat de 1995, 6 bandas, cedida pelo laboratório de sensoriamento remoto da UFAM.

É em 1998 que grupo de pesquisa PYRÁ passa a se configurar como um programa de Pesquisa e Extensão Universitária da UFAM apoiado pela Pró-Reitoria para Extensão (PROEXT) e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação (PROPESP). O grupo permanece ligado ao Centro de Ciências e Ambiente (CCA), um programa de pós-graduação da Universidade Federal do Amazonas de caráter interdisciplinar que foi de onde vieram a maior parte dos integrantes do programa, inclusive os coordenadores e alunos de pós-graduação que o integraram, os quais na sua maioria atuavam na área da pesca, ecologia, limnologia e socioeconômica, além dos técnicos da Universidade. O Programa de Pesquisa e Extensão passou a desenvolver pesquisa com propósito de propor modelos de gestão integrada e adaptativos dos recursos naturais visto que nas áreas de várzea onde estão situadas as “comunidades ribeirinhas” costuma-se explorar de forma múltipla os recursos naturais de rios, lagos, florestas e ambientes da agricultura.

Apesar do PYRÁ ter como maior parte de seus integrantes profissionais das ciências naturais, o Programa também era composto por alguns profissionais das ciências sociais, visando tornar suas ações transdisciplinares. Segundo relatos da socióloga Fabiana, que conheceu o programa quando ministrava aulas no CCA, ainda durante a estruturação do PYRÁ, a falta de domínio do uso de linguagens das ciências sociais induziu o programa a se aproximar de profissionais da área das ciências sociais. De acordo com ela, a sua contribuição foi num sentido de propor uma base metodológica para o PYRÁ e afirma que era a única que refletia criticamente em relação a algumas ações desenvolvidas pelo Programa. Abaixo, a professora Fabiana relata sua participação no Programa:

[...] eu fui muito clara a eles no começo do projeto [PYRÁ], porque o projeto não tinha base metodológica, ou seja, o projeto era um conjunto de várias intenções de distintos conhecimentos disciplinares, mas eles não constituíam uma unidade metodológica de intervenção, ou seja, eles não tinham um conceito unificado, não tinham metodologia unificada, eles não tinham uma abordagem da divisão intelectual do trabalho organizada metodologicamente e de algum modo essa foi a nossa contribuição, e a presença do sociólogo André, mas para que isso não fique só a soma das partes o importante é ver e as pessoas serem treinadas a ver ecossistema

e bioma e sociedade numa forma única, obviamente eles tiveram algumas leituras, fizeram seminários, eles fizeram a construção de algumas imersões interagiram com outros grupos de pesquisa com esse foco, mas a minha contribuição foi essa.

Segundo a socióloga Fabiana, o projeto evidenciou como diferentes campos disciplinares fazem uso de termos como sociedade e comunidade. No entanto, segundo ela, a para alguns campos disciplinares, estes são apenas termos e não conceitos associados a processos de conhecimento que, dependendo do seu campo disciplinar e dos interesses em jogo, tendem a dimensões bastante diferentes:

Os sentidos são completamente diferentes, as categorias, os conceitos e o processo do conhecimento mesmo da intervenção das pessoas adquirem sentidos diferentes dependendo do olhar, se você vai fazer uma intervenção em comunidades ribeirinhas achando que elas são uma ação destruidora do meio ambiente, ou uma ação protetora do meio ambiente você já tem um sentido demarcado para fazer a intervenção, de um lado você romantiza as sociedades, os grupos humanos da Amazônia porque eles são protetores da floresta em relação ao avanço do capitalismo, por outro lado você sabe que algumas práticas tradicionais são destruidoras da floresta porque usam o fogo para fazer a roça, então nessa ambivalência, eu diria que há esses interesses muitos díspares, é uma outra forma de você ver, outro modo de como as pessoas constroem conhecimentos. Então você vai ver repetidamente outros e outros não só no PYRÁ, outros processos nessa linha.

A colocação denota a preocupação com o uso dessas categorias das ciências sociais por outros campos disciplinares sem a devida problematização de seu significado. Coloca-se em questão como o conhecimento científico cotidianamente vem sendo praticado sem que haja uma reflexão mais aprofundada sobre suas bases. Latour (1994) assinala que a dita “modernidade” fixa dois conjuntos de práticas distintas: o primeiro conjunto funda por “tradução” novos seres por misturas, são os “híbridos” de natureza e cultura. O segundo conjunto de práticas funda por “purificação” duas zonas opostas, de um lado estão os humanos (as pessoas) de outro os não humanos (objetos).

O primeiro conjunto refere-se ao que o Latour chama de “redes”, o segundo ao que chama de “crítica”. O primeiro conjuga preocupações sociais, políticas, estratégias científicas e industriais aliadas a problemas ambientais. Já o segundo refere-se a uma divisão

rígida entre o mundo natural, que traz questões previsíveis e estáveis, e o mundo social, por sua vez instável.

Latour enfatiza que se aderirmos esse dualismo do mundo natural *versus* o mundo o social estaríamos aceitando o projeto moderno criado pelo processo de proliferação dos “híbridos”. Na verdade, Latour se recusa pensar o mundo a partir dessa separação ou “purificação”, como se fossem dois mundos opostos e sem conexão, mas percebe que esses dois conjuntos de práticas “purificação e hibridação” sempre estiveram operando juntos, e quanto mais a modernidade insiste em recusá-las tentando enjaular nossos sistemas de representações na dicotomia natureza e cultura, mais os seres “quase-objetos” estarão se disseminando, ou, para usar sua expressão, se “proliferando”. Portanto, já que a modernidade se caracterizaria por essa ontológica separação clássica entre natureza e sociedade, nós já não podemos ser modernos, porque a prática da “hibridação” estaria atuando junto ao pressuposto que a modernidade nega.

Para Latour (1994), dentro da representação ontológica de modernidade em que há separação dos sujeitos e objetos, ninguém se preocupou em estudar a política e os cientistas simetricamente, apenas quando olharmos esse campo simétrico, isto é, restabelecendo o mesmo entendimento que organiza a separação dos poderes naturais e políticos, deixamos de ser moderno. Mas o que cria essa separação?

No caso das constituições políticas, seriam de competência jurídica, já o mundo natural das coisas e objetos seria de atribuições dos cientistas, estabelecendo assim a dura separação entre as competências das coisas e do sujeito, relegando a existência do seres “híbridos”. O interesse de Latour não está em polos opostos, mas na mediação que cria seres meio sujeito meio objetos. Ele propõe segui-los através de sua teoria ator-rede¹⁶, que estuda

¹⁶ Parte dessa teoria está detalhadamente exposta em “Ciência em Ação” (2000). Latour (2000) faz uma ampla explanação, onde propõe seguir literalmente os cientistas e engenheiros no ato de suas ações descrendo através das redes como os fatos e objetos científicos são construídos, percebendo quais os mecanismos e recursos foram mobilizados para sua construção. Latour (2000) propõe que abramos as “caixas-pretas” da ciência para tornar

simetricamente os objetos e os sujeitos, os seja, a ideia seria tratá-los sob o mesmo prisma, dando a mesma dignidade a ambos. Esse princípio de assimetria exige nas palavras de Latour (1994, p. 91) que os “erros” e as “verdades” sejam tratados da mesma forma. Desse modo, seria trabalho da antropologia descrever como se processa essa separação entre ciências “verdadeiras” e “falsas”, mas também como os múltiplos arranjos reúnem” (1994, p. 21).

Inspirada nas reflexões de Latour (1994; 2000), pretendo demonstrar por meio de uma reconstituição no tempo do processo de intervenção do PYRÁ nas comunidades rurais de Manacapuru, que sua intervenção esteve permeada pelo efeito de “purificação e hibridação” do conhecimento científico e social. Pretendo mostrar como as configurações/figurações (ELIAS, 2006) sociais foram moldadas a partir desses híbridos que definem a relação entre a ciência e o social.

Gostaria de destacar o contexto de coleta de muitos dos relatos aqui apresentados. Parte do material foi obtido durante a minha participação entre os anos de 2005 e 2007 como bolsista de um dos projetos do PYRÁ. Nesse período, acompanhei diversos momentos nas atividades do Programa como cursos, oficinas destinadas aos comunitários pela equipe de cientistas sociais do PYRÁ, e especialmente reuniões das assembleias da associação local ADESC e cursos de capacitação para seus membros.

Durante seus dez anos de existência, o Programa PYRÁ contou em diferentes momentos com distintas instituições de financiamento ou “parceiros”, termo que participantes do programa utilizavam para aqueles que subsidiaram vários projetos do programa como: SUDAM, CNPq, IPAAM, BASA, Prefeitura de Manacapuru, Pró-Várzea/IBAMA, Fundo Nacional de Meio Ambiente, PNUD e Pró-reitoria de Extensão/UFAM. Vale ressaltar que apesar de não se tratar de uma ONG, mas de um programa de extensão universitária, o

perceptíveis os caminhos percorridos para sua construção; o contexto irá mostrar que o processo de sua construção, mesmo nas ciências naturais não é objetivo, mas esbarra numa infinidade de interferências que vão moldar seu comportamento e resultado dentro de um laboratório e o que é percebido como uma distinção entre o contexto e conteúdo da ciência irá desaparecer.

Programa PYRÁ durante sua existência contou com financiamento de agências governamentais que costumam financiar os chamados “pequenos projetos de desenvolvimento sustentável”, “organização de base” e ONGs.

Segundo Pareschi (2000), esse tipo de financiamento para “projetos” avançou no Brasil desde os anos 90 em função de fatores como: a crescente pressão praticada pelo movimento ambientalista internacional e nacional sobre o governo e agências multilaterais de desenvolvimento demandando transformações em suas políticas que estariam acarretando desigualdades sociais e impactos socioambientais; o crescimento da ideologia neoliberal que nos anos 1980 interpretava o Estado como ineficiente, incapaz e pesado, portanto se clamava pela presença de agentes privados que seriam mais eficientes tanto em suas relações com o mercado como na solidariedade com as organizações não governamentais.

Esses fatores estão atrelados ao uso da noção de “sociedade civil” no âmbito das lutas políticas em torno da redemocratização de países da América Latina entre as décadas de 1980 e 1990. E por fim, o aumento da presença nos órgãos do governo brasileiro e nas agências multilaterais de agentes sociais oriundos de ONGs ambientalistas e da comunidade científica que têm os mesmos ideais de transformação social e democratização (PARESCHI, 2000).

Após a identificação das comunidades e a realização de visitas iniciais e reuniões para conhecimento da área junto às lideranças comunitárias, foi pensada pela equipe de pesquisadores do PYRÁ na época a realização de um “grande” diagnóstico participativo socioambiental de toda área-foco de atividades do programa. Como os primeiros contatos foram traçados com as lideranças comunitárias, estas se tornaram a ponte entre o PYRÁ e o restante das pessoas que residiam nas comunidades, tais como grupo de mulheres, agricultores, pescadores e jovens das comunidades. As lideranças eram responsáveis por reunir e passar informativos sobre as reuniões e atividades do Programa para o restante dos comunitários. Foi dessa forma que a população inicialmente se envolveu com as atividades do

Programa. Após esse contato, as atividades de levantamento de informações para o diagnóstico se iniciaram na área.

Conforme o pesquisador Marco, o intuito inicial do grupo era fazer uma pesquisa e um levantamento na região sobre os recursos pesqueiros, no entanto o relacionamento traçado com os comunitários possibilitou ao grupo de pesquisa pensar numa intervenção mais efetiva na área, possibilitando transformar o PYRÁ em um Programa de Pesquisa e Extensão. As informações levantadas das comunidades embasaram posteriormente o desenvolvimento de diversas linhas de ações, além de servir de fundamento para a realização de distintos projetos realizados na área de atuação do PYRÁ ao longo dos anos.

Tal diagnóstico foi frequentemente mencionado por pesquisadores do Programa com os quais tive contato durante meu trabalho de campo como uma das “primeiras e grandes” ações do PYRÁ na área. Segundo o pesquisador Marco, o diagnóstico foi financiado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e visava obter conhecimento como um todo da área “foi a partir desse diagnóstico e sua posterior análise, que se identificaram os problemas existentes no local e suas possíveis potencialidades econômicas”, inclusive os conflitos em torno da pesca que vivenciavam os moradores daquela região. Em trecho da conversa com o pesquisador Marco:

A primeira ação do PYRÁ foi um grande diagnóstico, a gente passava em torno de 15 dias direto lá na área, a primeira equipe que foi ficava num barco da universidade [UFAM] ficava ancorado na beira do Rio Solimões e o pessoal se deslocava nas comunidades para fazer o trabalho, isso acho que em julho ou agosto de 1997, quando eu entro em 1998 já existia a voadeira, uma casa flutuante que era onde nós ficávamos quando passávamos os finais de semana na área. Em cima desse diagnóstico foi elaborado um relatório. E o resultado dessa pesquisa foi apresentado para as comunidades, que inclusive foi traduzido em forma de livro, as comunidades do Canabuoca tem um livro que conta a história delas, eu lembro bem, no início do projeto eram as comunidades São Francisco de Assis, Nossa Senhora da Conceição, Fé em Deus, Cristo Ressuscitado, depois a Vila do Jacaré. Todas essas comunidades têm a história delas que foi o resultado do diagnóstico, com o mapa mental, com a foto da comunidade, falando da realidade na questão do saneamento, educação, saúde, agricultura a pesca, entendeu?

Segundo Ribeiro & Fabré (2003, p.79), a confec o do diagnóstico foi dirigida por um formulário de entrevista que abrangeu os seguintes aspectos: perfil dos membros da família; organiza o social; recursos físicos e financeiros na produ o; características das atividades produtivas; saúde e saneamento básico; aspectos culturais; meio ambiente; educa o; pesca; anseios. Além disso, houve visitas e conversas sobre o ambiente com os moradores mais antigos da  rea. Como se percebe, o levantamento almejava conhecer o cotidiano social, ambiental e econômico local total da  rea.

O cientista social Evandro, um dos pesquisadores que atuou desde 2004 no Programa acompanhando as atividades para o “fortalecimento organizacional” das associa es das comunidades envolvidas com as atividades do Programa, acredita que para entender o que era o PYR    preciso que se pense em sua proposta de atua o, que sempre foi bastante clara para os coordenadores e consistia na elabora o inicial do diagnóstico que contivesse toda a caracteriza o ambiental e problemáticas sociais das comunidades e a partir daí traçar a es para desenvolvimento local das comunidades que abrangiam a área do Programa. No entanto, segundo Evandro, a implementa o teve com obstáculo: a “participa o” efetiva das comunidades:

[...]   interessante perceber como a proposta PYR  foi conduzida.   muito clara a proposta que eles tinham [PYR ], num primeiro momento fizeram um diagnóstico. E p s diagnóstico, propunham e tinha um acordo [Acordos de Uso Integrado dos Recursos Naturais], que sempre foi a grande área de atua o do programa, e em cima desse diagnóstico eles, pelo menos a proposta era de fazer um conjunto de a es e desenvolver essas a es na comunidade. Só que na hora da implementa o, não houve a participa o da comunidade, a comunidade acho que não conseguiu entender qual era o papel dela nesse processo pós-diagnóstico. Inclusive o livro do Sistemas Abertos e Sustentáveis (SAS) te d  um diagnóstico, uma caracteriza o de todos os problemas da área, mas nenhum momento tu vais encontrar as a es pra resolver esses problemas.

Segundo o pesquisador Flávio, também da área de Ciências Sociais por forma o e que iniciou suas atividades no PYR  em 2000, por indica o de uma professora que na época ministrava aula no CCA, desde o começo, a proposta principal do PYR  era voltada

para estratégias de “desenvolvimento local sustentável pensando no uso integrado dos recursos naturais da várzea” e que toda a proposta foi dirigida por princípios do DLIS, Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. Ao comentar sobre a proposta do PYRÁ, Flávio diz que:

Os agentes pesquisadores já sabiam o que queriam. Queriam implantar um programa que se traduzia no SAS e os acordos seriam um instrumento de um programa maior que era o SAS, Sistemas Abertos e Sustentáveis. Estávamos pensando em novas alternativas de desenvolvimento local, mas mesmo assim fomos construindo o caminho juntos, não tinha uma receita pronta apesar de haver um projeto com suas diretrizes, mesmo com todo o planejamento, nos seguíamos o princípio da DLIS, que é o desenvolvimento local integrado e sustentado, a partir daí nós íamos caminhando.

O biólogo Alves, que ingressou no Programa PYRÁ no ano 2000 através de contato estabelecido com sua orientadora de mestrado e uma das coordenadoras do referido Programa, quando indagado sobre os ideais que perpassavam a atuação do Programa, afirma que o que sempre se pregou e o que ele acredita era que de alguma forma deveria “trazer melhoria para o homem do interior, temos de mostrar soluções para os desafios impostos por toda essa complexidade que é o ambiente de várzea, sem esquecer o homem que já faz parte dessa paisagem”.

Conforme o esclarecimento dos pesquisadores acima, o Programa tinha um objetivo que se exprimia numa proposta de “desenvolvimento” local para aquela região. Nesse sentido, creio ser preciso esclarecer sobre o que veio a ser essa proposta e quais seus processos de construção. Para tanto, é oportuno explicar dois pontos que o pesquisador Flávio cita acima: primeiro, o DLIS como um dos princípios condutores das ações do Programa PYRÁ, e o SAS (Sistemas Abertos e Sustentáveis) como modelo de desenvolvimento local, como estratégia pensada pelo PYRÁ para as comunidades envolvidas.

Grosso modo, o DLIS¹⁷ refere-se a uma proposta metodológica para o “desenvolvimento local integrado e sustentável” pensada no âmbito do Governo Federal e efetuada pelo Programa Comunidade Solidária desde 1997. A proposta obedece a uma série bem determinada de ações e planejamento articulado visando principalmente ao combate à pobreza, à exclusão social, objetivando alcançar o DLIS (FONTES *et al.*, 2002). O Programa PYRÁ teve acesso a essa metodologia através de contatos com instituições como o Serviço de apoio à Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-AM), unido à Secretaria de Assistência Social do Estado do Amazonas (SETRAB) e o Programa Comunidade Solidária, do Ministério da Ação Social (UNISOL), que viabilizaram aos pesquisadores do PYRÁ, na época, conhecer e tentar uma nova alternativa para pensar, formular e parcialmente implementar uma estratégia de “desenvolvimento sustentável” (RIBEIRO & FABRÉ, 2003, p. 40).

2.2 Sistemas Abertos e Sustentáveis (SAS): Do modo de gestão “tradicional” à disciplinarização do uso dos recursos naturais

A proposta Sistemas Abertos e Sustentáveis (SAS¹⁸), pensada para ser implantada como experiência-piloto em comunidades rurais do município de Manacapuru, emerge enquanto estratégia metodológica de gestão ambiental, cujo modelo de gestão dos recursos é fundamentado em preceitos de cogestão, que envolve a população participante do processo. Ribeiro & Fabré (2003, p. 33) pontuam que SAS   uma estratégia alternativa para o desenvolvimento local, integrado, adaptativo e participativo em unidades socioterritoriais de

¹⁷ Para maior aprofundamento dessa metodologia ver “A estratégia de desenvolvimento local proposta pelo Programa Comunidade Ativa: potencialidades e entraves do DLIS” de (FONTES et al 2002)

¹⁸ Segundo Fabré & Ribeiro (2003), essa proposta se originou a partir de conhecimentos e experiência de trabalho de uma equipe multidisciplinar de professores, técnicos, alunos de p s-gradua o na Amazônia que implantaram a experiência-piloto numa área de Várzea em Manacapuru.

“livre acesso” para a melhoria de qualidade de vida e conservação da Amazônia, através do empoderamento local de uso responsável do recurso.

A estratégia local implica na delimitação socioterritorial de Unidades¹⁹ de Cogestão a partir das potencialidades naturais, do conhecimento das formas de reprodução sociocultural das bases econômicas locais e suas interações dentro das unidades; o “Integrado” representa a interação entre os capitais natural, sociocultural e econômico condizente com a forma de uso dos ambientes de várzea; o adaptativo surge da abordagem do manejo adaptativo ao invés do tradicional, esse processo se daria por meio de um monitoramento constante de ações e resultados, possibilitando mudanças de acordo com a avaliação e a interpretação das pessoas envolvidas; o participativo implica em ampla participação da população envolvida, o que seria o alicerce para o andamento e prolongamento do SAS, o incentivo à corresponsabilidade sobre as formas de uso dos recursos e cogestão no uso dos recursos naturais e atitude cidadã com base no processo de indução ao desenvolvimento sustentável, dando às comunidades o poder para lidar com os agentes externos (RIBEIRO & FABRÉ, 2003, p. 34).

O modelo de gestão SAS fundamenta-se entre outras coisas no estabelecimento de critérios e normas de acesso que regulam o uso dos recursos naturais através do estabelecimento de Acordos de Uso Integrado dos Recursos Naturais, que, no caso da área focal do PYRÁ, foi instituído e regulamentado pelo IBAMA pelas Portarias n.ºs 11 e 12, de 2002. Essa tecnologia de cogestão surgiu a partir da concepção dos já existentes acordos de pesca (ISAAC *et al.*, 1998 *apud* RIBEIRO & FABRÉ, 2003).

¹⁹ O significado de Unidades de Cogestão como primeiro ato para a implementação do SAS na área-piloto do Programa aconteceu a partir da disponibilidade de ecossistemas lacustres (sistemas de lagos), da identificação de suas características fisiográficas, da distribuição espacial das comunidades da acessibilidade dos recursos naturais da área, das formas de apropriação e conflitos de uso dos recursos naturais de uso comum, principalmente os pesqueiros, e da visão sistemática do capital humano, social e natural à apropriação dos recursos pesqueiros e os conflitos advindo desse processo, representaram na área-piloto do Programa o fator indutor e de maior peso do processo de definição das unidades de cogestão (RIBEIRO & FABRÉ, 2003).

O SAS age a partir de uma perspectiva sistemática de interação do capital natural, social e cultural, sendo a delimitação espacial necessária para sua determinação, a qual se define pela territorialidade dos grupos sociais estabelecida pelo modo de uso dos recursos naturais e pela relação custo/benefício da exploração, além das formas como são apropriados os recursos de uso comum (RIBEIRO & FABRÉ, 2003).

Além da proposta SAS estar fixada no estabelecimento e formalização de acordos funcionando como ferramenta de cogestão integrada dos recursos naturais, a proposta também pressupõe ações integradas dirigidas para o aproveitamento de potencialidade socioeconômica, ambiental, e fortalecimento político institucional (BARROS, 2006, p. 56). Por ser uma ferramenta de gestão integrada atrelada ao ecossistema e à sazonalidade da várzea, exigiu-se, segundo Ribeiro e Fabré (2003, p. 52), uma visão holística para compreensão da interdependência de aspectos naturais e socioculturais; para tal, a composição de uma equipe multidisciplinar foi fator preponderante para o processo da construção integrada.

Abaixo elenco ações que fizeram parte do plano de desenvolvimento SAS, segundo Ribeiro e Fabré (2003, p. 47-48).

Linhas de ações:

1. **Manejo de Recursos Naturais:** Essa linha visa ao investimento e ao apoio às iniciativas de capacitação, além de representar o fio condutor de implementação dos acordos.
2. **Economia do Pequeno Produtor:** Essa linha visa melhorar as atividades econômicas locais a partir de gerenciamento eficiente de unidades produtivas, introdução de novas tecnologias econômicas e implementação de tecnologias adaptadas ao meio rural.

3. **Saneamento:** Implantação de programas comunitários de educação sanitária e capacitação continuada de agentes de saúde. Essa linha visa promover a conservação ambiental aliada à melhor qualidade de vida.
4. **Educação e Desenvolvimento:** Essa linha tem por finalidade ter a escola como instituição deflagradora do processo de desenvolvimento local, a partir de uma proposta pedagógica voltada para valorizar a cultura local, a conservação ambiental, o empreendedorismo e a formação continuada.
5. **Organização político-institucional:** Linha fundamental ao processo de autossustentação e continuidade da proposta implantada. Visa promover a organização local comunitária através de práticas de associativismo e cooperativismo a fim de instrumentalizar e capacitar os atores sociais para lidar com instâncias estatais de forma negociativa para promover essas relações e as políticas públicas.

Diante do exposto, pode-se supor que o PYRÁ esteve informado pelo imperativo da conservação ambiental, o qual implicaria “naturalmente” na “melhoria de vida” da população envolvida à medida que existia a *crença* entre os pesquisadores na possibilidade real de alcançar *mecanismos* pautados na cogestão participativa que viabilizasse o desenvolvimento dos grupos locais atrelado à conservação do ambiente, em suma, em propiciar o tão desejado “desenvolvimento sustentável”. Os mecanismos de ação do Programa revelam parte do que Elias (1994, p. 2006) denomina de *processo civilizador*.

O *processo civilizador* ou *processos de civilização* refere-se a uma predisposição das pessoas à autorregulação propiciada por um aprendizado pessoal dos sentimentos e pulsões visando atingir um modelo de civilização afim de que as mesmas possam conviver consigo e com os outros.

Conforme Elias (2006, p. 37), o processo civilizador

Está relacionado à auto-regulação adquirida, imperativa para a sobrevivência do ser humano. Sem elas as pessoas ficariam irremediavelmente sujeitas aos altos e baixos das próprias pulsões, paixões e emoções, que exigiriam satisfação imediata e causariam dor caso não fossem saciadas. Na ausência da auto-regulação não se poderia sem grande desconforto adiar – conforme circunstâncias realistas – o aplacamento das pulsões nem modificar a direção da busca desse objetivo. Nesta situação todos agiriam como crianças pequenas sem condições de regular as pulsões e paixões, ou seja, de se auto-regular e igualmente incapazes, portanto de viver permanentemente na companhia dos outros.

Está intrínseco na dinâmica do *processo civilizador* o elemento da *coação externa*, que, por sua vez, se converte em *autocoação* e leva as pessoas ao *autocontrole* dos desejos mais íntimos a fim de adequá-las a modelos de comportamentos sociais, ou seja, o autocontrole age como um *mecanismo* regulador das emoções individuais que torna as pessoas vigilantes a não transgredirem uma conduta socialmente aceitável tornando a harmonia da convivência social possível.

Esses processos sociais não planejados abrem espaços para acontecimentos inesperados na sociedade e normalmente são caracterizados “pela imposição de uma estrutura social modificada, particularmente por mudanças decisivas nas relações de poder favorecendo determinadas posições sociais e desfavorecendo outras” (ELIAS, 2006).

No caso da intervenção propiciada pelo PYRÁ na área da pesquisa, um dos *mecanismos* de *coação externa* do comportamento social foi marcada pela criação e formalização dos Acordos de Uso Integrados dos Recursos Naturais entre os distintos agentes (PYRÁ, Estado, através do IBAMA, e comunitários) envolvidos na tentativa de *disciplinar* o uso dos recursos naturais da área tentando suprimir as tensões e conflitos sempre presentes nesses processos sociais na direção de estabelecer um possível consenso entre as partes; nesse caso, seriam os comunitários locais usuários dos recursos naturais, pescadores comerciais da área e de outras localidades que também buscam utilizar o recurso de uso comum.

Para implementar a metodologia SAS, foram feitas séries de reuniões nas comunidades intituladas “União pelos Lagos”, ações de capacitação, cursos, oficinas de

formação e o que o Programa chamava de “sensibilização” para que os moradores da área focal tivessem conhecimento do processo, participassem e apoiassem as atividades de conservação e uso “adequado” dos recursos naturais, isto é, buscando tornar o manejo dos recursos uma realidade, ademais, instituir a nova ferramenta de cogestão, que seriam os Acordos de Uso integrado dos Recursos Naturais.

Conforme o pesquisador Marco, no começo das atividades do PYRÁ na área, durante dois anos, houve um longo trabalho de extensão no que se refere a atividades de formação por meio de cursos e oficinas, pois, segundo ele, era necessário capacitar os comunitários, visto que:

[...] pensava em trabalhar com eles [comunitários] a cogestão dos recursos naturais, então eles tinham que ser capacitados, para que eles conhecessem essas novas ferramentas de gestão, para poder gerenciar as atividades que eles tinham que posteriormente desenvolver.

Abaixo algumas das ações realizadas na área durante esse período, segundo Ribeiro e Fabré (2003).

- 1- Oficina sobre manejo de recursos pesqueiros;
- 2- Oficina sobre o cuidado e conservação da água e prevenção de doenças e veiculações hídricas;
- 3- Capacitação comunitária e protagonismo político;
- 4- Formação de agentes jovens de desenvolvimento;
- 5- Capacitações dos ribeirinhos para a produção agrícola pesqueira;
- 6- Capacitação dos ribeirinhos sobre técnicas e gerenciamento da produção;
- 7- Curso de formação continuada para profissionais da educação.

Os anos de 1998 a 2002 – anos em que transcorreram as discussões para formalização dos Acordos de Uso Integrado dos Recursos Naturais, portanto os primeiros

anos do PYRÁ na área focal – foram marcados por constante presença e atuação do Programa no que se refere às ações de extensão. Com isso, estreitaram-se os vínculos com os comunitários de forma que houve uma aceitação das ações do Programa. Isso se traduziu no início numa forte presença dos comunitários nos cursos, oficinas e discussões, nas reuniões sobre os acordos, que ficaram conhecidas como a já supracitada “União pelos Lagos”, no envolvimento que propiciou ao PYRÁ ter tido acesso às áreas de interesse comum, à forma como a população fazia uso dos ambientes naturais e à identificação de conflitos locais em torno do uso dos recursos, inclusive os conflitos pesqueiros da região.

Conforme Ribeiro e Fabré (2003, p. 46), as atividades de ação-capacitação que envolviam os grupos sociais da área de atuação do Programa permitiu observar a acentuação dos conflitos e empoderamento de alguns grupos sociais com maior acessibilidade a “micro” ambientes-chaves, considerados “celeiros ambientais” para os recursos pesqueiros na seca (poços, furos, lagos de criação com aningais) e para os recursos florestais (açazais, madeiras de lei, óleos, entre outros) na cheia. A negociação e o envolvimento com esses grupos de interesses foram, segundo as autoras, essenciais para “apaziguar” os conflitos e buscar produzir consenso.

Ao falar desse instante do Programa, o pesquisador Marco afirma que:

Nesse período, então, houve vários cursos e oficinas, reuniões em diversas áreas, tanto na área da economia, agricultura, saúde, pesca, educação, mobilização social, trabalhos com adolescentes, mulheres e pescadores, né. Então, durante esse período, por ter essa constante presença do projeto [PYRÁ] dentro da área, o contato com eles [comunitários] foi maior, então as comunidades participavam e algumas comunidades se destacavam mais que outras.

Outra percepção do início da presença do PYRÁ e do envolvimento com a população local da região foi dada por uma comunitária chamada Elza. Durante minha pesquisa de campo, tive oportunidade de em diversos momentos de conversar com dona Elza, que é moradora da comunidade São Francisco do Parauá e uma das pessoas que se envolveu

em todas as atividades do Programa durante todo o tempo em que este esteve na área, inclusive no processo de discussão para a construção dos Acordos de Uso Integrado dos Recursos, além de ter sido membro da ADESC, associação formada após a presença do Programa na área. Elza narra como aconteceu o primeiro contato entre ela e o Programa:

O pessoal da universidade veio fazer uma pesquisa sobre os peixes, estava tratando um monte de peixe no rio eu mais as meninas, quando veio uma moça loira que agora não lembro o nome, começou a fazer um monte de pergunta sobre os peixes. Quantos quilos de peixe a gente pegava primeiramente, onde pescava? Se era pra comer ou pra vender? Esse tipo de coisa, né, tirou fotos dos peixes, aí andando por aqui na conversa comentamos sobre o Lago Cururu, que a gente usava, e da confusão que existia lá no lago, aí foi quando eles quiseram marcar reunião pra falar sobre isso, a gente ficou de reunir toda essas comunidades da Costa do Canubuoca para discutir essa questão e forma um acordo do manejo do lago, nisso foram muitas reuniões, porque uns queriam de um jeito e outros do outro, mas no final o acordo saiu.

Já seu Mário, morador da comunidade Nossa Senhora da Conceição, e que nesse período da chegada do Programa atuava como líder comunitário de sua comunidade, conta como foi esse contato inicial entre o Programa e sua comunidade:

Primeiramente o povo da universidade veio aqui na minha casa me procurar, veio o doutor André e a professora Marina e começamos a conversar. Eles disseram que a proposta era trabalhar a conservação do ambiente, e apresentaram uns projeto aí... Eles pediram para conhecer o lago do Cururu, estavam querendo ver os ambientes, perguntavam como era, como num era, então levei eles no lago. A nossa comunidade foi a primeira a apoiar o projeto [PYRÁ], né, depois fui e apresentei o Sidney, que é o professor aqui da nossa comunidade, cheguei a participar uns dois dias do curso de agente ambiental voluntário, ainda fui pra Manaus para uma atividade do projeto, mas depois não fui mais. Depois que conheci o projeto [PYRÁ], vi que aquilo lá não era para mim não, porque ia acabar arrumando confusão aqui com o meu pessoal, né.

Seu Mário, quando se refere ao PYRÁ e de seu afastamento das atividades do Programa após o conhecimento de sua proposta de trabalho, está fazendo referência ao assunto dos “conflitos” socioambientais em torno da pesca existentes na área desde a década de 1980 e que se acentua todo ano no período da seca devido à dinâmica sazonal das áreas de várzea. O assunto dos “conflitos” em torno da pesca, conhecido e aprofundado nas reuniões promovidas pelo PYRÁ, desencadeou grande interesse por parte dos pesquisadores do Programa, em parte dada pelos resultados das pesquisas acerca dos recursos pesqueiros na

área, em parte pelas colocações dos comunitários locais sobre a forma como estes ocorriam na área focal do Programa.

Nessa região, devido à disponibilidade de variedades de espécies comerciais, particularmente na vazante do rio, favorecia-se a “invasão” de frotas comerciais pesqueiras nos lagos da região, utilizando equipamentos de alta capacidade de captura e armazenagem, o que, somado a alguns moradores locais que já vinham se dedicando a essa atividade, motivou lideranças comunitárias a organizarem estratégias para disciplinar o uso dos recursos pesqueiros (BATISTA & FABRÉ, 2003 *apud* BARROS, 2006).

Os conflitos na área focal do Programa, conforme aponta Barros (2006, p. 76), eram motivados por diversos aspectos, dentre eles estão os ligados a interesses, valores e direitos de uso dos recursos envolvendo a população local, pescadores comerciais e lideranças comunitárias, pela apropriação da área de uso comum dos recursos. A questão das disputas de áreas de pesca envolve prestígio político entre as lideranças comunitárias. Ainda que não seja o foco desta pesquisa, os conflitos de pesca foram a justificativa da construção dos Acordos de Uso Integrado dos Recursos, tema bastante trabalhado pelo PYRÁ durante sua existência e assunto de muitas conversas estabelecidas ao longo do trabalho de campo, portanto julgo necessária uma breve apresentação do assunto.

O Lago do Cururu²⁰, por ter grande disponibilidade de recurso pesqueiro, tornou-se lugar de cobiça e disputa entre os moradores das margens desse lago (Comunidade São Francisco, São João dos Cordeiros e Divino Espírito Santo), os moradores da Costa do Canabuoca, os de “fora”, como são conhecidos na área, e ainda os pescadores comerciais que vêm de centros urbanos como Manaus e Manacapuru. É principalmente no período da seca

²⁰ Como já dito, a área focal do projeto compreende um complexo ambiente de várzea, entre eles estão os lagos, sendo as atividades dos rios responsáveis pela maioria desses sistemas chamados lênticos ou lacustres. O Lago do Cururu é inundado sazonalmente pelas águas do Rio Solimões, estando situado em área de terra firme, são lagos dendríticos, isto é, lagos que já foram rios e se originaram devido ao afogamento de sua embocadura e acúmulo de sedimentos. Possuem aspectos ramificados onde não é possível definir um eixo principal (RIBEIRO & FABRÉ, 2003, p. 93).

que os “conflitos” em torno da pesca se acirram, visto que os recursos ficam mais escassos, concentrando-se os peixes no espaço mais profundo do lago, conhecido pelos moradores locais como “poço”.

Antes da chegada do PYRÁ e da construção dos Acordos de Uso Integrado dos Recursos Naturais, os moradores da margem do Lago do Cururu tinham sua maneira própria de lidar com essa “invasão” que eles diziam sofrer, ou seja, os próprios moradores das comunidades se organizavam em grupos para vigiar o lago e por meio de recursos informais tentavam restringir a pesca no local.

Atualmente, mesmo posterior à instituição dos Acordos de Uso Integrado dos Recursos na área, os conflitos de pesca continuam, ainda que de forma pontual, pois o que ficou evidente era que tais conflitos se davam, principalmente, entre os moradores de “fora” da Costa do Canabuoca e as comunidades do Lago do Cururu, e na época da seca, período em que os peixes se tornavam um recurso bastante vulnerável e disputado.

Abaixo trago duas versões sobre a mesma situação dos “conflitos” em torno dos recursos pesqueiros. Primeiro, a versão de seu Ismael, posteriormente, a de dona Alice, no entanto, nesse contexto, entendo que qualquer tomada de posição desses agentes somente se tornará compreensível se considerar-se a partir da posição que ocupam no campo e de suas trajetórias (BOURDIEU, 2007) nesse mundo social. Para tal, durante o trabalho de campo, foram realizadas conversas e entrevistas com os agentes sociais, por meio das quais busquei situá-los socialmente a partir de seus horizontes e experiências vividas, a fim de perceber como determinado ponto de vista tornou-se possível.

Seu Ismael tem 39 anos, mora na comunidade São Francisco da Parauá com a esposa e 3 filhos. Ele se dedica especialmente às atividades da agricultura, mas também pesca para a subsistência da família. A pesca acontece no Rio Solimões e no Lago do Cururu, onde se localiza a comunidade São Francisco do Cururu, onde possui muitos parentes e participa

das atividades da associação local. Em 1988, seu Ismael resolveu vir para Manaus tentar, como ele diz, “mudar de vida”, pois queria arrumar um emprego “melhor” que lhe desse, segundo ele, melhor condição de vida, mas quando chegou a Manaus a empreitada revelou-se difícil, tendo conseguido apenas alguns trabalhos informais.

Segundo seu Ismael, o período em Manaus foi um tempo difícil, pois, como ele diz, “gente do interior” é difícil arrumar um bom emprego, principalmente porque não tem bom estudo. Após casar, seu Ismael resolveu retornar para a Comunidade São Francisco do Parauá, onde está há mais de dez anos. Atualmente está trabalhando na agricultura, mas faz de tudo um pouco, da caça à pesca, e, como ele diz, “aqui pode não ter trabalho, mas ninguém morre de fome como na cidade”. Apesar de morar na Comunidade São Francisco do Parauá, seu Ismael diz não participar das atividades dessa Comunidade, mas se sente pertencendo à Comunidade São Francisco do Cururu, onde possui parentes e participa das atividades de sua associação.

Ao falar da questão dos “conflitos”, seu Ismael diz que acontece porque as comunidades de “fora” da Costa do Canabuoca e de outros lugares entram no Lago do Cururu e “acabam” com o recurso, pois não pescam para o consumo, mas para a venda, e, como ele diz, acabam fazendo a pesca “predatória”. Ele acredita que, após a instituição dos acordos, a situação dos conflitos piorou, porque ninguém respeita os acordos, tendo eles que voltar a vigiar o lago como antes. Conforme seu Ismael, antes dos acordos, as comunidades de dentro do lago tinham sua forma própria de se organizar para vigiar o Lago e, em sua opinião, funcionava bem mais.

Conforme seu Ismael, a vigília do Lago ocorre da seguinte maneira: em uma área, bem em frente à sua comunidade (São Francisco do Cururu), que os moradores denominam como poço, no qual os moradores locais resolveram fazer uma reserva, é onde apenas os moradores do Lago do Cururu pescam, cerca de 50% da área, e o restante para quem quiser pescar, desde que

seja para sua alimentação e não para a pesca “predatória”. Perguntado para seu Ismael o que ele queria dizer com pesca “predatória”, ele explica que é a forma como os pescadores agem, fazendo arrastão e tirando grande quantidade de peixes, o que, segundo ele, não se caracteriza como pesca para o consumo da família, mas para a venda, “eles dizem que quando pescam é para comer, mas a gente sabe que quando chegam aqui “fora” eles vendem tudo”.

É no poço, como dito anteriormente, onde na época da seca ainda resta alguma água e os peixes se acumulam. É nesse lugar que a vigilância acontece com mais intensidade, pois é muito visado pelos pescadores de “fora”, porque é nele que o pirarucu, peixe de grande valor comercial, se concentra. Ademais, conforme seu Ismael, é unicamente da região do Lago do Cururu que as famílias locais dependem para viver, por isso eles precisam “preservar”; na seca a vigilância aumenta, e conseqüentemente os conflitos se acirram por conta da diminuição da quantidade de peixe e pela entrada de outros grupos na região do lago: abaixo, seu Ismael dá detalhes de como e porque acontece a vigília no lago.

[...] quando o lago vai secando na área que fica liberada, a quantidade de peixe diminui, porque os pescadores de “fora” pescam e tiram tudo, e também porque o peixe vai para o poço se refugiar para não morrer. Por causa disso, os pescadores de “fora” das outras comunidades e de outros lugares invadem essa área do poço. Se nós aqui não vigiarmos, eles tiram tudo para vender, e qualquer folguinha que agente dá eles tão lá, ficam de olho no pirarucu e querem acabar com o peixe de forma “predatória”. A gente e alguns moradores da comunidade São João dos Cordeiro se reúne em grupo durante a noite na frente do lago e fica até umas quatro, cinco da manhã para não deixar o pessoal entrar com as canoas. Se eles deixassem pra pescar só uma época, por exemplo, se todo mundo se ajuntasse para vigiar e depois decidisse tirar o peixe, porque tem uma época que tem que tirar o peixe se não ele morre mesmo, se todo mundo decidisse pescar para vender, então vamos, nessa época não iria faltar peixe pra ninguém. Mas o pessoal invade e quer tirar todo o peixe. Aí eu que sou da comunidade do Cururu [o nome da comunidade é homônimo ao nome do Lago] saio daqui cinco horinha da manhã e quando é dez horas já tô de volta e pego o peixe pra semana todinha, quando chego, o pessoal daqui do Parauá fica com raiva de mim só porque eu entro lá e eles não [...]

Outra versão em relação aos conflitos acerca da pesca tem dona Alice. Dona Alice nasceu e se criou na Comunidade São Francisco do Parauá à beira do Solimões, onde constituiu família e mora com seus sete filhos. Ela é uma das lideranças de sua comunidade e esteve envolvida nas atividades do Programa PYRÁ nas discussões acerca dos Acordos de

Uso Integrado dos Recursos, além de ter sido secretária da Associação ADESC. Atualmente dona Alice trabalha como serviços gerais da escola de sua comunidade, e se dedica às atividades da agricultura nos finais de semana, trabalhando com toda a família. Dona Alice relata abaixo sua percepção em relação aos conflitos acerca da pesca:

Isso vem de muito tempo, essa desavença começou por causa do lago, porque o pessoal de “fora” vinha e lançava a rede lá dentro do lago, principalmente quando o lago estava seco e era aquela questão da Comunidade São Francisco do Cururu querer preservar só pra ela, né, queria porque queria preservar só pra ela. Eles dizem que a gente aqui não precisa, mas nós precisamos do lago porque uma época dessa aí está dando peixe no rio, mas não é todo o tempo, até porque quando chega mais ou menos final de setembro, outubro, que chega o repiquete [leve subida e descida das águas antes da enchente propriamente dita], o peixe some daí do rio, aí as comunidades de fora precisam entrar no lago, mesmo porque muita gente daqui do Parauá [comunidade] tem terreno lá no lago, aí como que a gente vai ficar se não puder entrar? Aí foi quando o pessoal da universidade chegou, ficou sabendo dessa questão e começamos a discutir pra fazer o acordo do manejo do lago.

Os distintos posicionamentos em torno dos conflitos acerca da pesca fazem com que, mesmo após a institucionalização dos acordos de uso integrado dos recursos, as visões do que seja “preservar” ganhe diferentes dimensões e significados. Nesse sentido, a questão do que é “preservar” ou não acaba se tornando entre os moradores locais e usuários dos recursos uma “categoria acusatória” entre as pessoas que “preservam” e aquelas que supostamente não “preservam” o lago. Para uns, “preservar” significa manter os recursos pesqueiros e apenas retirá-los do meio ambiente para subsistência das famílias, não aceitando a pesca comercial no Lago do Cururu, outros se defendem afirmando que as comunidades do Lago do Cururu não “preservam”, mas monopolizam o recurso, proibindo os moradores de “fora”, particularmente os da Costa do Canabuoca, de pescar.

Após saber da existência dos conflitos em torno dos recursos naturais concomitante à realização das atividades de capacitações, principalmente voltadas para a capacitação das organizações comunitárias locais, o Programa PYRÁ organizou reuniões para busca solucionar essa questão. Para tanto, foram iniciadas as discussões para a criação de acordos de uso para o manejo desses lagos. Segundo dona Alice, foram feitas muitas reuniões, primeiramente com a universidade através do Programa PYRÁ, depois foram envolvendo o

IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), através de seus representantes.

As reuniões envolveram todas as comunidades em torno da margem do Lago do Cururu e as comunidades dispostas na margem direita do Rio Solimões, sendo alternadas nas sedes de cada comunidade usuárias dos recursos naturais de toda a abrangência da área de atuação do Programa. Conforme pontua Ribeiro e Fabré (2003, p. 7), as reuniões, que contavam com a participação das lideranças comunitárias, moradores usuários dos recursos, usuários externos e representantes institucionais (PYRÁ, IBAMA, algumas vezes a Prefeitura de Manacapuru), serviram para definir as áreas de preservação, celeiros de exploração dos recursos naturais, restrições quanto aos níveis de desmatamento, uso de fogo induzido, uso de defensivo agrícola e a pesca comercial. Os resultados foram as normas sistematizadas nos Acordos de Uso Integrado dos Recursos Naturais, que incluíram normas não só para regulamentar o uso dos recursos pesqueiros, como também os uso de outros recursos naturais.

Segundo dona Alice, o Programa sugeriu a criação dos Acordos de Uso Integrado baseados em modelos de acordos de pesca²¹ que havia em outros lugares e, conforme ela diz, “na reunião eles apresentavam um modelo e nós, comunitários, discutíamos se servia pra gente ou não, esclareciam sobre as leis e diziam o que podia e o que era proibido fazer lá no lago”. Por mais que haja uma discussão e “participação” da população usuária dos recursos sobre a construção dos Acordos de Uso para “disciplinar” o uso dos recursos, sua construção e legitimação acabam levantando muita controvérsia, visto que para sua elaboração é seguida uma série de regras previamente determinada pelo IBAMA visando cumprir o que está imposto em lei federal.

Conforme Castro e MaGrath (2001 *apud* BARROS, 2006), os critérios presentes na legislação constituem-se em tema polêmico, pois enquanto usuários reivindicam o direito

²¹ Conforme a definição do IBAMA, Acordo de pesca refere-se a um conjunto de medidas específicas decorrentes de tratados consensuais entre os diversos usuários e o órgão gestor dos recursos pesqueiros numa determinada área, definida geograficamente (BARAÚNA, 2007).

de proteger os recursos manejados contra os de “fora” e não podem, porque devem seguir o que rege a legislação do Código de Águas²² de 1934, nem todos os usuários conseguem se ver no processo de construção dos acordos. De modo geral, os pescadores comerciais resistem a participar do processo, pois se sentem atingidos diretamente pelas normas.

O processo de construção entre propor o Acordo de Uso Integrado dos Recursos Naturais na área, que envolveu as discussões entre os comunitários, o agente externo PYRÁ e sua formalização pela instituição competente, o IBAMA, durou em torno de cinco anos desde a chegada do Programa na área. Como resultado, foram instituídos os chamados Acordos de Uso Integrado dos Recursos Naturais reconhecidos e regulamentados pelo IBAMA. Os Acordos de Uso Integrado estabeleceram entre os usuários dos recursos naturais regras de uso limitando cotas de capturas por pescador cadastrado, utensílios que pudessem ser usados em cada ambiente de pesca, ambiente de preservação permanente, lagos de pesca de manutenção e lagos de exploração comercial, além de regras de uso para recursos da floresta, água e solo.

Essas regras impostas nos acordos exigiriam dos comunitários envolvidos não apenas uma nova forma de lidar com o mundo natural, mas também uma nova configuração/figuração²³ no modo de agir como os outros comunitários, à medida que elas agem *disciplinando* e forjando novas maneiras de se relacionar socialmente, impondo assim uma nova *etiqueta social e ambiental*. Tais comportamentos revelam parte de um *processo civilizador*, uma vez que ocorre a modificação de um padrão de conduta que uma sociedade possa admitir como “correto” “ou incorreto” (ELIAS, 1994).

²² O Código de Águas, estabelecido pelo Decreto Federal n.º 24.643, de 10/7/34, reúne a legislação básica brasileira de águas. Tal Código garante o uso gratuito de qualquer corrente ou nascente de água para as fundamentais necessidades da vida e permite a todos sem distinção ao uso das águas públicas, conforme os regulamentos administrativos (Fonte: Recursos Hídricos do Brasil, abril de 1998).

²³ Esse termo conceitual criado por Elias (2006) refuta o velho dualismo entre indivíduo e sociedade, como se essas duas expressões fossem antagônicas, para Elias não são, nesse sentido, figuração vai denotar indivíduos que formam agrupamentos humanos fundamentalmente interdependentes entre si que entram em relação, nessa dinâmica social existe espaço para mudanças, podendo o indivíduo se desvencilhar de uma determinada figuração/configuração mas nunca viver independente das figurações humanas.

Pode-se pensar que os Acordos de Uso Integrado pensados para funcionar no âmbito da proposta de gestão SAS implementada pelo PYRÁ funcionaram como um *mecanismo de regulação externa* de comportamento que fazem com que os usuários dos recursos interiorizem suas normas e regulem seu comportamento, agindo de acordo com o esperado: estabeleçam uma nova forma de lidar com o meio ambiente e com as outras pessoas.

Em relação à pesca, são destaque nos Acordos de Uso Integrado dos Recursos Naturais os seguintes artigos e subitens:

Tabela 1 – Artigos e subitens estabelecidos pelo IBAMA através do Acordo (BARAÚNA, 2006, p. 39).

Art. 2º	- Entende-se como lago de manutenção, lago onde a pesca só pode ser praticada pelas comunidades circunvizinhas, nos limites necessários a alimentação familiar;
Art. 5º	- Ficam proibidos os atos de pesca comercial em toda a extensão da Bacia Hidrográfica do Lago Cururu e de seus corpos d'água contribuintes, anualmente, no período de 01 de setembro a 28 de fevereiro;
Art. 6º	Para as comunidades residentes na área de influência no Lago CURURU no exercício da pesca para alimentação familiar, será permitida a pesca com anzol, linha de mão, caniço simples, com molinete, zagaia, arpão espinhel, arco e flecha e tarrafa, não sendo permitido o “efeito formiga”, que entende-se como lançamento de mais de cinco tarrafas ao mesmo tempo de forma contígua ou em círculos; Parágrafo Único – Na pesca de subsistência será permitida a utilização de redes de espera, obedecendo ao disposto nas Portarias n.º 466/72 e 008/96 e nas seguintes condições: A) Cada comunitário somente poderá utilizar até 03 (três) redes de espera por pescaria; B) As redes não poderão ultrapassar 30 metros de comprimento; C) Não será permitida a aposição de redes interligadas entre si;
Art. 7º	- O controle e a fiscalização de tais procedimentos serão efetuados por agentes ambientais voluntários e supervisionados pelo IBAMA; Parágrafo Único – É vedada a apreensão de materiais de usuários locais ou externos por pessoas não autorizadas;
Art. 9º	- Com base em indícios técnicos, relativos ao ciclo de manejo, o IBAMA poderá autorizar despesca orientada nos lagos de Manutenção, com os resultados das pescarias revertidos em benefício das comunidades que aplicaram esforço de trabalho na vigilância de tais ambientes;
Art. 10º	- A Bacia Hidrográfica do Lago CURURU e de seus corpos d'água contribuintes ficará submetida à realização de estudos biológicos – pesqueiros por Órgãos competentes, com a finalidade de dar amparo às medidas de ordenamento pesqueiro;

Ao falar sobre a construção dos Acordos de Uso dos Recursos Naturais, o pesquisador Flávio diz:

Os comunitários já haviam tentado através de acordos bem informais, normatizar e regular o uso dos recursos lá, mas não tiveram muito sucesso. E nesse momento o professor Alves [coordenador do Programa PYRÁ], que trabalhava diretamente com isso, foi envolvendo os comunitários, conversando com eles, se eles achavam

interessante estar se criando um acordo. Porque, na época, os acordos de pesca somente eram reconhecidos pelo IBAMA, apenas mediante a formalização das atividades pesqueira, pois isso o nome “acordo de pesca” era específico para atividade pesqueira, mas lá na área nós sabíamos que as atividades pesqueiras não eram as únicas, as formas dos usos dos recursos eram integradas, por isso se criaram os acordos de uso integrado dos recursos.

Paralelo ao processo de discussão para se formarem os Acordos de Uso Integrado dos Recursos, foram acontecendo frentes de capacitações dirigidas pela equipe do Programa, e como a proposta sempre se pautou num modelo de cogestão participativa enfatizando a gestão ambiental, uma das atividades continuadas de capacitação promovida pelo PYRÁ em companhia da instituição IBAMA foi a oficina de formação de Agente de Desenvolvimento Sustentável (ADS), também conhecido no âmbito do IBAMA como Agente Ambiental Voluntário (AAV).

Esta atividade ocorreu em agosto de 2002 na comunidade São Francisco do Parauá, contando com participantes de toda área de atuação do PYRÁ. Sua finalidade foi “capacitar” pessoas das próprias comunidades que agiriam como uma espécie de agentes fiscalizadores que contribuiriam com o IBAMA na defesa e “conservação” dos recursos naturais da área, estes ficando responsáveis por monitorar e fiscalizar a execução das regras dos Acordos de Uso dos Recursos Naturais.

Ao final do evento²⁴, foram credenciados pelo IBAMA 43 moradores das comunidades, dentre eles estavam líderes comunitários, pescadores, usuários dos recursos e professores autorizados a agir como agentes ambientais na área de abrangência dos Acordos de Uso Integrado. Foi também nessa ocasião que se cogitou a ideia de se criar uma espécie de instituição que representasse politicamente as comunidades envolvidas no Programa, que posteriormente se concretizou com a criação de associações entre as comunidades do Sistema Cururu (ADESC – Associação de Desenvolvimento Sustentável do Cururu) e a associação

²⁴ O curso de formação e capacitação dos ADS dado pelo Programa PYRÁ em parceria com IBAMA seguiu a mesma ementa trabalhada no programa de formação de Agente Ambiental Voluntário (AAV) do IBAMA. A ementa abordava conceitos sobre o meio ambiente; cidadania, participação e voluntariado; educação ambiental; flora e pesca; desenvolvimento sustentável; manejo de meio ambiente e recursos naturais; reflexão final sobre a atividade dos Agentes de Desenvolvimento Sustentável (Fonte: Relatório de atividades do curso de formação de Agente de Desenvolvimento Sustentável, Banco de Dados do Programa PYRÁ).

que representaria as comunidades do Sistema Jacaré (ADESJ – Associação de Desenvolvimento Sustentável do Sistema Jacaré), que será explicada com mais detalhes no próximo subitem.

Após a formalização dos Acordos e da criação da ADESC, para dar continuidade ao trabalho de intervenção através das capacitações, foram pensadas pelo PYRÁ alternativas para dinamizar a economia local. Uma das estratégias foi idealizar um projeto para implementações de unidades (agrícola e pesqueira) de produção na área de atuação do Programa.

Conforme assinalou o pesquisador Marco, após formação dos acordos e o estabelecimento de regras para o uso dos recursos, era preciso pensar numa forma de como seriam geridos e comercializados tais recursos. Ou seja, como ele diz, era preciso “sair de um comportamento predador de exploração para uma forma sustentável”. Esse projeto, que tinha como tema “*consórcios de uso dos recursos naturais através do princípio de sustentabilidade e cogestão*”, na época, é submetido inicialmente, segundo Marco, a um edital aberto pelo Banco Mundial como forma de obter financiamento, no entanto, o projeto não foi aprovado por não se enquadrar nas exigências da agência financiadora.

Conforme Marco, esse fato ocorrido entre 2002 e 2004 ocasionou uma interrupção nas atividades do PYRÁ na área, devido à falta de recursos financeiros para dar andamento aos projetos. Além disso, como os integrantes da equipe do Programa eram em parte pesquisadores bolsistas da UFAM, sem recursos financeiros, tiveram que se afastar de suas atividades. Isso resultou na redução do quadro de pesquisadores do Programa. A ruptura das atividades do PYRÁ por falta de recursos para dar continuidade às suas ações indica que a curva do *processo civilizador* (ELIAS, 2006, p. 28), diferentemente de processo evolutivo que não é reversível, está sujeita a transformações não programadas que podem ser dadas em direções opostas em momentos bem específicos que guiam os acontecimentos inesperados nesses processos sociais.

Em meados de 2004, o mesmo projeto submetido anos antes, após algumas reformulações é enviado novamente à agência financiadora, agora ao PROVÁRZEA²⁵/IBAMA, e dessa vez obteve aprovação. Nos meandros desses projetos que vislumbram alcançar o “desenvolvimento sustentável”, está arraigada desde o início de sua idealização uma noção de *projetismo* que alcança todo o seu plano de execução sem a qual nada acontece, uma vez que estão presos às demandas impostas pelas agências financiadoras que costumam subsidiá-los. Dito de outro modo, os projetos estão sujeitos a atenderem regras e procedimentos estabelecidos por quem os financia, ficando condicionados a apresentarem certos tipos de resultados.

Para Pareschi (2000, p.13), as regras e procedimentos para a realização do projeto, ou *projetismo* estão imersos na ideologia do desenvolvimento e do planejamento que anima, particularmente, as agências multilaterais de desenvolvimento e as agências de cooperação que costumam fomentar esses tipos de projetos. Os projetos precisam ser racionais, eficientes e técnicos para poder obter resultados considerados satisfatórios por quem os financia.

O Pesquisador Marco relata como ocorreu esse “imprevisto” nas ações do Programa.

Então o projeto [PYRÁ] ficou sem dinheiro e teve que reduzir as atividades na área, reduzir a presença dos pesquisadores lá na área de atuação, então as pessoas [comunitários] ficaram se sentindo meio abandonadas, porque a gente manteve o contato, manteve algumas poucas ações, mas reduziu bastante, porque não tinha dinheiro para ficar mantendo as ações lá, aí foi quando a gente percebeu que as pessoas que estavam entusiasmadas, que tinham confiança, ficaram inseguras, aí o conflito que tinha reduzido aumentou, né, porque as pessoas diziam assim nos comentários: “ah, tá vendo aí, tu formou, fez curso de agente ambiental voluntário e cadê as pessoas para te dar o apoio?”. Então o projeto ficou sem ir dentro da área mais ou menos em torno de dois anos, aí foi quando a credibilidade caiu muito, né. Quando foi em 2004 esse projeto do consorciamento é submetido, aí é quando ele é aprovado. Teve que se fazer toda uma retomada novamente do que já vinha sendo feito, conversado, acordado para reconquistar a confiança deles para iniciar as ações desse projeto que era um projeto de extensão mesmo de viabilizar a produção local.

²⁵ O PROVÁRZEA nasce atrelado ao Programa-Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil-PP-G7. Por sua vez, o PP-G7 se configura num programa bastante complexo formado por distintos projetos e subprogramas que abrangem pesquisas científicas, demarcação de terras indígenas, conservação e preservação ambiental fortalecimento institucionais de órgãos estaduais, redes de ONGs, movimentos sociais, de financiamento de pequenos projetos de desenvolvimentos sustentáveis entre outros (PARESCHI, 2002).

Os “conflitos” que o pesquisador acima menciona refere-se aos conflitos surgidos já após a implementação dos acordos, no caso específico que envolve a pesca e as atividades dos Agentes de Desenvolvimento Sustentável, que, uma vez credenciados e “apoiados” pelo IBAMA, começaram a exercer suas atividades fiscalizando o Lago do Cururu, a fim de que as normas dos Acordos de Uso Integrado pudessem ser cumpridas.

Nesse caso, a “confusão”, termo mencionado por muitos moradores com que conversei, se dava porque, apesar de os acordos terem sido discutidos tanto pelas comunidades da Costa do Canabuoca quanto do Lago do Cururu, muitos comunitários não entendiam o trabalho dos agentes ambientais voluntários, seja porque alguns moradores não reconheciam e desrespeitam as regras, pescando em período e locais proibidos, ou ainda porque os moradores do lago não entendiam a forma como os agentes ambientais atuavam. Estes eram muitos cobrados por não conseguirem dar conta de toda àquela “confusão” que se instaurava em torno do lago. Numa entrevista com seu Anderson, morador da Comunidade São Francisco do Parauá, membro da ADESC e ex-agente ambiental com quem tive oportunidade conversar, relata como acontecia seu trabalho na época em que era Agente Ambiental Voluntário.

Conforme seu Anderson relata durante seu trabalho de vigilância no Lago do Cururu, os moradores da Comunidade São Francisco do Cururu queriam que ele prendesse os pescadores que agiam não respeitando os acordos, mas isso, segundo ele, não era seu serviço. Para seu Anderson, seu serviço consistia em “aconselhar”, “vigiar” e “falar” aos pescadores sobre as regras dos acordos e não de prender ninguém, pois ele não era do IBAMA.

O não funcionamento dos acordos, segundo Anderson, e a não continuidade de seu trabalho como agente ambiental se deveu unicamente pelo não “entendimento” dos Acordos e de sua função na “cabeça” de alguns comunitários, diz.

Eu cansei de ir de madrugada junto com seu Egídio e Francisco vigiar o lago, saía daqui dez da noite e ficava lá até quatro da madrugada, lembro que certa vez eu mais os outros agentes reunimos mais de 15 canoas em volta do lago, falamos pra eles das regras do acordo, sobre o que era proibido e o que podia fazer, mas os pescadores não estavam nem aí, não davam atenção nenhuma. Quando acabaram de ouvir, nós viramos as costas e eles saíram para abatição dos peixes. Gostava de fazer esse trabalho, mas teve uma época que me aborreci muito por essa falta de compreensão dos comunitários e parei de vigiar o lago. Eu não queria mais aborrecimento não, é muita confusão eu já tava ficando com raiva do pessoal todo aí, até meus parentes não queriam mais falar comigo. Larguei de mão e parei com o serviço, né, porque que eu vou ficar arrumando confusão com o pessoal lá do lago, tenho terreno lá, sempre tô indo lá.

A partir dessas colocações, pode-se conjecturar que a institucionalização dos acordos de uso integrado dos recursos agiu como produtor de conflitos e acirrou os já existentes. Foi interpretado como uma ação de privatização dos recursos de uso comum por determinadas comunidades, ademais, num certo sentido foi um elemento de ruptura do modo de controle “tradicional” à medida que, atualmente, vigoram as regras dos Acordos para regular a forma de uso dos recursos naturais entre os comunitários. A placa em frente da Comunidade São Francisco do Cururu anunciando que ali existem os acordos, passa a compor o universo mental dos usuários como um *manual* (ELIAS, 1994) de regras a ser seguido, pois tende a moldar as condutas individuais dos agentes sociais daquela área, atestando o processo civilizador.

Quando as atividades do PYRÁ retornam, encontra-se uma desmobilização expressa na falta de “participação” dos comunitários membros da ADESC, não apenas nas atividades da ADESC, como nas ações de capacitação desenvolvidas pelo PYRÁ na área. Retornam também os conflitos quanto ao não cumprimento dos acordos de uso dos recursos. Esse refluxo da participação soava como preocupante para o Programa PYRÁ, particularmente para seus coordenadores de modo que buscaram solucionar tal situação.

2.3 A crença na comunidade harmônica: “capacitar” para organizar e a problemática da participação

A ideia de se criarem instituições²⁶, no caso a ADESC e a ADERJ, que organizassem as comunidades signatárias dos Acordos de Uso Integrado dos Recursos partiu de conversas no intervalo do curso de ADS entre a equipe PYRÁ e os participantes do referido curso. Numa entrevista realizada com seu Anderson, agricultor e morador da Comunidade São Francisco do Parauá, ele relata como ocorreu processo de construção da ADESC, que representa comunidades do Sistema Cururu.

Sempre estive envolvido com os assuntos da comunidade e depois que conheci o PYRÁ me envolvi mais ainda aprendi muita coisa que não sabia; fizemos o acordo do Lago Cururu e tivemos o curso de agente ambiental voluntário, que eu participei e gostei muito, foi nesse curso que a ADESC foi criada. Eu mais Edmilson estávamos no curso aqui no Parauá, aí conversa vai conversa vem, lá com pessoal do PYRÁ, bateu no meu ouvido que era importante as comunidades estarem mais organizadas na parte política, né, para conseguir melhoria para as comunidades. Eu disse então vamos criar é agora. A ideia era ou criava uma associação ou uma cooperativa, depois acabamos formando todas duas. Os professores do projeto (PYRÁ) deram toda a orientação de como nós podíamos fazer isso. Reunimos eu mais o pessoal, e escolhemos representante de cada comunidade e no final demos a lista pra ele com os nomes. Eles deram todo o apoio e formamos a ADESC e hoje ela tá aí, né.

Segundo Barros (2006, p. 80), as associações surgiram com a finalidade de administrar a funcionalidade dos Acordos de Uso Integrado, por meio de um processo contínuo de educação ambiental e fortalecimento comunitário através da divulgação das regras e valores ético-ambientais contidos nos Acordos, bem como através da congregação das comunidades em torno do desenvolvimento comunitário e da conservação dos recursos

²⁶ A linha organização político-institucional da proposta SAS previa a promoção da organização comunitária e a institucionalização pelo incentivo às práticas do associativismo e cooperativismo, além disso, para a continuidade da proposta, tal metodologia precisou definir os autores envolvidos e um planejamento básico: o que fazer? Propondo ações diretas indutoras do SAS: Quem faz? Quem representa a responsabilidade local que nesse caso exige a organização política institucional dos moradores da unidade de cogestão em torno de uma associação local para o desenvolvimento sustentável (ALDS) ou de outra experiência afim? (RIBEIRO &, FABRÉ, 2003, p. 49). Nesse sentido a ADESC já estava idealizada dentro da proposta SAS, tendo sua criação sido concretizada do âmbito do curso de agentes ambientais voluntários em 2002.

naturais na região. Ademais, representam um instrumento e espaço político organizativo das populações locais.

Nas conversas com alguns pesquisadores do Programa é possível perceber o que foi esse instante de atuação do Programa, estando presente nas ações o imperativo da criação de instituições que congregassem as comunidades envolvidas nos acordos de uso em prol do funcionamento desse novo instrumento de gestão ambiental. No ano de 2000, instante em que o pesquisador Flávio ingressa no Programa, estava-se dando continuidade às iniciativas de intervenção e, como ele relata, em seu caso “especificamente, eram ações voltadas para o fortalecimento da organização comunitária e esse foi o desafio”, e continua:

Inicialmente nosso trabalho foi voltado para trabalhar principalmente com lideranças comunitárias sempre na perspectiva da participação comunitária enquanto objeto central das atividades, participação nas reuniões, nos cursos e oficinas, participação enquanto agentes ativos que se envolvem nas discussões, que falam que opinam porque não tinha lógica se não houvesse a participação ativa deles [comunitários]. Então a nossa proposta foi instrumentalizá-los através das oficinas e cursos de capacitação para que eles pudessem participar de forma ativa e proativa seja na formação de uma associação, seja na participação em várias instâncias que o projeto PYRÁ desenvolvia na área. [...] Então foi um momento que nós começamos a atuar junto às associações de forma a potencializar as que já existiam e incentivar de alguma forma que elas pudessem funcionar por si só, pois as que existiam não funcionavam de fato. E a partir disso pudessem participar da construção tanto dos acordos quando da proposta SAS, que prevê a gestão integrada desses recursos. No início, resgatamos algumas e mais tarde, a partir dos cursos e oficinas, foram amadurecendo a ideia para criar uma única associação [ADESC] que reunia as comunidades da área que o Programa atuava, sobretudo, a associação foi criada para se voltar para a participação deles na manutenção dos acordos de uso dos lagos.

Nesse contexto, o Programa passou a trabalhar no resgate e “fortalecimento das associações” locais, além de estar envolvido diretamente da criação da ADESC; os pesquisadores começaram trabalhar na capacitação e formação de lideranças locais. Segundo a pesquisadora Alice, que trabalhou com a formação de lideranças nas associações, a decisão do PYRÁ de se aproximar das lideranças revelava a percepção de que as comunidades tinham um posicionamento que deveria ser levado em conta em relação à questão dos conflitos de pesca e na formação dos acordos.

Na área focal do Programa, eram recorrentes as relações de compadrio e parentesco entre membros das comunidades. “Os compadres prestam favores políticos e econômicos um aos outros e a seus afilhados de modo que formam-se fortes laços familiares inter e intracomunitários” (SILVA & BARROS, 2003). O resultado era um forte empoderamento de determinados grupos familiares e concentração de poder desses grupos, seja econômico ou político. O ato de “unir” as 11 comunidades em torno de uma única associação, no caso a ADESC, e ter delegado representatividade para certas lideranças tornando-as “porta-vozes” representou um forte empoderamento de determinados agentes.

Observa-se, então, nesse contexto, a ideia sobre delegação de que fala Bourdieu (2004, p. 188), expressa no poder concedido ao corpo de membros. De certo modo, a ADESC funcionou como “porta-voz” desses grupos comunitários, onde, a partir da assessoria dada pelo PYRÁ, articulavam e negociavam com instituições externas e poderiam, a partir desse lugar, solucionar determinados problemas, como foi o caso da construção da Escola na Comunidade São Francisco do Parauá, como adiante relatarei.

Contudo, como a composição da ADESC era feita de grupos distintos e por agentes como graus diferenciais de influência de poder, a incompatibilidade de “interesse” dentro da associação foi tornando-se pouco a pouco mais evidente. Isso fez com que o “fortalecimento político da associação”, que implicava traçar metas compartilhadas não ocorresse, já que a ADESC sofria de problemas internos quanto à questão da própria participação de seus membros na elaboração de suas atividades.

A situação é compreensível quando vista a partir da legitimidade que essas lideranças tinham frente às comunidade que o representavam. Levando em consideração o que Bourdieu (2004) diz sobre o *efeito de oráculo*, onde o líder se anula em prol do grupo representado quando reconhecido através do poder simbólico que possui seu posicionamento, tem o poder de influenciar todo o grupo que representa.

Apesar disso, os trabalhos que o PYRÁ efetuava com a ADESC estiveram voltados para a capacitação de seus membros a fim de atingir o “fortalecimento sociopolítico” da associação. Dentre cursos e oficinas trabalhados estavam os cursos de formação de liderança, planejamento, associativismo e cooperativismo, que contava com os procedimentos de como um grupo social tinha que proceder para conseguir determinado objetivo, perguntas de Como? Quando? Quem? Quanto? e Por quê? eram pontos-chaves nas discussões sobre planejamento e as diretrizes do funcionamento de uma associação e sua finalidade.

Todas essas atividades visavam à “organização” dos comunitários em torno da ADESC para que estes pudessem se tornar “capacitados” para lidar com as novas formas de gerir os recursos, o que significava efetivamente manejar a exploração dos recursos naturais em harmonia com o ambiente, em outras palavras, a ideia é explorar racionalmente os recursos naturais em consonância com *crença* ambientalista de “preservar” e “conservar”. Ademais, envolver os comunitários nas atividades associativas era permitir que eles pudessem traçar estratégias que viessem colaborar com a mudança para “melhoria da qualidade de vida”, pois, uma vez “capacitados”, estariam aptos a “dialogar” com o Estado a fim de negociar políticas públicas que viabilizassem melhores condições de vida para os comunitários.

Essas “melhorias de vida” passavam por traçar modificações na qualidade de educação, saúde, saneamento e dinamizar a produção, propondo alternativas de renda “sustentáveis” aliadas à “preservação” e “conservação” dos recursos a partir do manejo. Para isso, foram desenvolvidos desde 2004 projetos que viabilizassem a “melhoria” de práticas agrícolas, técnicas de agricultura orgânica (exemplo disso esteve o projeto de consorciamento desenvolvido na área focal do Programa que contemplou um barco para o transporte da produção que seria administrado pela ADESC), produção de farinha de peixe na seca, época da despesca no Lago do Cururu.

O PYRÁ agiu desde o início da criação da ADESC como “a instituição indutora” que assessorava a associação nos assuntos mais burocráticos, seja fazendo mediação entre a associação e instituições públicas ou acompanhando a própria organização interna da associação por meio de trabalhos de “capacitação” com seus membros para que estes pudessem encaminhar e gerir os problemas das comunidades envolvidas na ADESC. No entanto, o fato de os comunitários estarem lidando com essa nova instituição representada pela ADESC impõe estar diante de uma lógica diferenciada e bastante burocratizada para eles.

A lógica burocrática revelou-se árida, obrigando o domínio de procedimentos complexos referentes à organização do funcionamento da associação, o que, entre outras coisas, significava organizar as reuniões, traçar o planejamento anual da associação e discutir problemas de interesse das comunidades, demandando soluções para os possíveis problemas, além de mediar os conflitos em torno da pesca local. Só muito excepcionalmente as reuniões ocorriam sem a presença do PYRÁ, pois havia dificuldades para elaborar uma pauta e discuti-la, tornando impossível que os assuntos da associação fossem encaminhados sem a presença do Programa.

Essa ausência de participação, seja da maioria dos membros da ADESC que passaram a se distanciar das atividades da associação, seja de outros comunitários que com o decorrer do processo foram também deixando de participar das atividades do PYRÁ, tornou-se ao longo do tempo um problema para o Programa.

O caráter multidisciplinar do Programa possibilitou a inserção de pesquisadores profissionais e graduandos de distintas áreas da pesquisa, inclusive nesse período houve uma demanda por pesquisadores da área das ciências sociais no Programa. Eu mesmo tornei-me uma agente desse processo, quando, a partir em agosto de 2005, participei durante dois anos de atividades do Programa PYRÁ. Após ter sido selecionada, passei a compor enquanto estudante de graduação do curso de ciências sociais o quadro do Programa, integrando o subprojeto de extensão intitulado “*Monitoramento dos Acordos de uso integrado dos*

Recursos Naturais como estratégia para a sustentabilidade dos Recursos Naturais em uma Área Manejada no Município de Manacapuru". Tal projeto nasce como parte das estratégias do Programa em torno das atividades de cogestão participativa, buscando retomar o envolvimento dos comunitários locais no gerenciamento dos acordos de uso integrado dos recursos naturais.

A intenção do projeto consistia em “monitorar” e “fortalecer” os acordos de uso integrado dos Recursos Naturais na área-piloto do programa, “capacitando” os comunitários para o monitoramento. A intenção de modo geral foi envolver os comunitários na atividade de monitoramento participativo, de modo que estes pudessem gerir a funcionalidade dos acordos e a partir daí monitorar e multiplicar sua forma de funcionamento.

Participar do projeto durante dois anos, um como bolsista e outro enquanto voluntária, me deu possibilidade de acompanhar o cotidiano das comunidades participantes do Programa. Visto que parte do que aqui está sendo explanado foi fruto de experiência vivida acompanhando algumas atividades desenvolvidas pelo PYRÁ, particularmente as que diziam respeito às atividades de assessoramento da ADESC, acompanhando o grupo de cientistas sociais do Programa, através de oficinas e cursos de capacitação, além de acompanhamento nas assembleias da ADESC.

Amparado na metodologia “participativa”²⁷, o Programa PYRÁ desenvolveu diversas atividades e de algumas tive oportunidade de participar, tais como um dos cursos de capacitação dos agentes ambientais voluntários e uma das reuniões conhecidas como “união pelos lagos”.

²⁷ Segundo Ribeiro e Fabré (2003), a metodologia participativa representou as estratégias metodológicas para realizar o trabalho inicial do diagnóstico na área-foco do Programa, além de servir de base para a criação dos subprojetos, aprofundamentos temáticos e ações de formação promovida na área. Conforme Weigand Jr. e de Paula (1998, p. 14-18), trata-se de um conjunto de metodologias participativas que inclui o diagnóstico rural participativo (DRP), que busca ampla participação da comunidade na geração e análise da informação, enfatizando mais aspectos qualitativos que quantitativos da realidade. Tem base na pesquisa-ação, e a proposta é capacitar as comunidades para a mudança de sua realidade social, buscando melhores condições de vida.

No caso do curso de agente ambiental voluntário, os alunos do curso eram os usuários dos recursos, professores e membros da ADESC. O objetivo dessa atividade era capacitá-los para que eles pudessem monitorar e difundir as regras dos acordos de uso. Através das reuniões, oficinas, palestras e atividades socioeducativas, o PYRÁ tentou “sensibilizar” e incentivar os moradores locais, principalmente os jovens, visto que as atividades eram em grande medida efetuadas nas escolas que participavam dos projetos ambientais desenvolvidos pelo grupo PYRÁ. Além disso, procurou-se promover a suposta “conscientização ambiental” dos moradores das comunidades.

De maneira geral, as atividades do Programa eram realizadas sempre nos finais de semana, a fim de que todos os comunitários pudessem participar, a menos que fossem ações que demandassem mais tempo para serem feitas, como levantamento de informações junto aos comunitários sobre o manejo dos recursos ou do próprio projeto de monitoramento, por exemplo, que necessitava da aplicação questionários. Nesses casos, a equipe de pesquisadores permanecia na área por mais tempo. Comumente, nessas situações, os pesquisadores ficavam em torno de 15 dias em campo hospedados em casa flutuante, base que o PYRÁ mantinha em uma das comunidades ou raras vezes na casa de comunitários.

Esse acesso tão aproximado do cotidiano social que tinham os pesquisadores em determinadas comunidades e em algumas residências, a meu ver, era o que permitia aos agentes pesquisadores traçar uma *relação de pesquisa* que permitia *minimizar as distâncias sociais* entre os agentes sociais e viabilizar familiaridade, permitindo certa confiabilidade entre comunitários e pesquisadores (BOURDIEU, 2007, p. 693-747).

Ao acompanhar essas situações, pude observar de perto o modo como as discussões e as ações do Programa vinham sendo propostas, compreendidas, negociadas e tornaram-se instrumento de gestão, indicando que o idioma da “participação” é um termo complexo, sujeito a múltiplos pontos de vista e interpretações que apenas se tornam

inteligíveis se inscritos com precisão no mundo social em que estão sendo agenciados e quando os agentes sociais que lhes instrumentalizam são situados socialmente.

Sendo encarada pelo PYRÁ como um “problema” a falta de participação tanto no âmbito da associação quanto nas atividades desenvolvidas pelo programa nas comunidades, foram discutidas pelos pesquisadores estratégias na tentativa de solucionar essa situação que incomodava bastante os coordenadores do Programa. A cientista social Ilma, que iniciou seu trabalho como pesquisadora em 2005 e atuava nas atividades de formação da ADESC, relata da seguinte forma essa preocupação dos coordenadores:

Era passado para gente da área do social que tínhamos que fazer esse trabalho de “conscientização, “prevenção”, “preservação” e “conservação” dos recursos lá da área era como se nós tivéssemos, digo nós das ciências sociais, que passar essa informação e eles [os comunitários] absorvessem. Era como se nós tivéssemos que fazer eles absorverem esse entendimento e na prática isso ocorresse. Mas a gente sabe que não funcionava, isso está muito além de nossas possibilidades, dizer o que as pessoas devem ou não fazer. De certa forma, isso não surtiu efeito, não como eles [PYRÁ] queriam, porque isso, a forma como foram programadas as ações, não fazia parte do cotidiano deles. No decorrer do tempo, deu para perceber que muitas das ações do projeto eram feitas, mas elas não tinham retorno tal qual o projeto imaginava que teriam. As comunidades em grande parte não participavam e isso incomodava bastante quem coordenava o projeto.

E para tentar solucionar essa falta de participação, seguiram-se, após diversas discussões entre os pesquisadores, distintas estratégias traçadas que iam desde aquilo que chamavam de “sensibilização”, que nesse caso passava por divulgar as ações do Programa, inclusive divulgar a presença dos acordos na área como forma de divulgar seu conteúdo. Utilizou-se anúncio dos cursos de capacitação e atividades sobre meio ambiente via rádio para as comunidades, destaque da importância das atividades da associação. Tudo era feito na tentativa de envolver estimular e despertar o “interesse” de participação social, principalmente das lideranças comunitárias. Durante as reuniões com a ADESC, era enfatizado que o andamento das atividades da associação dependia da participação ativa de seus membros e, portanto, era cobrada a responsabilidade e a presença daqueles que dela faziam parte.

A exigência da participação social nesses modelos de projeto deriva de lutas de movimentos sociais contra regimes totalitários nacionais. Conforme Lopes (2006, p. 45), essas lutas permitiram a busca por políticas públicas, favorecendo a participação popular. Contudo, não é sempre que as formas e os instrumentos participativos proporcionados por essas políticas encontram boa aceitação no cotidiano da população ou nas pequenas políticas locais. Ademais, nem sempre as propostas políticas democráticas são eficazes para lidar com as reais demandas da população.

Apesar de o critério participativo vir da demanda imperativa de movimentos sociais, de lideranças locais e de agências de desenvolvimento, a definição da forma de participação continua sobre controles externos (RIBEIRO & LITTLE, 1998 *apud* PRANG *et al.*, 2007). Nesse sentido, o imperativo da participação já vem no corpo elaborado de condições postas nos editais de projetos de desenvolvimento sustentável das instituições financiadoras, ou seja, as agências multi e bilaterais.

A questão da participação social nas atividades do Programa PYRÁ e no que tange ao envolvimento nas atividades da associação está relacionada a esses fatores acima mencionados, mas, para além deles, há a *crença* dos pesquisadores de que, imbuídos de suas “boas intenções” e técnicas de engenharia social, tornariam possível o desenvolvimento comunitário, social, econômico e ambiental sustentável através da gestão participativa dos recursos, percebendo que lidavam com expectativas diferenciadas e lógicas distintas de comportamento.

De um lado está lógica burocrática dos projetos de desenvolvimento sustentável que lida com as preocupações ecológicas e ambientais onde a necessidade de preservar é imperativa, o que nem sempre está de acordo com o imaginário social das comunidades-alvo das pesquisas; e de outro lado está a lógica do comportamento social, permeadas pelas interdependências, onde estão em jogo as expectativas individuais, lógicas onde interagem relações de dívida, retribuição e anseios de prestígio, não expectativas de ordem coletiva.

No que tange às comunidades pesquisadas, é aí que surgem os “choques” e a preocupação por parte do PYRÁ quanto à falta de participação dos comunitários. De certa forma, os comunitários viam o PYRÁ como alternativa de transformar minimamente suas vidas, ou seja, criavam expectativas pessoais e esperavam soluções rápidas para os problemas do cotidiano e quando era “exigida” a contrapartida, que era a presença nas reuniões participando dos debates na associação e dos cursos oferecidos pelo Programa, eles não respondiam como esperado, apenas aparecendo quando era conveniente.

Quando proponho entender a questão a partir da perspectiva assimétrica, assumo estar diante de dois mundos em conexão, pondo sob a mesma perspectiva as ciências tidas como “oficiais” e as “oficiosas” do ponto de vista científico. Isso mostra que os mundos que parecem estar depurados, o mundo burocrático e estanque dos projetos de desenvolvimento sustentável, planejamentos e da prestação de contas, está intimamente ligado ao contexto social em que o Programa esteve inserido, não estando livre dos sentimentos e anseios pessoais dos agentes sociais que o compuseram, tanto dos pesquisadores que acreditaram no programa (e também tem suas expectativas por prestígio e distinção no campo científico), quanto dos comunitários que, motivados por distintas expectativas, estavam envolvidos com as ações do Programa. É nessa interface que surge a produção dos híbridos em que as forças sociais são mobilizadas em torno de se envolver ou não nos projetos realizados pelo Programa.

A ausência de participação social também esbarrava em outros fatores, como a falta de experiência dos comunitários nas atividades de manejo dos recursos naturais, na dificuldade de gerir os conflitos em torno dos acordos e na falta de educação formal dos comunitários para lidar com a burocracia que envolvia gerir uma associação. Nas conversas e entrevistas realizadas com os comunitários das Comunidades São Francisco do Parauá e Nossa Senhora da Conceição, eram variados os motivos dados quando indagados sobre o envolvimento deles na associação e nas atividades desenvolvidas pelo PYRÁ.

Verificaram-se falas como “não ia porque não gosto de reuniões” ou “dependendo do que fosse tratar e se fosse de meu interesse ia às reuniões”, ou ainda “as lideranças se envolviam em uma atividade se fosse boa para a sua comunidade” e até por problemas entre as famílias locais que deixavam de se envolver por entender que as ações desenvolvidas pelo Programa estavam ligadas diretamente às famílias “rivais” membros da ADESC. A configuração de todos esses fatores indica os empecilhos ao associativismo, acentuando os sentidos diferenciais de ações coletivas vistas sob a ótica da intimidade cultural.

Em conversa com dona Eva, moradora da Comunidade São Francisco do Parauá e uma das lideranças de sua comunidade e que esteve envolvida nos projetos desenvolvidos pelo PYRÁ e na diretoria da ADESC atuando como tesoureira, ao falar sobre o PYRÁ na área e sua relação com a associação, atribui o não funcionamento da associação após a saída do programa da área à falta de experiência dos sócios em lidar com esses conhecimentos burocráticos. Para ela, a falta de “conhecimento e informação”, que entendo aqui como a falta de instrução formal, além do “interesse” de alguns sócios impossibilitou dar andamento às atividades da ADESC, e diz que:

A gente aqui tem o conhecimento de fazer as coisas de produzir e plantar. Acho que as reuniões da associação e da cooperativa não foram pra frente por falta de conhecimento e até mesmo interesse do pessoal que só pensam em si, mas quando tem benefício todo mundo quer se servir, “lutar” para conseguir, que é bom, ninguém quer.

A perspectiva comunitarista de unir os grupos sociais em torno da associação para demandar soluções de interesses supostamente comuns não esteve presente somente na idealização dos pesquisadores do Programa em forjar a “*crença*” numa comunidade harmônica e na tentativa de buscar a solução de seus problemas em “comum”, mas faz parte de uma trajetória histórica da região que tem a Igreja Católica²⁸ como seu principal agente difusor na Amazônia.

²⁸ Segundo Neves (2004), a presença de diferentes ordens religiosas na região remonta ao século XVII quando ações de catequização fizeram parte do projeto maior de colonização portuguesa. Nesse contexto, ressalta-se a

Marcou a década de 60 o movimento encabeçado por representantes da igreja católica, particularmente o movimento de educação de base (MEBs) e o comunidades eclesiais de base (CEBs), que incitaram a criação de organizações sociais, políticas e comunitárias dos grupos sociais no entorno de Tefé no Médio Solimões e que, depois se difundiu pela região do Solimões. Para forjar tal modelo de organizações, a Igreja Católica passou a combater os agrupamentos humanos que supostamente viviam “isolados” e criaram a figura política dos ribeirinhos/comunitários, integrando-os num mesmo modelo de organização, onde os agentes confessionais instituíram diferentes formas associativas e comunitária para decidir sobre os problemas públicos (NEVES, 2004).

Os agentes da igreja católica da prelazia de Tefé junto ao corpo eclesiástico nacional partilhavam de um mesmo projeto libertário que consistia num projeto pedagógico de emancipação e libertação da população. Com isso, assumiram ou construíram as causas “ribeirinhas”, dando-lhes visibilidade política. Nesse sentido, os “ribeirinhos” passaram a ser exaltados por sua carência, contudo destacaram a força que possuíam de transformar de sua realidade social. Assim, os métodos eclesiásticos passaram a propagar a promoção social e evangélica, baseando-se no convite à reflexão que possibilitasse ao “ribeirinho” reconhecer sua condição de existência e as causas que o formavam. A partir dessa compreensão, os “ribeirinhos” fundamentalmente estariam destinados transformar suas condições de vida (NEVES, 2004).

Com a intenção de unir e agregar os “ribeirinhos”, objetivando transformá-los em beneficiários de recursos de destinação comum, a Igreja Católica empreendeu seu projeto promovendo através dos MEBs e das CEBs uma série de atividades afim de instituir a

presença da expedição de Pedro Teixeira que contou com a companhia do jesuíta espanhol Cristobal de Acuña, autorizado por Felipe IV da Espanha para realizar um levantamento preciso do ambientes e riquezas da região. Para o empreendimento do programa de catequese estabelecido pela colonização o frei Laureano de la Cruz, em 1650, esteve entre os rios Juruá e Tefé. O resultado mais visível desses empreendimentos foi posto em prática pelo Padre Samuel Fritz, que fundou missões ao longo do rio Solimões e a quem se atribui a fundação de Tefé, sob esse mesmo ponto de vista de integração legitimada por ação catequética.

organização social e política da população ribeirinha. O projeto era orientado pelo ideal harmônico e guiado por um modo de vida organizado pela ideologia do contrato entre os *comuns*, reificado na imaginação de comunidade ou vila comunitária, visto que girava em torno do trabalho comunitário e gratuito de construção de escolas, casas comunitárias e campos de futebol. A adesão do ideário comunitário pelos ribeirinhos, agentes de legitimação do proposto convívio fraterno dos parentes e vizinhos correspondeu à ação dos eclesiásticos representantes do MEBs a transferência de uma rádio em Tefé – o cativo – com finalidade única de transmitir atos religiosos e alfabetizar crianças e adultos. Segundo Neves (2004),

O trabalho educativo para inculcação do modelo comunitário de construção de identidade reafirmava as relações consanguíneas e afins do parentesco e a consagração dos laços de vizinhança. Essas relações constituíram substratos às formas de instituição do *nós*, agora irmanados pela referência ao sistema de crenças cristão.

No que tange à análise documental feita a partir de observações de planejamentos de cursos e oficinas realizados pelo Programa com as associações locais, incluindo a ADESC, e de colocações de pesquisadores do Programa nas entrevistas os discursos frequentes proferidos traziam as ideias de “fortalecimento comunitário”, “incentivo”, “sensibilização” “mobilização”, “colaboração”, “união” e “participação”. Tais recursos eram acionados na tentativa de promover o envolvimento dos comunitários nas atividades associativas administradas pela ADESC. Envolver as comunidades locais de forma “participativa” segundo o pesquisador Flávio, foi a principal estratégia usada pelo Programa para promover o “desenvolvimento local”.

A ideologia do projeto sempre foi voltada para o desenvolvimento local sustentável, pensando no uso integrado dos recursos naturais da várzea [...] Então o projeto PYRÁ vislumbrava isso, somado concomitantemente a eles [os comunitários] estarem mais organizados, fortalecidos em termos de organização comunitária para que eles começassem a participar na elaboração dos projetos e na implementação desses projetos, nas discussões, nas reuniões comunitárias, já que a proposta era a participação comunitária acima de tudo.

Abaixo cito um trecho de uma entrevista que tive com a pesquisadora Alice que sintetiza o imperativo do Programa dado à criação de uma “organização” entre as comunidades locais. A pesquisadora Alice tem formação em serviço social e pós-graduação pela UFAM, seu vínculo com o Programa PYRÁ se deu pela sua inserção no CCA, onde manteve contato com os coordenadores e pesquisadores que atuavam no PYRÁ. Sua atuação no Programa inicialmente foi trabalhar na formação das lideranças comunitárias, posteriormente passou a desenvolver projetos que envolviam mulheres e jovens.

Seu primeiro contato com a área de pesquisa na qual atuava o Programa se deu por meio de acompanhamento de reuniões com os líderes comunitários, pescadores e agricultores nas comunidades sobre a construção dos acordos de Uso Integrados dos Recursos Naturais. Conforme Alice, uma das primeiras atividades desenvolvidas foi o curso de formação de liderança. Conforme conta:

Eles [comunitários] precisavam de uma associação, não tinha associação, eles precisavam de uma associação porque sem associação cada qual fala por si, aí criaram a ADESC [...]. Porque com a associação eles poderiam conseguir recursos e também cursos para a comunidade, tiveram comunidades que quiseram participar outras não. A ADESC surgiu como uma necessidade de controle do acordo dos recursos e para poder garantir a entrada e saída de recursos. As lideranças da época não tinham essa **cultura de comunidade**. Então lá era assim cada um via o seu recurso, cada um via o seu peixe, o seu lado. Era tudo assim “na frente da minha casa é o meu poço”, tinha gente lá que era dono de poço. Então era essa a visão muito do eu, isso é meu, isso é da minha família, aí a partir do contato com outras comunidades e comunitários passaram a olhar mais para o “nosso”. Mas eu vejo que naquela região ainda é muito forte o olhar do meu, da individualidade, do meu projeto, do meu recurso, do meu barco.

Tais colocações mostram a perspectiva idealista outrora empregada pela Igreja Católica baseada no ideário de comunidade harmônica e coletivista e agora revivido na *crença* dos pesquisadores do PYRÁ na tentativa de conciliar interesse e criar um referencial simbólico comum que agregasse as comunidades envolvidas numa luta comum como, por exemplo, a questão dos conflitos em torno da pesca e o imperativo da participação nas atividades da associação, acreditando que pudesse constituir uma alternativa de mudança social, de melhoria da condição de vida dos agentes sociais envolvidos. No entanto, a realidade social não é harmônica,

mas repleta de incongruências (LEACH, 1996), se mostra contraditória e conflituosa, as pessoas aparecem como agentes de mudança social podendo se posicionar de acordo com seus “interesses” e perspectivas particulares e, dependendo do contexto, poderão usar de “manipulação” da situação para então mudarem sua realidade social. Nesse caso, os agentes sociais, dependendo da comunidade em que residem e da relação que têm com o meio ambiente detêm perspectivas distintas, quanto à importância dada à existência dos acordos na área, assim como da importância de se envolver nos assuntos da ADESC.

Portanto, pode-se dizer que a realidade encontrada nessas localidades, isto é, nas comunidades rurais de Manacapuru onde o PYRÁ atuou é a lógica do comportamento social onde o posicionamento é ditado de acordo com as perspectivas de cada agente que age mundo. Nessas sociedades pode-se destacar um exemplo claro e raro de atividades coletivas apenas em instantes bem específicos, onde os comunitários se autoajudam, como na organização do mutirão²⁹ que pode ser no trabalho da produção agrícola ou na realização de algo que poderá servir à maioria das pessoas como a construção de uma sede social. Caso contrário todas as ações serão demandas pensadas e decididas para salvaguardar o bem estar do grupo familiar.

²⁹ Mutirão ou Ajuri são reuniões de pessoas que juntos se auxiliam num trabalho coletivo, na várzea esse trabalho é bastante comum nas atividades de agricultura e na organização de trabalhos comunitários. Enquanto estive na comunidade São Francisco do Parauá em meu trabalho de campo, presenciei o evento da construção da brinquedoteca, do centro social e a organização do trabalho da construção da barragem do Igarapé do Parauá. Nessas práticas de ajuda mútua quando o pai de família fica impossibilitado de comparecer, envia os filhos mais velhos em seu lugar para lhe representar. Foi o que aconteceu na construção da barragem quando os filhos e genro de seu Arnaldo (dono da casa em que fiquei hospedada) foram em seu lugar, pois este se encontrava enfermo e não pôde comparecer ao trabalho.

CAPÍTULO 3: EFEITOS SOCIAIS DA INTERVENÇÃO DO PROGRAMA PYRÁ: CASO DA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO DO PARAUÁ E NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO

Neste capítulo procuro investigar, a partir da trajetória de intervenção do Programa, dos dados documentais adquiridos através do trabalho de campo, e da relação estabelecida entre membros da ADESC e o PYRÁ, os efeitos sociais da intervenção do Programa nas comunidades São Francisco do Parauá e Nossa Senhora da Conceição. Enfoco particularmente como se estabeleceram relações de poder e solidariedade, a construção de lideranças e os conflitos gerados e/ou dinamizados ao longo desse processo.

3.1 O local da pesquisa: Comunidades São Francisco do Parauá e Nossa Senhora da Conceição

As atividades do Programa PYRÁ estendem-se por uma área geográfica que compreende todo o sistema lacustre Cururu e Jacaré, no Município de Manacapuru, abrangendo 27 comunidades rurais com aproximadamente 2.615 habitantes. A proposta de análise aqui empreendida limitou-se a análise dos efeitos sociais do Programa em duas comunidades que se encontram no sistema de Lago Cururu, mais precisamente na margem direita do Rio Solimões, nas localidades conhecidas como Marrecão e Costa do Canabuoca I, a saber: Comunidades São Francisco do Parauá e Nossa Senhora da Conceição.

Os limites da pesquisa fundamentaram-se em dois aspectos: primeiro, por se tratar de localidades em que se possuía maior conhecimento acumulado, visto que tive acesso e permanência prolongada enquanto pesquisadora do Programa. Situada como pesquisadora-bolsista do Programa, tive oportunidade de olhar de “dentro” as atividades desenvolvidas.

Segundo, por ter sido também na comunidade São Francisco do Parauá local onde tive oportunidade de voltar em 2006, agora não mais como pesquisadora do PYRÁ, mas como pesquisadora de um projeto de iniciação científica que tratou de analisar a interface entre o campo de discussões das relações de gênero e o sistema produtivo na Comunidade São Francisco do Parauá.

Nessas circunstâncias, pude estabelecer uma *relação de pesquisa* com os agentes sociais dessa comunidade, o que facilitou a volta ao campo nos anos de 2009 e 2010, momentos em que dei início à elaboração e aprofundamento do tema da pesquisa de mestrado. Nesse sentido, a proximidade e familiaridade outrora iniciada com os agentes sociais permitiram um acesso privilegiado, elemento fundamental para escolha de retornar à mesma área para desenvolver a pesquisa de mestrado.

O retorno à área como mestranda não foi orientado para um olhar demasiado orientado para questões previamente delimitadas por projetos de pesquisa fechados em seu enfoque, mas antes buscando-se dessa vez dar maior atenção a temas aos quais os agentes insistiam em problematizar como ferramenta fundamental de construção do objeto. Se a proposta inicial do projeto de mestrado era dar continuidade à pesquisa no campo sobre as relações de gênero, a permanência em campo apontava como prementes para os agentes sociais examinar os motivos do mau funcionamento da associação ADESC e compreender a trajetória e feitos sociais da atuação das atividades do PYRÁ. Optou-se por levar os agentes sociais a sério e problematizar questões que eram de fato do seu interesse a partir de uma perspectiva antropológica.

Situada ao longo do baixo Solimões, distante 35 km da zona urbana da cidade de Manacapuru, estado do Amazonas, as Comunidades São Francisco do Parauá e Nossa Senhora da Conceição são comunidades com seus conglomerados populacionais distribuídos ao redor de uma infraestrutura comum naquela região. Em geral, são compostas por uma sede

social, uma igreja e uma escola. A principal atividade econômica de ambas é a agricultura familiar e a pesca. As atividades agrícolas estão direcionadas ao plantio de hortaliças e frutas e ao desenvolvimento de atividades extrativistas, seguindo um padrão das atividades do Baixo Solimões, onde a agricultura constitui o elemento central da economia do grupo doméstico na região, conforme assinalou Parente (2006).

A pesca também representa uma atividade importante realizada pelos homens da comunidade e, eventualmente, pelas mulheres. Quando os homens não estão em casa, as mulheres pescam por divertimento ou para reforçar o almoço da família. A pesca adquire importância na vida das comunidades, pois o recurso pesqueiro constitui uma forma de geração de renda local e fonte fundamental de proteínas para as famílias das comunidades ribeirinhas. O pescado e a farinha de mandioca são alimentos básicos do cardápio dessas comunidades. Ao longo da pesquisa foi possível perceber que os agentes relutam em admitir abertamente a pesca como atividade econômica, preferindo considerá-la apenas como um complemento utilizado como sustento das famílias. Minha experiência enquanto participante do Programa me permite dizer que em diversas abordagens nos instantes de entrevistas para levantamento de informações da área, quando a conversa se referia à pesca e aos acordos havia um receio dos moradores locais em falar sobre esse assunto, alvo de muitas “confusões” na área, ou ainda indagavam se os pesquisadores do Programa PYRÁ eram do IBAMA.

Em ambas comunidades as habitações são de estilo palafitas, ficando dispostas linearmente ao longo da margem do Rio Solimões. As comunidades são compostas por uma sede social onde são realizadas reuniões de associações e eventos que movimentam o local, como campeonatos de futebol entre as comunidades. No caso da Comunidade São Francisco do Parauá, há uma igreja católica cujo nome é o mesmo da comunidade, uma escola municipal nomeada de Andrade da Silva Diniz, onde não só as crianças da comunidade estudam como também as crianças das comunidades adjacentes. Já a Comunidade Nossa

Senhora da Conceição, além da sede, escola e campo de futebol, possui um posto de saúde e um telefone público que atente não só os seus moradores, como também os de comunidades próximas.

3.2 Solidariedades, conflitos e constituição de lideranças

Conforme Lima (1999 *apud* PRANG *et al.*, 2007), ao pensar sobre comunidades Amazônicas enfatiza que a formação dos grupos domésticos é fortemente ligada por laços de parentescos. Na área do Baixo Solimões, mais particularmente no lócus onde o Programa PYRÁ atuou e onde estão inseridas as Comunidades São Francisco do Parauá e Nossa Senhora da Conceição, focos desta pesquisa, tornou-se evidente que a vida social orbitava em torno dos familiares geograficamente próximos. Revelou-se ainda a relevância para a compreensão das redes de relação social o compadrio, elemento que traduzia em linguagem de parentesco afinidades e relações comerciais, configurando-se como elemento importante no processo de tomadas de posição de alguns grupos locais.

Os acordos de uso dos recursos pesqueiros feitos no âmbito da ADESC e mediados pelo PYRÁ na área causaram divergências entre os grupos de moradores da Comunidade São Francisco do Parauá e Nossa Senhora da Conceição, reforçando as relações de força pré-existentes como no caso da comunidade São Francisco do Parauá, onde tradicionalmente duas famílias possuíam poder sobre tomadas de decisões naquele universo social.

Durante minha permanência na área de pesquisa, seja acompanhando atividades ADESC em parceria com o PYRÁ ou no trabalho de campo realizando em fevereiro de 2009 e agosto de 2010, foi flagrante essa situação, manifesta na predominância de um grupo de moradores dessa comunidade agenciando as discussões dentro da ADESC e atuando como

membros da diretoria, além de se envolverem diretamente nos projetos realizados pelo PYRÁ na área. Essas pessoas exercem liderança capaz de agregar e envolver outros moradores que moram nas comunidades adjacentes na Costa do Canabuoca, tais como as comunidades Assembleia de Deus e Pentecostal do Brasil, face ao fato de nelas existirem extensões de suas redes de parentela.

Outro fator que igualmente colaborou para a predominância desse grupo dentro da ADESC, segundo conversas feitas com moradores de ambas as comunidades, foi a alegação de que tanto as atividades da Associação quanto do PYRÁ foram ao longo do processo de intervenção do Programa sendo concentradas em apenas uma comunidade, no caso a São Francisco do Parauá. Desse modo, rompeu-se a concepção inicial da intervenção que previa atividades rotativas em todas as comunidades que abrangiam o lócus de ação do PYRÁ. É preciso ressaltar que as atividades aconteciam nessa comunidade porque houve uma maior adesão dos agentes sociais em relação às propostas implementadas pelo Programa na área. Ademais e também por razões de facilidade logística, as atividades do Programa e da ADESC tenderam ao longo do tempo a acontecer cada vez mais na Costa do Canabuoca e não dentro do Lago do Cururu.

Com o decorrer dos acontecimentos, produziu-se uma configuração onde surgiu um grupo de *estabelecidos* – nesse caso o grupo de moradores da comunidade São Francisco do Parauá – que ganhou destaque dentro da Associação e nos projetos desenvolvidos pelo PYRÁ. Esse panorama deixa entrever que dentro do plano das relações sociais, a comunidade São Francisco do Parauá ampliou para além de sua comunidade a sua *rede de relações*, produzindo dentro daquele contexto um tipo de efeito social que fundou distinção entre pessoas que estavam na ADESC e se envolviam nas ações do PYRÁ e aquelas que não se envolviam.

Essa conjuntura colaborou para o afastamento de algumas comunidades associadas À ADESC e conseqüentemente do Programa PYRÁ. Uma das comunidades que se retirou das ações do Programa foi Nossa Senhora da Conceição. Apesar de haver um histórico de contenda nascida por conta de inimizades de pessoas entre famílias rivais residentes nas duas comunidades estudadas, principalmente entre antigas lideranças, a intervenção do Programa, associado aos privilégios de grupos no comando da ADESC, colaborou para incitar ainda mais animosidades existentes entre esses dois grupos de moradores.

Eventos como construção de um colégio na área e a instituição dos Acordos de Uso dos Recursos Naturais e suas conseqüências são casos que podem ser evidenciados como exemplos. A falta de um colégio que atendesse as necessidades de crianças e jovens daquela região da Costa do Canabuoca e do Lago do Cururu vista como um problema antigo pelos moradores conseguiu reunir as comunidades da área inclusive as duas comunidades que aqui estão sendo analisadas.

Antes da intervenção do PYRÁ, moradores através de seus líderes comunitários e professores, reunidos em comissão pleiteavam junto à prefeitura do município de Manacapuru a construção de um colégio que contemplasse séries do ensino infantil e fundamental nas proximidades das comunidades. O ensino nessas localidades só permitia aos alunos cursarem até o 5º ano do ensino fundamental, tendo depois que se deslocarem diariamente de barco até Manacapuru por aproximadamente 5 horas, um percurso cansativo e perigoso para crianças e jovens das comunidades.

A partir desses eventos observa-se que as relações de solidariedade e reciprocidade se dão em momentos muito específicos e numa relação de troca mútua. Excetuando essas ocasiões as decisões são tomadas para salvaguardar os interesses do grupo familiar.

Durante a pesquisa de campo, acompanhei por alguns dias o trabalho de seu Aurélio, que me contou sobre sua experiência com a ADESC e com o Programa PYRÁ. Seu Aurélio é nascido e criado na Comunidade Nossa Senhora da Conceição, professor por formação e pai de 5 filhos. Atualmente cursa a faculdade de magistério superior na Universidade do Estado do Amazonas (UEA), por isso mudou para Manacapuru, mas continua ministrando aulas na Comunidade Nossa Senhora da Conceição, de onde vai e volta todos os dias.

Seu Aurélio conta que na época participou da comissão de mobilização em prol da construção do colégio, instante em que houve diversas reuniões e em uma delas se decidiu por votação entre os comunitários da área que colégio seria construído na Comunidade Nossa Senhora da Conceição, da qual o professor faz parte. A mobilização feita pelas lideranças comunitárias, ocorrida antes da chegada do PYRÁ e depois de muitas visitas à prefeitura de Manacapuru, não foi suficiente para o colégio ser erguido naquele instante, pois, conforme seu Aurélio, “o prefeito e os vereadores não se sensibilizaram com a nossa causa”.

Com a presença do PYRÁ e a criação em 2002 da instituição que representa as comunidades signatárias dos acordos de uso, a ADESC voltou-se para rediscutir a questão da mobilização em torno da construção de um colégio na área, tornado-se um dos assuntos que entrou na pauta de prioridades da associação. Depois de quatro anos de trabalho em “parcerias” com instituições como PYRÁ, IBAMA e, posteriormente, a prefeitura de Manacapuru, o colégio foi enfim erguido.

A escola não foi, no entanto, erguida na Comunidade Nossa da Conceição, conforme os moradores haviam acordado previamente, mas na Comunidade São Francisco do Parauá. Já os moradores da Comunidade do “Parauá” se defendem do suposto privilégio, alegando que a escola foi construída nessa localidade por ter sido o único local com terreno

disponível e regulamentado, além de terem contado com a doação do terreno por um dos sócios da ADESC.

O fato é que esse evento fez com que as lideranças da Nossa Senhora da Conceição se sentissem preteridas e fossem aos poucos se afastando da associação e do PYRÁ, conforme assinalou seu Aurélio, sua comunidade ficou “chateada” porque “a palavra dada não foi cumprida”. Isso fez com que o grupo de lideranças da Comunidade Nossa Senhora da Conceição ficasse descrente da lisura da ADESC e conseqüentemente do PYRÁ, pois vinculavam diretamente os projetos e ações do Programa à associação.

Esse processo, visto a partir do ponto de vista de algumas lideranças da Comunidade Nossa Senhora da Conceição, como o professor Aurélio, fez com os moradores dessa comunidade experimentassem um sentimento exclusão por se sentirem à margem das discussões da ADESC e não terem força de decisão em relação aos assuntos discutido dentro da associação. Essa situação criou um grupo de *outsiders* dos eventos que a ADESC promovia em “parceria” com o PYRÁ.

Ao longo do tempo, esse grupo passou a se manter afastado e ser estigmatizado como “desinteressado” e “pouco participante”. Essa situação produziu uma situação de mal-estar entre as duas comunidades. Conforme seu Aurélio, sua comunidade sempre foi alvo de acusações por parte da ADESC, sendo seus moradores tratados como “desinteressados”, e diz que:

[...] a nossa comunidade sempre foi taxada por não fazer mais parte da Associação, aqui nós deixamos de se envolver porque vimos que não existia “democracia” e sempre que grupo mais forte se posicionava acabava levando vantagem, excluindo outros, era muita “panelinha”, por isso resolvemos se afastar de tudo até do PYRÁ.

O afastamento da comunidade de seu Aurélio da ADESC e do PYRÁ não foi imediato. No início do processo de intervenção do Programa na área, quando foram estabelecidos os contatos iniciais, a comunidade, segundo ele, teria dado “total” apoio às propostas do Programa de forma que se envolveu nas primeiras ações, auxiliando inclusive na

construção do primeiro diagnóstico socioeconômico-ambiental integrado e participativo, que resultou na elaboração de um livro com informações das comunidades da área. Quando indagado sobre como se deu o envolvimento dos moradores nessa atividade ele diz:

Quando eles chegaram [PYRÁ], vieram primeiro aqui na nossa comunidade, vieram em caravana. Lembro que nesse dia eu estava indo no Lago do Cururu e eles pediram para ir junto. Foi num ano de grande seca, isso chamou muita atenção dos professores. O objetivo deles pelo que eu entendo era unir as comunidades e trabalhar a economia local junto com essa questão ambiental, da madeira, os conflitos do peixe que também existia na área. Era bastante interessante a proposta do “projeto” [PYRÁ] no início, eu tenho saudade dos primeiros contatos, quando nos reuníamos em grupos nas comunidades. Os professores pediam informações de cada lugar do lago, do Paraná, queriam saber por onde que a gente tinha acesso a esses lugares, nos perguntavam e nós era quem informava onde ficava. Nós também desenhávamos todos esses os ambientes em cartolina, fizemos até um livro junto com eles temos até foto disso, depois fiz um curso para aprender a fazer projetos ainda participei de algumas atividades. Mas depois que o projeto saiu de uma vertente educativa ambiental e desandou para lado político com a ADESC virou uma questão de “grupinho” aí as coisas começaram a não dar mais certo, porque nessa situação, sempre um grupo quer mandar mais que o outro e nós nos afastamos.

Percebo a partir das falas de cada agente que se relacionou com o PYRÁ uma interpretação diferenciada quanto os seus objetivos na área. Por exemplo, a percepção do professor Aurélio acima deixa entrever que enquanto as ações estavam voltadas para a temática do meio ambiente e da “conservação” ambiental, o envolvimento desses agentes nas atividades esteve assegurado. Porém, quando o Programa passa a intervir na organização sociopolítica dessas comunidades por meio da ADESC, começam a surgir instabilidades e conflitos de diversas ordens entre os grupos locais envolvidos.

Nesse sentido, mexer com questões políticas na ADESC revelou-se perigoso, pois altera e ameaça um equilíbrio (sempre instável) da ordem social até então estabelecido. Esse território do impuro, representado pela evidenciação da política, os privilégios e artifícios dela derivada, busca-se eliminá-la, pondo-a no campo do interdito, do lugar das impurezas, do vício e “eliminando-a, não a partir de um gesto negativo, pelo contrário, num esforço positivo para organizá-la no nosso meio” (DOUGLAS, 1976, p. 6).

Nesse contexto, para as lideranças da comunidade Nossa Senhora da Conceição, o ato de se afastar, eximir-se de participação e responsabilidades conformava uma forma de

resistência à associação e à hierarquia familiar que ela evidenciava. Conseqüentemente, isso também se expressava em não mais se envolver com o PYRÁ. A estratégia foi a alternativa encontrada de manter aquela estrutura social onde o privilégio de algumas famílias, em detrimento de outras, ainda que sabidamente existente por todos, não era evidenciado ou institucionalizado.

Este ponto de vista não é apenas de seu Aurélio, mas também de alguns moradores dessas comunidades, como seu Arnaldo, que não se envolve na associação por acreditar que suas lideranças só visariam ao próprio benefício. Trazer a política (algo representado como exterior à comunidade) para dentro da comunidade representa introduzir ou evidenciar relações de desigualdade entre iguais e dessa forma obrigar adesões e estimular faccionalismos que a comunidade se esforça para manter encobertos.

Seu Arnaldo é morador da Nossa Senhora da Conceição, trabalha na agricultura e atualmente desenvolve o trabalho de marreteiro³⁰, mantendo relações comerciais com os moradores de sua comunidade, mas também com maior parte das comunidades da Costa do Canabuoca. Seu Arnaldo, apesar de possuir muitos parentes na comunidade do “Parauá” que possuem cargo na diretoria da ADESC, não concorda com muitas das decisões tomadas por essa diretoria, que, segundo ele, só trabalha em benefício próprio, e diz “são sempre os mesmos grupinhos, quando é para trabalhar sabem chamar o povo, mas quando tem algum benefício só querem pra eles”.

É perceptível nessas colocações que a ADESC, idealizada para pensar as problemáticas sociais e ambientais que atingiam as comunidades signatárias dos acordos de uso integrado dos recursos naturais, acabou rumando para centralizar poderes e interesses apenas de um grupo de *estabelecidos*, isto é, das lideranças que compunham sua diretoria. Foi esse mesmo grupo que acabou virando referência nas atividades desenvolvidas pelo

³⁰ São pessoas que passam fazendo comércio nas comunidades, passam comprando produtos agrícolas ou pescado e revendem direto no porto de Manacapuru.

Programa, dado que agenciavam as discussões com o Programa e transmitiam para suas bases, tornado-se referência para continuidade dos trabalhos do Programa na área.

A “desorganização” da ADESC atualmente é atribuída à falta de participação de alguns membros. Enquanto o PYRÁ esteve na área como “parceiro” assessorando (ou tutelando) as ações da associação, esta seguiu desenvolvendo trabalhos em torno da “organização comunitária”, após a saída do projeto, em meados de 2007, sem assessoria, a ADESC paralisou suas atividades. Cobrada pelo agente externo PYRÁ como um imperativo, a “participação” também passou a ser interiorizada subjetivamente como uma necessidade pelos membros da diretoria da associação, que a percebem como único mecanismo de “luta” eficaz para promover melhorias para as comunidades pertencentes à ADESC.

Nesse sentido, a “não participação” torna-se uma “categoria acusatória”, uma vez que quem participa atribui ao “desinteresse” e à insensibilidade de muitos comunitários na participação por melhores condições de vida dos moradores como uma explicação pela suposta vida precária da comunidade. As colocações de umas das lideranças da Comunidade São Francisco do Parauá abaixo sintetizam essa ideia.

Numa entrevista feita em minha segunda ida a campo, em agosto de 2010, com uma das sócias e ex-tesoureira da ADESC, dona Eva explana seu ponto de vista sobre a associação e ainda sobre sua relação com o PYRÁ. Dona Eva é líder comunitária, moradora da Comunidade São Francisco do Parauá e participou de todo o processo de criação da ADESC, assim como também esteve inserida nas discussões para a criação dos acordos de uso integrado dos recursos e nas atividades de capacitação de lideranças da associação feita pelo PYRÁ.

Conforme dona Eva, a presença do PYRÁ na área “ajudando” a ADESC abriu muitos “caminhos”, de modo que hoje eles conseguem se mobilizar melhor do que antes

devido à assessoria do Programa. E cita o exemplo da construção do colégio erguido em sua comunidade como símbolo de “luta” da ADESC em “parceria” com o PYRÁ.

No entanto, ela relata que “depois que o PYRÁ foi embora, a ADESC já não é mais a mesma, e não adianta duas ou três pessoas “lutarem” carregando a associação nas “costas”, enquanto a maioria não participa. Ela conta que a ADESC está com registro irregular no cartório por conta da paralisação de suas atividades desde a saída do PYRÁ da área e teme que a associação tenha que pagar multa, pois há alguns anos não presta declaração de suas ações ao Imposto de Renda.

Ademais, afirma que a associação está de posse de um barco, que, como explicou, foi adquirido por conta de um “projeto”. Esse “projeto” foi o do “consórcio”³¹ (entre ADESC, PYRÁ e uma empresa chamada Psispesca), subsidiado pelo PROVÁRZEA, que visou fomentar “mecanismos sustentáveis de produção e utilização dos recursos naturais da área” e, ao final do “projeto”, estava prevista a aquisição de uma embarcação que viesse facilitar os trabalhos da ADESC, assim como facilitar o escoamento da produção agrícola local.

Os sócios, porém, segundo dona Eva, não sabem explicar se o barco é de propriedade da associação ou da empresa que participou do “consorciamento” ou ainda do PROVÁRZEA. Ao falar dessa situação, ficou evidente a insatisfação de dona Eva com um dos técnicos que conduziu o “projeto”, pois, segundo ela, teria faltado um maior esclarecimento para com os comunitários sobre o funcionamento e a manutenção do projeto.

Diversas dificuldades em torno da administração do barco surgiram, tornando bastante complexo seu gerenciamento pela ADESC. Os problemas originaram-se em parte pela complexidade de gestão burocrática da associação. A falta de “conhecimento contábil” dificultava a prestação de contas que a associação necessitava fazer em relação às atividades

³¹ O projeto intitulado “consórcio de Uso dos Recursos Naturais da Várzea por meio dos Princípios de Sustentabilidade e Cogestão” foi subsidiado com recursos financeiros do PROVÁRZEA-IBAMA, componente II- Iniciativas promissoras. Tal projeto visou dar continuidade às ações do PYRÁ para a construção do “desenvolvimento local” daquela região, centralizando as ações para o apoio da produção agrícola baseada em recursos naturais de forma “sustentável”.

feitas pelo barco. Além disso, os problemas técnicos apresentados antes mesmo da transferência do barco passar para a responsabilidade da ADESC levantaram muitas discussões sobre a aquisição do mesmo naquelas condições entre os sócios e o PYRÁ.

Com tudo isso, diversas dúvidas pairam até hoje em torno da propriedade, dos direitos de uso e da responsabilidade sobre o barco. Isso fez com que ninguém quisesse se responsabilizar por administrá-lo. Atualmente, ele se encontra parado, sob os cuidados de um dos sócios da ADESC e, conforme dona Eva, causando despesa de manutenção para quem cuida, pois quando foi adquirido já apresentava problemas técnicos que só foram aumentando com o tempo, assim como a discussão em torno dele.

O que chamou atenção foi que o propósito do barco, que seria tornar-se uma fonte de captação de recursos para a ADESC e facilitar o escoamento da produção agrícola dos sócios, não chegou a ser atingido. A chegada de bens materiais causou instabilidade dentro da ADESC e desentendimentos entre seus membros por não saberem lidar com situações administrativas e burocráticas da associação, bem como com o pressuposto de gestão coletiva em um ambiente onde vigora um modelo de gestão familiar. Em relação à ADESC, dona Eva diz que:

ADESC está desse jeito aí, porque os próprios sócios não querem saber de nada, e não vale a pena dois ou três fazer frente e se envolverem, como acontecia comigo e com Emanuel [esposo], que tentava marcar reunião e ninguém aparecia, e o resto do pessoal se acomodava, eu não vou mais bater cabeça. E Emanuel já disse que se for marcar alguma reunião vai pedir que ela acabe, porque ela tá só acumulando dívidas e o barco se acabando aí parado [...]

Os eventos que ocorreram em torno do desenvolvimento do “projeto” do consórcio são apenas um demonstrativo da insustentabilidade de alguns projetos, ações e programas que almejam alcançar o “desenvolvimento” socioeconômico, harmonizando meio ambiente e comunidades rurais na Amazônia presumidamente coletivistas. As ações do

Programa PYRÁ em busca de desenvolver mecanismos de cogestão³² dos recursos naturais, que pressupunha principalmente contar com a natural “participação” dos agentes sociais usuários dos recursos naturais para sua efetivação, foram esbarrando numa série de obstáculos.

Entre os impasses ao sucesso da ADESC e seus projetos está a já citada falta de conhecimentos administrativo-burocráticos, mas o fracasso do modelo associativista se dá diante da expectativa projetista frustrada de que o futuro promissor das comunidades tradicionais depende de sua necessária transformação em pequenas empresas produtivas, bem integradas ao mercado e autogeridas profissionalmente por seus integrantes.

Mas, para além disso, envolver os comunitários num processo “participativo” implica falar num conceito de “democracia” que, segundo Prang *et al.* (2007), se constitui num conceito bastante frouxo para as comunidades rurais da Amazônia, visto que há um processo histórico longo em que estão acostumados a legitimar poder de agentes externos para receber algo em troca. Ademais, a vida nas comunidades rurais na Amazônia segue uma lógica muito particularizada, e, como diz Harris (1999 *apud* PRANG *et al.*, 2007), dentro dessa lógica pouco interesse é dado ao futuro por conta da impossibilidade da predição.

Essa orientação atual e autônoma dá ao “ribeirinho” a liberdade de ser indiferente às mudanças e à dominação que vêm de fora, inclusive das que vêm em forma de acordos e de associações. Daí os embates culturais que impossibilitam o andamento de “projetos” arquitetados e articulados dentro de um modelo de planejamento ocidental de racionalidade e de bem-viver.

³² Conforme Azevedo & Apel (*apud* BARROS, 2006), cogestão pode ser entendida como a gestão compartilhada dos recursos naturais, por meio da qual todos os usuários diretos e indiretos são (co)responsáveis pela gestão – definindo regras de uso, monitoramento, controle distribuição e execução de tarefas – participando de forma mais ou menos intensa desse processo em espaços e tempos diversos, o que implica em participação e responsabilidade pessoais e institucionais, tanto do Estado em suas esferas estadual, municipal e federal, como da sociedade civil organizada.

É importante frisar que a ADESC foi formada por distintos grupos que possuíam diferentes interesses. Os grupos que por algum motivo resolveram apostar na Associação e julgaram ser proveitoso traçar uma relação de proximidade com o PYRÁ se destacaram dentro daquele contexto social, ocupando posição diferenciada no âmbito das comunidades. Ademais, tornaram-se referência não só para o PYRÁ como para outros projetos³³ que chegaram por intermédio deste na área. Como efeito, têm-se a produção e a dinamização da hierarquia constituída pelo distinto capital social que foi se produzindo entre os moradores locais.

Excluindo o episódio do “projeto” que doou um barco para a ADESC, segundo dona Eva, o contato que sua comunidade (São Francisco do Parauá) estabeleceu com o PYRÁ propiciou um “avanço” para a mesma no âmbito do “conhecimento”, que, a seu ver, se expressa no conhecimento formal ocidental, que sempre se acumula, particularmente para os jovens que estiveram envolvidos em projetos de cunho ambiental e participaram de cursos de capacitação conduzidos no âmbito do Programa, tornando esse segmento, pouco a pouco, alvo do Programa.

Diante disso, pode-se supor que o PYRÁ propiciou um acúmulo de *capital social* que conferiu prestígio, legitimação e status para as pessoas que “dominaram” a linguagem dos projetos ambientais e a tornaram instrumento e distinção à medida que conseguiram ampliar sua rede de relações sociais extra-comunidade, mobilizando esse capital, usando-o ou de forma a propagar a *crença* ambiental ou estrategicamente para conseguir algum tipo de

³³ Me refiro ao projeto NERAM (Modelo de Negócio de Energia Elétrica em Comunidades Amazônicas), que chegou à comunidade por mediação do PYRÁ, que já estava na área há bastante tempo. O NERAM está vinculado ao Centro de Desenvolvimento Energético Amazônico (CDEAM), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Através do NERAM foi organizada uma “Cooperativa Energética Agroextrativista Rainha do Açaí (CEARA)” na área. Presentemente, esse projeto da cooperativa não está funcionando, entre outros motivos apontados por alguns cooperados, por falta de recurso financeiro no projeto. A cooperativa foi idealizada objetivando cuidar da Usina de Beneficiamento do fruto do Açaí construída pelo NERAM para a produção de polpa e utilização do caroço do Açaí para a geração de energia para quatro comunidades localizadas na Costa do Canabuoca, dentre elas a Comunidade São Francisco do Parauá, lugar também em que foi construída a Usina de Beneficiamento.

benefício, seja participando dos cursos de capacitações para se qualificar profissionalmente seja para obter um emprego no novo colégio ou cooperativa da comunidade (ambos na Comunidade São Francisco do Parauá), ou seja, puderam converter o capital cultural em capital social e material a partir de um uso estratégico das oportunidades possibilitadas pelo Programa. Finalmente, instaurou-se uma distinção na hierarquia social fundada entre aqueles que se apropriaram e reconverteram a nova etiqueta ambiental difundida pelo PYRÁ.

Desse modo, o grupo de estabelecido (nele estão inseridos principalmente os professores de ambas as comunidades pesquisadas, membros da ADESC e filhos de lideranças comunitárias) que se destacou naquele universo social absorve uma “crença” ambiental difundida pelo Programa, resultando na produção e firmação de uma nova *etiqueta social* e ambiental que irá distinguir as pessoas dentro daquela configuração social.

Durante o processo de intervenção do Programa na área, o PYRÁ teve entre suas estratégias de ação para atingir a gestão compartilhada dos recursos naturais, a conjugação da criação dos acordos de uso integrado dos recursos e criação da ADESC (esta responsável entre outras atividades por gerenciar os conflitos ambientais em torno da pesca), as atividades de cunho socioambiental, por meio de oficinas socioeducativas, cursos de educação ambiental trabalhados estrategicamente no espaço escolar com professores e jovens das comunidades dinamizados por eventos como a “Semana do Meio Ambiente”, palestras denominadas de “sensibilização”, que consistiam em esclarecimento sobre as regras dos acordos de uso integrado dos recursos e cursos de agentes de desenvolvimento sustentável.

As ações em questão constituíram-se como uma forma de *mecanismos externos* de *regulação* da vida social, compondo ao longo do tempo um manual *de etiqueta social* a ser seguido (ELIAS, 1986). Esse novo parâmetro de regulação da vida social agiu a partir da modificação do comportamento com a intenção de controlar os desejos mais elementares das pessoas, imprimindo condutas aceitáveis, visando ao aumento do controle social, imprimindo

assim uma possível convivência entre as pessoas, características próprias do *processo civilizador* (ELIAS, 2006), em que todo tempo há uma preocupação em acomodar os possíveis conflitos existentes em função de uma maior pacificação social.

De certo modo, a intervenção do Programa propiciou uma nova maneira de certos comunitários se portarem diante do mundo, construindo uma nova relação não só com o meio natural, mas consigo e com ou outros. Percebo, por exemplo, essa transformação no *ethos* comunitário por meio das colocações da professora Tânia, também moradora da Comunidade São Francisco do Parauá, que atualmente exerce a função de gestora do novo colégio da Comunidade.

Conforme a professora Tânia, quando o PYRÁ chegou à área, ela ainda trabalhava no antigo colégio que havia em sua comunidade. Ao se envolver nas atividades do Programa, percebeu que suas preocupações estavam relacionadas aos problemas ambientais da pesca na área e a maioria de suas ações, segundo ela, foram voltadas para isso.

Ela conta que o PYRÁ construiu uma “parceria” bastante significativa com a escola, com os professores da comunidade e com a ADESC, pois contribuíram bastante para o “desenvolvimento da educação” naquela comunidade. Ademais, fez “despertar” a “consciência” dos moradores para a “proteção” e a “preservação” do Lago do Cururu, através de suas palestras de “conscientização ambiental” e instituição dos acordos na área. Segundo ela, o contato com o PYRÁ no curso de “educação ambiental” o fez atentar para a “importância” dessas questões e diz:

[...] no curso, os pesquisadores nos orientaram, foi aí que a gente começou a questionar sobre como as pessoas agiam, sobre a questão do lixo, onde elas depositavam o lixo, o porquê do meio ambiente ser tão importante, né? Aí foi que a gente veio saber realmente como é viver de uma maneira sustentável. Até então nós como professores, não trabalhávamos muito essa questão do meio ambiente, foi aí que atentamos para isso. Fizemos uma atividade no curso para saber qual era o conceito de meio ambiente, sobre sustentabilidade e como a gente poderia melhorar e auxiliar as pessoas aqui, para elas começarem a perceber que era necessário cuidar do meio ambiente.

Observa-se a partir das colocações acima que a instituição escolar, associada à figura dos professores, ganhou uma importante dimensão dentro daquele universo social, isto é, ocupou uma posição social diferenciada no âmbito das comunidades e adquiriu papel fundamental frente ao agente indutor PYRÁ, pois, à medida que se converteu à “crença” da “sustentabilidade” e da necessidade de “conservar” o meio ambiente, auxilia na propagação de um novo “*ethos*” ambiental e passa a modelar seu comportamento e tornar-se multiplicadora dessas ideias.

Nesse caso, exige-se dos professores uma *regulação* constante do comportamento por meio do *autocontrole* a fim de eliminar qualquer comportamento indesejado tanto de si quando dos outros comunitários. Nessa conjuntura, o reprovável seria “pescar em lago protegido” ou “jogar lixo no rio e no chão”, visto que num sentido correlato os agentes agora observam e se auto-observam, pois, conforme assina Elias (1987), trata-se de um olhar sobre o outro, mas, sobretudo, sobre si mesmo para melhor disciplinar suas relações sociais e mudanças, conforme destaca abaixo a professora Tânia:

Eu vejo que as pessoas depois da passagem do PYRÁ por aqui ficaram mais esclarecidas, mais atentas. O PYRÁ trouxe muito esclarecimento, na questão do meio ambiente, por exemplo, a gente sabe que aquelas pessoas que não cuidavam bem, hoje já cuidam e ficam atentas. Hoje nós sabemos também que ainda há pessoas que ainda jogam lixo no rio, como aqui mesmo na escola, ou ainda pescam em época errada. Mas a gente continua trabalhando, porque agora sabemos que esse é um trabalho contínuo nunca para.

No início, a relação com as comunidades aqui estudadas foi de aceitação e confiabilidade. Isso é compreensível, considerando que quando agentes externos chegam às comunidades rurais costumam criar variadas expectativas e interesses nas populações-alvo. Lima (1999 *apud* PRANG *ET al.*, 2007) refere-se a isso ao tratar das expectativas elevadas dos comunitários em relação aos projetos de extensão dos quais se esperam soluções rápidas para os seus problemas.

No jogo dessas relações, surgem interesses utilitários, estratégias de ascensão social e obtenção de prestígio, que se combinam à forma de gestão e representações prévias

sobre o dever ser da vida como descrito com a intervenção do Programa PYRÁ na área. Há igualmente aqueles que, à medida que conhecem as propostas dos projetos, decidem por acolhê-las, converter-se à nova forma de crer e regular a vida social como ocorreu com o PYRÁ em relação a uma das comunidades pesquisadas. O contato com esta comunidade se deu com lideranças locais, como o seu Mário, que ficou à frente da associação de sua comunidade por 17 anos e posteriormente com o já mencionado professor Aurélio.

Conforme seu Mário, sua comunidade começou a participar das atividades do Programa assistindo as discussões acerca da construção dos acordos e até chegando a se associar à ADESC, porque no início achou importante sua comunidade se informar sobre as questões da pesca no Lago do Cururu. Ele conta que iniciou o curso de agente de desenvolvimento sustentável, porém não terminou porque não concordou com sua proposta e com o trabalho que faria, que seria o de “vigia” o lago, e posteriormente se desligou da ADESC por não sentir que suas opiniões eram respeitadas e por não haver “nenhum” projeto que beneficiasse sua comunidade, resolvendo deixar de participar das ações da ADESC e do PYRÁ.

Seu Mário se refere ao envolvimento com os “projetos ambientais” e ao curso da seguinte forma: “Depois que conheci, vi que aquilo lá não era para mim não, porque ia acabar arrumando muita confusão aqui com o meu pessoal, né”. As duas comunidades aqui observadas: São Francisco do Parauá e Nossa senhora da Conceição, ou os de “fora”, como são conhecidas por moradores das comunidades residentes do Lago do Cururu, carregam um histórico de conflito socioambiental por conta de disputa entre seus pescadores comerciais e os moradores do Lago.

A colocação de seu Mário demonstra sua preocupação enquanto líder com a manutenção de toda aquela estrutura de relação de poder em que investido do “poder” da fala defende o interesse de seu grupo. Nessa situação é oportuno lembrar Bourdieu (2004), ao

discutir o ato da *delegação*, onde uma pessoa ou grupo transfere poder ao “porta-voz” autorizado a agir e falar por um grupo.

No ato de *delegar* está implícito o que Bourdieu chama de *efeito de oráculo* em que o “porta-voz” se anula em prol de um grupo (com efeito dissimulado), e é anulando-se por completo “em benefício de Deus e do povo que o sacerdote se faz Deus ou o povo” (BOURDIEU, 2004, p. 196). Porém, isso só é possível através do poder simbólico, do “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos o mesmo que o exerce” (BOURDIEU, 2004).

É por meio do *poder simbólico* que o líder exerce a violência simbólica que supõe um reconhecimento, ou seja, um “desconhecimento” da violência que se exerce por meio dele. Nesse contexto, o posicionamento e a “fala” da liderança apenas surtirão efeito se ela for reconhecida através do poder simbólico, sua fala poderá mobilizar ou desestabilizar o grupo que ela representa.

Voltando para o contexto analisado, seu Mário encarna esse “porta-voz” que representa seu grupo e age na tentativa de não romper com a organização social e de poder vigentes, pois tenta afastar qualquer possibilidade de mudança que possa gerar algum conflito interno em sua comunidade. O que atesta isso é o afastamento dos moradores dessa Comunidade da ADESC e do PYRÁ e a discordância quanto aos trabalhos realizados pelos agentes ambientais da área. Houve uma opção consciente³⁴ do grupo em resistir ao modelo de controle social que se vislumbrava, evitando previamente a ruptura nas relações sociais que logicamente se imporia com a execução de projetos que exigiam o policiamento de comportamentos entre os membros da comunidade.

³⁴ A posição da comunidade aqui esboçada poderia ser interpretada por um enfoque clastreano (CLASTRES, 2007), a partir do qual a atitude de resistência poderia ser vista como uma atitude “contra o Estado”, ou seja, enquanto atitude ativa (possivelmente inconsciente) de recusa de um poder coercitivo separado da sociedade. Optou-se por uma interpretação calcada em uma escolha racional e preventiva da comunidade em relação a um ambiente de conflito inexorável derivado do policiamento dos comportamentos que a presença do PYRÁ e associação anunciavam.

Alguns conflitos como, por exemplo, aqueles em torno dos recursos pesqueiros, já existiam antes da instituição dos acordos de uso integrado na área e da intervenção do PYRÁ. No entanto, outros podem ser interpretados como efeito da implementação e ações para promover o “desenvolvimento local” propostas pelo Programa, por exemplo, uma das mudanças derivadas do projeto foi a ruptura de um modo de “vigilância tradicional” permeado pelo controle exercido pelas fofocas, rumores, temor de acusações e suas consequências por um novo regulado pela ameaça e força da lei através da instituição dos acordos de uso dos recursos naturais legitimados pelo IBAMA.

Agora os comunitários precisam se adequar a uma nova situação, tendo que seguir o que dizem os acordos. Os acordos trazem regras para uso dos recursos naturais, no entanto, como há distintos interesses em jogo, os acordos não foram cumpridos por todos, o que colabora para o surgimento de outros tipos de conflitos socioambientais entre os usuários dos recursos de uso comum. Esses conflitos são interpretados por Little (2001) como embates entre grupos culturais derivados dos distintos modos de inter-relacionamento com seu meio social e natural, onde os grupos sociais têm sua forma de adaptação, ideologias e modo de vida que entram em choque com outros grupos sociais, dando a dimensão social e cultural dos conflitos.

Embora os acordos de uso integrado dos recursos tenham contado para sua construção com a presença dos moradores locais, lideranças locais, IBAMA e pesquisadores do PYRÁ, e tenha havido um conjunto de ações efetuadas pelo Programa objetivando difundir sua existência na área, via distribuição de cartilhas didáticas, reuniões com as lideranças, oficinas socioeducativas, além dos cursos de formação contínua de agentes de desenvolvimento sustentáveis para auxiliar na disseminação do seu conteúdo, foi notório que alguns moradores não detinham conhecimentos sobre o conteúdo das regras, referindo-se

unicamente à existência de “proibição” da pesca em torno da área do lago sinalizada pela placa informativa dos acordos de uso no local.

Esta situação colaborou para o surgimento de uma nova ordem de conflitos na área, já que, por desconhecimento, alguns comunitários infringem as regras enquanto outros grupos supostamente cumpririam essas regras. Vale ressaltar que o descumprimento das regras se dá mais pelo fato de alguns moradores não concordarem e considerarem ilegítima essa “nova” forma de manejo dos lagos, do que pelo desconhecimento da existência de acordos na área.

Ou seja, quando o assunto são os acordos de uso dos recursos não houve uma clareza do que seja seu conteúdo, existindo distintas interpretações e opiniões no local. Quando comunitários da Costa do Canabuoca querem entrar no lago para pesca, os comunitários do Lago do Cururu os proíbem sob a alegação de estes estarem fazendo a pesca comercial ou, como dizem, “predatória” em período do defeso³⁵, não respeitando a legislação. Já os moradores de “fora” afirmam necessitar utilizar a área do lago, mas como meio de subsistência e acreditam que esse direito está sendo subtraído pelos moradores que detêm para si os recursos do lago, o que acaba da mesma forma violando as regras dos acordos.

Disso se conclui que a presença dos acordos na área colaborou para a privatização do uso dos recursos por determinadas comunidades, especialmente as comunidades na área de dentro do Lago do Cururu, uma vez que se valem da interpretação dos acordos para “proibirem” a entrada de pescadores na área.

Outro fator de que fez emergirem novos conflitos socioambientais entre os usuários dos recursos foi presença das novas figuras dos agentes de desenvolvimento sustentável e agentes ambientais voluntários na área. Os conflitos giravam em torno de três

³⁵ Período de proibição de captura de determinada espécie de pescado durante o ano, determinada pelo IBAMA. Nesse período os pescadores recebem o chamado seguro-defeso como forma de compensação de renda paga pelo governo federal durante o período de proibição da pesca.

grupos: entre os próprios agentes ambientais, pescadores usuários dos recursos e os moradores do Lago do Cururu.

O trabalho desses agentes consistia em “vigiar” o Lago do Cururu durante toda a noite, monitorando o cumprimento das regras dos acordos, aconselhando os usuários sobre as regras no intuito de auxiliar o IBAMA na tarefa de fiscalização ambiental e na conservação dos recursos da área. Os agentes eram pessoas das próprias comunidades signatárias dos acordos de uso integrado que receberam no curso realizado pelo PYRÁ o aval do IBAMA para desempenhar esta atividade na área.

Em conversa com um dos sócios da ADESC e que na época desempenhou a atividade de agentes de desenvolvimento sustentável, pude perceber como se davam esses conflitos. Seu Anderson é um dos antigos moradores da Comunidade São Francisco do Parauá, casado e pai de 6 filhos. Ele conta que foi um dos que esteve desde o começo da construção dos acordos na área e diz que, em parte, a “confusão”, como ele chama, diminuiu com a presença deles na área, mas, por outro lado, muitas pessoas ainda não conseguem entender sua necessidade de vigiar a área.

Conforme conta, deixou de “vigiar” o lago por dois motivos: primeiro, porque os moradores do lago não conseguiam entender a forma como ele vinha trabalhando, pois queriam que ele agisse de forma mais enérgica, já que, enquanto agente, estava autorizado a fiscalizar o lago. Os moradores desejavam que ele prendesse as pessoas que desrespeitavam os acordos, conforme ele diz, “queriam que eu agisse feito policial prendendo as pessoas, mas esse não era meu serviço”.

O segundo motivo era dado pela rejeição desses agentes pelos pescadores de “fora”, que não concordavam com as atividades dos agentes no lago e os acusavam de se “sentirem do IBAMA”, querendo dizer o que os pescadores podiam e não podiam fazer em relação à pesca no lago. Por tudo isso, seu Anderson acabou abandonando o trabalho de

fiscalização do lago, pois estava arrumando “confusão” até com seus parentes que vivem lá no lago. Nesse caso, a figura dos agentes ambientais produziu certa instabilidade entre os usuários dos recursos, deixando os usuários confusos sobre o desempenho de sua atividade.

A presença de instrumentos formais, como os acordos de uso integrado dos recursos, da placa que sinaliza sua presença somada à ação de fiscalização dos agentes ambientais, agindo com respaldo do Estado através do IBAMA, produziram forte desejo de repressão entre os usuários dos recursos. Indicando a existência de mecanismos de coerção externa que se internalizadas subjetivamente se transformam em *autocooção*, controlando seus impulsos mais íntimos e modelando seu comportamento.

Tais formas de mecanismos externos compõem parte do *processo civilizador* (ELIAS, 2006) que uma vez internalizado do universo mental dos indivíduos torna-se mais intenso do que qualquer outro tipo de coação externa. Ademais, esses elementos acusam a existência de um forte poder disciplinador do Estado ali representado. Segundo Foucault (2010), esse conjunto de fatores seriam dispositivos de poder, nesse caso, usados na tentativa de disciplinar o uso dos recursos naturais como estratégia de controle e sujeição do comportamento social e forma de domínio do Estado em áreas onde seu poder sempre foi frágil diante do domínio privado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compor este trabalho não foi fácil desde seu início, e muitas vezes senti-me hesitante e desencorajada de iniciá-lo. Primeiro, porque teria que imergir numa temática “nova” em relação àquelas a que em geral me dedicava, tendo que investir em profundidade nas temáticas do conflito e, sobretudo, do poder, entendido “foucaultianamente”, não como violência ou repressão, mas como produtor de gestos, atitudes e saberes. Segundo, porque minha posição era bastante delicada no campo abordado, pelo fato de ter sido parte ativa do próprio universo objeto analisado, enquanto pesquisadora do PYRÁ.

A perspectiva adotada neste trabalho impôs um duplo desafio: o do distanciamento e o de “*levar o nativo a sério*”, deixar-me ser afetada, visto que em meu trabalho de campo e as questões nele abordadas no estudo das comunidades rurais de Manacapuru foram sendo construídos em um processo que combinou meus interesses como pesquisadora com os problemas apontados pelos agentes sociais, nesse caso, o funcionamento da associação ADESC e uma avaliação da longa presença do PYRÁ na área e seus efeitos para aqueles que nela vivem.

É nesse sentido que entendo ser o discurso antropológico perpassado por um discurso que está intimamente ligado ao “discurso” do “nativo”, visto que tanto o discurso “nativo” quanto o do antropólogo são frutos de uma relação estabelecida entre ambos. Assim, o fazer antropológico será uma relação social, pois é o efeito das relações que constituem mutuamente o sujeito que conhece e o sujeito que ele conhece, é a causa de uma transformação na construção relacional de ambos (CASTRO, 2006).

Ao longo do processo de construção desta dissertação, por meio da escrita etnográfica da reconstituição social do Programa Integrado de Recursos Aquáticos e da Várzea (PYRÁ) e da relação estabelecida com duas comunidades-alvos que sofreram intervenção do Programa, pude perceber como foram agenciados mecanismos para elaboração

da gestão participativa dos recursos naturais a fim de possibilitar o “desenvolvimento” socioeconômico – pautado nos princípios do “desenvolvimento sustentável” – de populações de várzea do Baixo-Solimões e os efeitos sociais advindos desse processo.

Para tanto, as “estratégias” surgidas na tentativa de implementar o modelo de “desenvolvimento” expressaram-se no plano de gestão dos recursos naturais denominado SAS (Sistemas Abertos e Sustentáveis), baseado em mecanismos de cogestão que procuraram instituir por meio de forma “participativa”, não apenas regras e normas para disciplinarização do uso dos recursos naturais via formalização dos acordos de uso dos recursos, mas também adoção de alternativas “sustentáveis” dos recursos econômicos e ambientais pelas comunidades, assim como também ações dirigidas para o “fortalecimento político” das comunidades locais.

Diante disso, pode-se concluir que a presença do Programa na área foi informada pelo imperativo da conservação ambiental, princípio que, devidamente respeitado, implicaria “naturalmente” na “melhoria de vida” da população, se esta adotasse *mecanismos* de cogestão participativa.

Em suma implantar-se-ia um modelo comunitário de “desenvolvimento sustentável”. E pensando num sentido mais amplo, reafirmamos, a partir das observações das comunidades estudadas que a Amazônia, vista enquanto centro das preocupações ambientais, continua sendo um campo singular para as propostas de “desenvolvimento alternativos” voltados para o desenvolvimento sustentável.

Os mecanismos de ação do Programa sugerem o que Elias (1994, p. 2006) denomina de *processo civilizador*.

Grosso modo, o *processo civilizador* implica numa predisposição dos indivíduos marcada por uma autorregulação propiciada por um aprendizado pessoal dos sentimentos e pulsões, visando atingir um modelo de “civilização” desejada, a fim de que se possa conviver

harmoniosamente. Nesses processos sociais, estão implícitos mecanismos externos de coação que se transformam por sua vez em *autocoação* e levam as pessoas ao *autocontrole* dos desejos mais íntimos, a fim de adequá-los a modelos de comportamentos sociais.

Esses *mecanismos externos*, no caso específico das ações de intervenção do PYRÁ na área, podem ser evidenciados nas longas “negociações” para a formalização dos acordos de uso integrado dos recursos, culminando a existência de dois acordos na área em que o Programa atuou, além das ações do mesmo para o “fortalecimento organizacional” das comunidades, manifestado na criação da associação ADESC, instituição cuja configuração espelha o conjunto de comunidades signatárias dos acordos de uso integrado e no auxílio de resgate de associações comunitárias já existentes nas comunidades.

Dentre os efeitos sociais relativos à presença do Programa nas comunidades rurais de Manacapuru, particularmente nas que foram observadas nesta pesquisa, verificou-se a produção de uma nova configuração social, atestada na transformação das maneiras de viver de certos agentes usuários dos recursos naturais, expressa tanto na construção e em mecanismos de normalização e disciplina que atuam no nível capilar dos gestos individuais, quanto na produção de uma nova *etiqueta ambiental e social*, vista na nova forma não só de lidar com meio natural, mas também na nova forma de se relacionar socialmente, imposta pelo novo modelo de regulação da vida social, ou seja, pela presença das regras formalizadas dos acordos de uso dos recursos naturais com que agora passa-se a contar.

Pode-se concluir igualmente que a presença do Programa favoreceu para certos agentes um acúmulo de capital social, dando a estes prestígio, legitimidade política e status diferenciado, uma vez que muitos instrumentalizaram estrategicamente a nova linguagem ambiental difundida pelo Programa e a transformaram em capital social e instrumento de distinção, o que vem possibilitando ampliar sua rede de relações sociais extra-comunidade,

mobilizando esse capital a partir da difusão da *crença* na proteção ambiental e obtendo benefícios como mediadores autorizados.

Percebo a presença dessa nova configuração nas falas, nas ações, nos gestos e nos comportamentos dos agentes sociais, como de presidentes de associações comunitárias, professores e mulheres que passam agora a agenciar essa “linguagem ambiental”. Atividades como as voltadas para a “educação ambiental e reciclagem” e o projeto “horta na escola” estão presentes nas atividades escolar e fazem parte do dia-a-dia das ações os professores das comunidades. A figura da mulher como um dos agentes de destaque nesse processo foi observada desde o início na forte presença destas e nos incentivos, particularmente dos filhos, em todas as atividades promovidas tanto pelo PYRÁ quanto pela ADESC, e até mesmo ocupando postos na associação local, o que conferia a esses agentes poder de gerenciar conflitos e mobilizar moradores em torno das atividades que envolviam a associação e agentes externos, como PYRÁ, prefeitura, IBAMA, entre outros.

Os agentes que se “destacaram” naquele universo social conseguiram transformar o capital cultural obtido na convivência com pesquisadores e na participação nos cursos de capacitação em capital social e material a partir de um uso estratégico das oportunidades possibilitadas pelo Programa. Desse modo, conclui-se que se fundou uma distinção na hierarquia social estabelecida entre aqueles que se apropriaram e aderiram à nova *etiqueta ambiental* difundida pelo PYRÁ.

Observou-se também a presença de resistência, “conflitos” ou “confusões” como chamam os moradores locais, entre moradores das comunidades signatárias dos acordos, principalmente entre moradores da costa, “os de fora” e de dentro do Lago do Cururu, quanto à não concordância e cumprimento das regras do acordos de uso dos recursos, pois, dependendo da localização da comunidade, de suas lideranças, de relações econômicas e parentesco que possuíam umas com as outras pesavam nas decisões e na manutenção das

relações sociais, o que as unia ou as afastava das atividades do Programa e da ADESC, foi o caso da comunidade Nossa Senhora da Conceição, que se afastou da ADESC por se sentir “excluída” por ter opinião contrária aos acordos e não querer se indispor com moradores do lago onde tinha parentes. O fato é que muitas comunidades agenciavam o discurso da “preservação”, no entanto, esse discurso era entendido a partir de distintas dimensões e significados e nem sempre tinha finalidade de ‘proteger’ os recursos. Nesse sentido, “preservar” tornou-se “categoria acusatória” entre quem supostamente preserva e não preserva os recursos.

Outro efeito foi a aversão por alguns moradores à nova figura dos agentes de desenvolvimento sustentável (ADS) e agentes ambientais voluntários formados pela parceria entre o Programa PYRÁ e IBAMA, responsáveis por manter a vigilância dos lagos, monitorar os usuários e moradores quanto ao cumprimento das novas “normas de convivência”, que impunham as novas regras dos acordos dos recursos, evidenciam a resistência e recusa de uma “hierarquia” criada a partir dessa nova configuração social.

Nesse sentido, a análise deixou evidente ainda que em determinadas comunidades há limites para a intervenção projetista e para modelos de organização social potencialmente perigosos para a ordem social já estabelecida em determinadas comunidades. O distanciamento de algumas comunidades da ADESC, assim como as atividades promovidas pelo PYRÁ, expressa uma recusa, não ao associativismo em geral, mas uma recusa em aderir a um associativismo que teria potencialmente efeitos conflitivos entre os comunitários quando da implantação de ações de vigilância de uns membros sobre os outros. Observou-se, portanto, uma crise de governamentalidade, representada por um movimento de contra-conduta coletiva, uma demonstração evidente de oposição a determinadas formas de condução das condutas previstas pela racionalidade política do chamado “desenvolvimento sustentável”.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo W. B. de. *Antropologia dos Archivos da Amazônia*. Manaus: EDUA, [CASA8], 2008.
- BARAUNA, Gláucia. M. Q. A Representação da Pesca no Lago Cururu – Manacapuru/AM. 2006. Inpa. Monografia de especialização. p. 33-35.
- BRITO, Daniel CHAVES de. *A modernização da Superfície*. Belém: UFPA/ NAEA, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *Campo Intelectual e Projeto Criador*. In Problemas do Estruturalismo Ed. ZAHAR EDITORES, 1966.
- _____. *Coisas Ditas*. Trad. Cássia, R Da Silveira e Denise Moreno. Pegorin. São Paulo: Brasiliense, 2004a.
- _____. *A miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 2007
- _____. *O Poder Simbólico* In: Bourdieu. P. O Poder Simbólico. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil , 2004b, p. 7-17.
- BARROS, J. F. *Uso dos recursos pesqueiros e conflitos socioambientais em uma área manejada de várzea na Amazônia central*, ano 2006. 180 f. Dissertação. Programa de pós-graduação em ciência do ambiente e sustentabilidade na Amazonia. Universidade Federal do Amazonas.
- CASTRO, E. Transformações ambientais na Amazônia: problemas locais e desafios internacionais IN: Amazônia, Terra e civilização. Manaus, Basa. PP 45- 78.
- CASTRO, Eduardo Viveiros de 2002 a. *O nativo relativo*. In: Revista Mana. vol 8, n.1: 113-148. Rio de Janeiro: Contracapa.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e Civilização* vol, 1 Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- _____. *O processo civilizador: formação do Estado e Civilização* vol 2, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- _____. *A sociedade da Corte* Editorial Estampa. Lisboa. 1986.
- _____. *Escritos e ensaios: Estado, processo e opinião publica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- FIGUEIREDO, Regina. E.D. *Cuidando da Saúde do vizinho: As atividades de antropólogos norte-americanos no Brasil*. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2004.
- FERREIRA, Alexandre Rodrigues (1756-1815). *Viagem Filosófica ao Rio Negro*. Ed. Museu Paraense. Emilio Goeldi S/D.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir. Nascimento da prisão: Tradução de Raquel Ramallete*. 38 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010
- _____. *Verdade e poder* In: Microfísica do Poder. Ed. São Paulo Graal, 2008.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco Zero, 2007.

PRANG, G, et al. *Implicações sociais e culturais para o co-manejo na várzea amazônica*. In: Sociobiodiversidade e conservação da Amazônia. Fabré, N dia. N. el al (org). Manaus, PYR , 2007.

LATOURE, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simetrica*. Cole o trans. Rio de Janeiro: Ed 34 1994, 152 p.
_____. *Ciência em A o*. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo, Unesp, 2000.

LEONEL, Mauro. *A Morte Social dos Rios*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.

LITTLE, P. E. *Os Conflitos sócio-ambientais: um campo de estudo e de a o política*. In: BURSZTYN, M. (Org). *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro, 2001. P. 107-122.

LOPES. José Sérgio Leite. *Sobre o processo de "ambientaliza o" dos conflitos e sobre dilemas da participa o*. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun., 2006.

MELLO. N, A. *Políticas territoriais na Amazônia*. São Paulo: Annablume, 2006.

MOREIRA, Eidorfe. *Amazônia: o conceito e a paisagem*. Cole o Araújo Lima -Agência da SPVEA, 1960.

OLIVEIRA. Antonio, Jr. *Amazônia: A g nese de uma região de planejamento*. *Revista de C. Humanas*, Vol. 9, N  1, p. 37-53, Jan./Jun. 2009.

RIBEIRO. Gustavo, L. *Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado: Ideologia e utopia no final do século XX (1992)*. *Revista Ci.Inf. Brasilia* V, 21 n. 1 p. 23-31, jan./abri,1992.
Disponível em <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/1323/953> Acessado em 18 de janeiro de 2011.

RIBEIRO. Gustavo, L. *Poder, Redes e Ideologia no Campo do Desenvolvimento*. *Revista Novos Estudos*, 2008 p. 109-125 mar. Disponível
<http://www.scielo.br/pdf/nec/n80/a08n80.pdf> . Acessado em 05 dezembro 2010.

RIBEIRO, M. O. A.; FABRÉ, N. N. *Sistemas Abertos Sustentáveis - SAS: uma alternativa de desenvolvimento local, integrado, adaptativo e participativo para a Amazônia*. In: *Sistemas Abertos Sustentáveis - SAS: uma alternativa de gestão ambiental na Amazônia*. FABRÉ, N. N.; RIBEIRO, M. O. A. (Org). Manaus: EDUA, 2003. p. 39-84.

SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SPIX, Johann Baptist Von & Martius, Carl Friedrich Philipp Von. *Viagem pelo Brasil: 1871-1820* Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1981, v 3.

WAGLEY, Charles. *Uma comunidade amazônica: o estudo dos homens nos trópicos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.